UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

UMA ANÁLISE DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS SOBRE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS
TRADUZIDAS PARA APRESENTAÇÃO NO EXTERIOR

AGRICIONEIDE FEITOSA

São Paulo
2002

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

UMA ANÁLISE DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS SOBRE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS
BRASILEIRAS TRADUZIDAS PARA APRESENTAÇÃO NO
EXTERIOR

AGRICIONEIDE FEITOSA

ORIENTADOR: PROF. DR. ARIOVALDO DOS SANTOS

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em
Controladoria e Contabilidade.**

São Paulo

2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Feitosa, Agricioneide

Uma análise dos efeitos inflacionários sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras traduzidas para apresentação no exterior / Agricioneide Feitosa. -- São Paulo : FEA/USP, 2002.

151 p.

Dissertação – Mestrado

Bibliografia.

1. Correção monetária 2. Inflação 3. Balanço I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 332.413

DEDICATÓRIA

À minha mãe Neide,
por seu carinho e dedicação em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e justiça.

Ao Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, pelos ensinamentos e sua dedicação na orientação desta dissertação

Ao Prof. Dr. Geraldo Barbieri e ao Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa, pelas valiosas contribuições dadas ao trabalho quando do exame de qualificação em 09.10.2002.

Aos Professores do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade pelos ensinamentos e oportunidade de convivência.

A Soraidy, Socorro e Moisés, pelo incentivo recebido durante a elaboração deste trabalho.

A todos os colegas de curso, pela convivência saudável e pela solidariedade revelada por todos.

A Maria Lúcia (Malu), pelo apoio prestado, carinho, dedicação e amizade durante a realização desse curso.

Enfim, a todos os que, de uma forma direta ou indireta concorreram para a produção desta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira	7
1.1 Métodos de tradução para moeda estrangeira	9
1.1.1 Método temporal	9
1.1.2 Método monetário / não monetário	10
1.1.3 Método corrente / não corrente	10
1.1.4 Método da taxa corrente	11
1.2 Pronunciamentos do FASB	11
1.3 Os Métodos de tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira utilizados no Brasil	22
2. Normas e práticas contábeis do Brasil e dos EUA	27
2.1 Órgãos emissores de normas contábeis no Brasil	28
2.1.1 Conselho Federal de Contabilidade – CFC	28
2.1.2 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON	28
2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM	29
2.1.4 Banco Central do Brasil - BACEN	29
2.2 Órgãos emissores de normas contábeis nos Estados Unidos	30
2.2.1 American Institute of Certified Public Accountants – AICPA	30
2.2.2 Financial Accounting Standards Board – FASB	31
2.2.3 Governmental Accounting Standards Board – GASB	31
2.2.4 Securities and Exchange Commission – SEC	31
2.3 Comparação das normas e práticas contábeis	32
2.3.1 Conceitos contábeis básicos	34
2.3.2 Demonstrações contábeis	34
2.3.3 Mudança de critérios contábeis	36
2.3.4 Ajustes de exercícios anteriores	37
2.3.5 Itens Extraordinários	38
2.3.6 Eventos subsequentes	39
2.3.7 Contingências	41
2.3.8 Clientes, Fornecedores e Financiamentos	41
2.3.9 Avaliação de estoques	43
2.3.10 Investimentos em outras empresas	44
2.3.11 Depreciação	47
2.3.12 Reavaliação	47
2.3.13 Ativo diferido	48
2.3.14 Imposto de renda diferido	49
2.3.15 Plano de benefícios pós-emprego	50
2.3.16 Leasing	52

3	<i>Histórico da Inflação no Brasil</i>	55
4.	<i>Análise dos dados</i>	71
4.1	Aracruz Celulose S.A.	73
4.2	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	86
4.3	COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A.	95
4.4	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	119
4.5	Embratel Participações S.A.	133
CONCLUSÕES		141
BIBLIOGRAFIA		146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	ARACRUZ – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1996.....	79
Tabela 2 –	ARACRUZ – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1996.....	80
Tabela 3 –	ARACRUZ – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1996.....	81
Tabela 4 –	ARACRUZ – Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1996.....	82
Tabela 5 –	ARACRUZ – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997.....	83
Tabela 6 –	ARACRUZ. – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.....	84
Tabela 7 –	ARACRUZ – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1997.....	85
Tabela 8 –	ARACRUZ – Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1997.....	86
Tabela 9 –	CSN – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1996.....	91
Tabela 10 –	CSN – Demonstração do Resultado para Exercício findo 31 de Dezembro de 1996.....	93
Tabela 11 –	CSN – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1996.....	94
Tabela 12 –	CSN – Demonstração do Resultado em US GAAP para Exercício findo 31 de Dezembro de 1996.....	95
Tabela 13 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997.....	104
Tabela 14 –	COPENE.– Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.....	105
Tabela 15 –	COPENE – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1997.....	106

Tabela 16 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1997.....	107
Tabela 17 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1998.....	109
Tabela 18 –	COPENE – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.....	110
Tabela 19 –	COPENE – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1998.....	111
Tabela 20 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1998.....	112
Tabela 21 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999.....	114
Tabela 22 –	COPENE – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.....	115
Tabela 23 –	COPENE – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1999.....	116
Tabela 24 –	COPENE – Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1999.....	117
Tabela 25 –	COPEL – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997.....	122
Tabela 26 –	COPEL – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.....	124
Tabela 27 –	COPEL – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1998.....	125
Tabela 28 –	COPEL – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.....	127
Tabela 29 –	COPEL – Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999.....	128
Tabela 30 –	COPEL – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.....	130
Tabela 31 –	COPEL – Reconciliação do Patrimônio Líquido em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e EUA.....	131

Tabela 32 – COPEL – Reconciliação do Lucro Líquido em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e EUA.....	132
Tabela 33 – EMBRATEL– Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999.....	137
Tabela 34 – EMBRATEL – Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.....	138
Tabela 35 – EMBRATEL – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1999.....	139
Tabela 36 – EMBRATEL – Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e EUA.....	140

RESUMO

Desde 1996 companhias brasileiras vêm lançando títulos em bolsas de valores norte-americanas como uma forma de obter recursos financeiros. A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) requer dessas companhias a tradução de suas demonstrações contábeis para dólares e a sua apresentação de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos EUA (US GAAP).

Conforme estipulam os pronunciamentos contábeis para a tradução de demonstrações financeiras em moeda estrangeira, o Brasil era considerado uma economia altamente inflacionária até julho de 1997, embora a Lei 9.249/95 tenha proibido que a partir de 1996 as companhias contabilizassem a correção monetária.

Este estudo apresenta uma análise comparativa entre as demonstrações contábeis feitas de acordo com a legislação societária brasileira e as demonstrações elaboradas com a utilização do método da correção integral, de 1996 a 1999, de algumas companhias brasileiras nesta situação, com o objetivo de demonstrar os efeitos da inflação neste período sobre a informação contábil.

O trabalho também identifica algumas das diferenças entre as práticas contábeis utilizadas no Brasil e aquelas recomendadas pelos US GAAP encontradas nas demonstrações contábeis analisadas.

Conclui-se que em 1996 e 1997 investidores brasileiros e norte-americanos tiveram acesso a informações diferentes, em função do uso da

correção monetária neste período apenas nas demonstrações contábeis divulgadas nos EUA, e que a decisão de não mais utilizar a correção monetária acarretou perdas para as companhias e deteriorou a qualidade da informação contábil.

ABSTRACT

Since 1996 Brazilian Companies has issued stocks at American Stock Exchanges as a way to obtain financial resources. These companies are asked by the United States Securities and Exchange Commission (SEC) to translate their financial statements into American Dollars and present them in accordance with the Generally Accepted Accounting Principles in the USA (US GAAP).

As stipulated by the American accounting pronouncements for translation of financial statements into foreign currency, Brazil was considered a highly inflationary economy until July 1997, although the Law 9.249/95 had established that from 1996 on companies would no longer record monetary correction, an accounting technique designed to reflect the effects of inflation.

This study presents a comparative analysis among the financial statements in accordance with the Brazilian Corporate Law and the financial statements elaborated using the Constant Currency Method, from 1996 to 1999, of some Brazilian Companies in this situation, with the objective of demonstrate the effects of inflation on this period upon accounting information.

It also identifies some of the differences between Brazilian accounting practices and those practices recommended by US GAAP found on the financial statements analyzed.

It concludes that in 1996 and 1997 Brazilian and American investors had access to different information, because of the use of monetary correction only on financial statements reported in the USA, and that the decision of ceasing the

use of monetary correction has brought losses for the companies and impairment to the quality of accounting information.

INTRODUÇÃO

Com a crescente globalização da economia, cada vez mais, companhias locais têm tido acesso ao mercado financeiro internacional, seja através da tomada de empréstimos externos ou do lançamento de títulos nas principais bolsas de valores do mundo.

Outra situação que já existe há muito tempo no mundo dos negócios é o fato de que grandes empresas têm se estabelecido em outros países através da aquisição de empresas locais ou mesmo da abertura de subsidiárias ou coligadas nesses países.

Como resultado dessa realidade surge para a Contabilidade a necessidade de superar as barreiras de linguagem, moeda e, principalmente, das diferenças existentes entre as práticas contábeis adotadas em cada país, de modo a possibilitar a compreensão e interpretação das demonstrações contábeis por investidores e pela matriz estrangeira.

Demonstrações contábeis preparadas em diferentes países que utilizam diferentes práticas contábeis têm apresentado diferentes resultados. Este foi o caso da empresa alemã Daimler-benz, que para negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1993, precisou refazer suas demonstrações contábeis de acordo com as normas norte-americanas.

O resultado dessa mudança de critérios e práticas é que a empresa, que havia apresentado um lucro de 370 milhões de dólares norte-americanos,

conforme as normas alemãs, apresentou um prejuízo de um bilhão de dólares de acordo com as normas norte-americanas¹.

A partir desse exemplo é possível perceber que as práticas contábeis variam de país para país. As práticas contábeis da Alemanha, onde os banqueiros são os principais usuários da informação contábil, pelo fato de serem os principais fornecedores de capital para as empresas, são diferentes das práticas norte-americanas, onde a informação contábil é preparada principalmente para atender às necessidades de informação dos investidores.

Os Estados Unidos exercem forte influência no sentido de que os princípios contábeis geralmente aceitos naquele país (*Generally Accepted Accounting Principles* - US GAAP) sejam adotados por empresas estabelecidas em outros países para “traduzir” suas demonstrações financeiras a fim de torná-las inteligíveis em nível internacional.

Assim, as subsidiárias, controladas e coligadas de empresas norte-americanas localizadas fora dos EUA devem traduzir suas demonstrações financeiras, refazendo-as de acordo com os US GAAP, a fim de consolidá-las às da matriz ou controladora norte-americana.

Da mesma forma, as empresas estrangeiras que desejam negociar suas ações em bolsas de valores daquele país estão também obrigadas a fazer a referida tradução, adaptando-se aos padrões norte-americanos (US GAAP).

¹ CAUDRON, Shari. Expanding Horizons in Global Accounting. Controller Magazine, Nova Iorque, NY, v.3, n.2, p.20-24, fev.1997.

Nessa situação encontram-se algumas empresas brasileiras que, para lançar suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, tiveram que adaptar sua contabilidade às normas norte-americanas (US GAAP). Esta é uma maneira eficiente e cada vez mais freqüente que as empresas encontraram para obter recursos para investimentos a custos menores do que se tivessem que recorrer a empréstimos. A Bolsa de Nova Iorque movimenta diariamente mais de 40 bilhões de dólares, 150 vezes mais do que circula na Bolsa de Valores de São Paulo, a maior do Brasil².

Para efetuar a tradução de demonstrações contábeis em moedas estrangeiras para a moeda norte-americana, os Estados Unidos estabeleceram regras específicas para cada uma das situações abaixo³:

- a) investimento em dólar norte-americano em país de economia altamente inflacionária;
- b) investimento em país de economia não inflacionária;
- c) empresas estrangeiras que desejam lançar títulos no mercado daquele país.

O foco deste trabalho será a situação “c” anterior, pretende-se traduzir para dólares as demonstrações contábeis originais, de acordo com a legislação societária, assim como as demonstrações em moeda constante de algumas empresas brasileiras naquela situação, para em seguida comparar os dois

² BAPTISTA, Cristina. Na Capital do Dinheiro. Revista Veja. ed. Abril. nº 15, ano 34, p.110-111, 18.abr.2001.

³ MARTINS, Eliseu. Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – Introdução e “FAS-8” (1ª parte). Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 24, 1995, p.218.

conjuntos de demonstrações, a fim de evidenciar os montantes em dólares referentes às distorções causadas em função da inflação.

A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho será a pesquisa empírica, na qual serão utilizados dados documentais secundários, que consistem nas demonstrações contábeis publicadas no período de 1996 a 1999, de acordo com as normas brasileiras e nas demonstrações publicadas de acordo com as normas norte-americanas (US GAAP), de algumas empresas brasileiras que vêm operando na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde aquele período.

O tratamento dos dados ocorrerá da seguinte forma:

- a) serão convertidas para dólares as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas, tanto aquelas elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, sem considerar os efeitos da inflação, como as demonstrações em moeda constante, publicadas como informação complementar, relativas ao período de 1996 a 1999;
- b) em seguida serão comparados os dois conjuntos de demonstrações em cada exercício, a fim de levantar as diferenças pelo não reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira;
- c) serão ainda comparadas determinadas contas das demonstrações em dólares, obtidas a partir das traduções efetuadas, com as demonstrações publicadas nos EUA de acordo com os US GAAP, com o objetivo de evidenciar eventuais diferenças entre as práticas

contábeis brasileiras e norte-americanas, com base nas informações prestadas pelas empresas em notas explicativas.

Dessa forma, o trabalho abordará as seguintes dimensões:

- a) as distorções causadas pela inflação nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras, caso não tivessem sido corrigidas monetariamente em 1996 e 1997 para fins de adaptação às normas norte-americanas (US GAAP);
- b) as diferenças entre as práticas contábeis brasileiras e norte-americanas, objeto de ajustes para tradução das demonstrações contábeis das empresas analisadas.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, da seguinte forma:

No capítulo 1 – Tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira – são apresentados os diversos métodos utilizados para tradução de demonstrações contábeis de uma moeda para outra, os pronunciamentos divulgados pelo órgão norte-americano de normas contábeis (FASB), assim como as metodologias utilizadas no Brasil para a tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira.

No capítulo 2 – Normas e práticas contábeis no Brasil e nos EUA – apresenta-se os principais órgãos reguladores de normas contábeis no Brasil e nos EUA e as principais diferenças entre normas e práticas contábeis nos dois países.

No capítulo 3 – Histórico da Inflação no Brasil – é feita uma retrospectiva sobre a inflação no Brasil e seus efeitos sobre o poder aquisitivo da moeda,

bem como os métodos de correção monetária utilizados ao longo do tempo para minimizar tais efeitos sobre as demonstrações contábeis.

No capítulo 4 – Análise dos Dados – são apresentadas as demonstrações contábeis traduzidas para dólares de algumas empresas brasileiras que estavam operando na Bolsa de Valores de Nova Iorque no período de 1996 a 1999, traduzindo-se tanto as demonstrações feitas de acordo com a legislação societária como as demonstrações em moeda constante, com o objetivo de evidenciar eventuais distorções em função do não reconhecimento dos efeitos da inflação, para em seguida compará-las às demonstrações apresentadas aos investidores norte-americanos.

Por fim, serão apresentados os comentários finais e as conclusões obtidas ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO 1

1. Tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira

A globalização da economia vem exigindo cada vez mais que empresas com negócios no exterior efetuem a tradução de suas demonstrações contábeis para moeda estrangeira, o que é feito, segundo Perez Júnior⁴, com os seguintes objetivos:

- a) obter demonstrações contábeis em moeda constante, não sujeita aos efeitos da inflação;
- b) permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento do seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país;
- c) possibilitar a aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos efetuados em diversos países;
- d) possibilitar a consolidação e combinação de demonstrações contábeis de empresas situadas em diversos países.

A tradução de demonstrações contábeis para uma moeda estrangeira é o processo pelo qual os valores de cada item dessas demonstrações são convertidos para uma outra moeda, com base em uma taxa de câmbio.

Alguns autores denominam esse processo como “conversão” de demonstrações contábeis, o qual é considerado por outros autores um termo

⁴ PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. Atlas, 4ª ed. 2001. p 50.

inadequado, como é o caso de Choi e Mueller⁵, que a seguir definem os dois termos:

“Tradução não é sinônimo de conversão. Conversão é a troca física de uma moeda por outra. (...) Tradução é simplesmente uma troca da expressão monetária (...). Não ocorre troca física ou qualquer transação a ser contabilizada.” (tradução livre)

Neste trabalho será utilizado o termo “tradução” para designar o processo acima definido, exceto nos casos de citações em que os autores utilizem o termo “conversão”.

É importante também diferenciar a tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira da contabilidade em moeda estrangeira, também conhecida como tradução das operações. De acordo com Perez Júnior⁶:

“No caso de conversão de demonstrações contábeis, a empresa mantém sua contabilidade em moeda nacional (...) e somente ao final do exercício, após o encerramento das demonstrações em moeda nacional, aplica os procedimentos de conversão (...). No caso da contabilidade em moeda estrangeira, as operações são convertidas para moeda estrangeira à medida que ocorrerem e registradas em sistema contábil próprio, apurando ao término do exercício as demonstrações em moeda estrangeira, não havendo a necessidade de nenhuma conversão.”

O foco deste trabalho será a tradução das demonstrações e não a tradução das operações, visto que tratará de empresas brasileiras, que mantêm sua contabilidade em Reais.

De um modo geral, existem vários métodos para se efetuar a tradução para moeda estrangeira, os quais definem a taxa de câmbio a ser utilizada e os

⁵ CHOI, Frederick D. S; MUELLER, Gehard G. International Accounting. Prentice Hall, 2ª ed. 1992. p.139.

⁶ PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. Atlas, 4ª ed. 2001. p 52.

demaís procedimentos para a tradução, de acordo com a base conceitual de cada um.

Muitos países estabelecem regras para a tradução, geralmente adotando um determinado método, como é o caso dos Estados Unidos. Outros países, como Alemanha e Suécia, aceitam regras diferentes, sem obrigar o uso de um método qualquer.⁷

A principal distinção entre os diversos métodos normativos de tradução é a exigência de traduzir particulares classificações de ativos e passivos ou à taxa corrente ou à taxa histórica.

Serão descritos a seguir os métodos de tradução mais conhecidos.

1.1 Métodos de tradução para moeda estrangeira

1.1.1 Método temporal

O método temporal traduz à taxa corrente da data do balanço os ativos e passivos escriturados a preços atuais ou futuros, como caixa, valores a receber e valores a pagar, e traduz às taxas históricas aplicáveis os ativos e passivos escriturados a preços passados, como os estoques, os ativos fixos e as receitas diferidas. A maioria das receitas e despesas é traduzida pela média das taxas de câmbio do período, sendo que a despesa de depreciação e o custo das

⁷ MARTINS, Eliseu. Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – Introdução e “FAS-8”. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 24, 1995. p.218.

vendas são traduzidos à apropriada taxa histórica. Os ganhos ou perdas na tradução são levados diretamente ao resultado.

1.1.2 Método monetário / não monetário

O método monetário/não monetário traduz à taxa corrente os ativos e passivos monetários (realizáveis em moeda), como caixa, contas a receber e a pagar, e os ativos e passivos não monetários, como estoques, ativos fixos, receitas e despesas antecipadas, são traduzidos às taxas históricas aplicáveis.

Santos⁸ afirma que *“os resultados deste método podem coincidir com os do método temporal”*. E acrescenta que *“os resultados apresentados pelos dois métodos poderiam ser bem diferentes se os princípios contábeis exigissem medições diferentes dos preços de aquisição ou preços incorridos para os ativos e passivos monetários.”*

1.1.3 Método corrente / não corrente

O Método corrente/não corrente traduz os ativos e passivos correntes à taxa corrente e os ativos e passivos não correntes às taxas históricas aplicáveis. Dessa forma, itens não monetários como os estoques e receitas e despesas antecipadas são também traduzidos à taxa corrente, pelo fato de estarem classificados no Circulante, e as contas a receber e a pagar no longo

⁸ SANTOS, Ariovaldo dos. Aspectos da Conversão de Demonstrações Financeiras para Moeda Estrangeira. Dissertação de Mestrado. FEA-USP. 1980. pp.10 e 11.

prazo são traduzidas às taxas históricas respectivas, por não estarem no Circulante.

1.1.4 Método da taxa corrente

O método corrente é o mais fácil de ser aplicado, uma vez que traduz todos os ativos e passivos à taxa corrente de câmbio do final do período apresentado, mas pode apresentar resultados totalmente distorcidos quando aplicado em países com significativas variações nas taxas de câmbio.

1.2 Pronunciamentos do FASB

O *Financial Accounting Standards Board* – FASB (Comitê de Normas Contábeis) é o principal órgão de normatização contábil nos Estados Unidos. Suas atividades foram iniciadas em junho de 1973, com grande apoio financeiro do Governo Federal daquele país, das entidades de classe da profissão contábil e de grandes empresas. Sua função é estabelecer e aperfeiçoar normas de contabilidade financeira e de relatório aplicáveis às companhias de capital aberto e fechado, exceto entidades governamentais estaduais e municipais. Tais normas são denominadas *Statement of Financial Accounting Standards* – SFAS, que serão aqui mencionadas como pronunciamentos.

O FASB já emitiu dois pronunciamentos sobre a tradução de demonstrações contábeis de acordo com as normas norte-americanas: o SFAS nº 8 - *Accounting for the Translation for Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements* (Contabilidade para a Tradução de

Transações em Moeda Estrangeira e Demonstrações Financeiras em Moeda Estrangeira), emitido em 1975; e o SFAS nº 52 - *Foreign Currency Translation* (Tradução em Moeda Estrangeira), emitido em 1981.

O SFAS nº 8, que utilizava o método temporal, identificou duas categorias de taxas de tradução: as taxas históricas e as taxas correntes, que devem representar as mesmas taxas utilizadas pelo país para a remessa de dividendos ou retorno de capital estrangeiro (taxa de câmbio de venda).

Assim, foram adotadas pelo SFAS nº 8 as seguintes taxas para tradução de ativos e passivos, conforme tabela a seguir:

	Taxa Corrente	Taxa Histórica
ATIVO		
Caixa e Bancos	X	
Títulos negociáveis:		
- Ao custo		X
- Ao preço de mercado corrente	X	
Contas e títulos a receber e respectivas deduções	X	
Provisão para devedores duvidosos	X	
Inventários:		
- Ao custo		X
- Ao custo de reposição corrente ou preço de venda corrente	X	
- Ao valor realizável líquido	X	
- Ao preço de contrato (produzidos sob contratos de preço fixo)	X	
Seguros antecipados, publicidade e aluguel		X
Adiantamento e cauções	X	
Imobilizado técnico		X
Depreciação acumulada do imobilizado técnico		X
Valor de resgate de seguro de vida		X
Patentes, marcas registradas, licenças, fórmulas		X
Fundo de comércio		X
Outros ativos intangíveis		X

	Taxa Corrente	Taxa Histórica
PASSIVO		
Contas e títulos a pagar e saques a descoberto	X	
Despesas a pagar acumuladas	X	
Prejuízos acumulados sobre contratos firmes de compra	X	
Cauções	X	
Receitas diferidas		X
Obrigações a pagar e outras dívidas a longo prazo	X	
Ágios ou descontos a amortizar sobre obrigações ou títulos a pagar	X	
Obrigações conversíveis a pagar	X	
Obrigações acumuladas sobre planos de pensão	X	
Obrigações por garantias	X	

Fonte: SFAS N° 08 – Accounting for the Translation for Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements⁹

De acordo com Martins¹⁰, são empregados os seguintes critérios pelo SFAS nº 8 na tradução dos itens da Demonstração do Resultado:

- São desprezados todos os efeitos da correção monetária de balanço;
- Faz-se a conversão das receitas e despesas pelas suas datas de formação, aceitando-se o uso de valores médios para o período quando isso não trazer distorções relevantes;
- Depois se introduz a figura dos “Ganhos ou Perdas na Conversão.

O mesmo autor afirma em seguida que a filosofia básica desse método é a de que *“as Demonstrações Contábeis convertidas são aquelas que seriam*

⁹ Financial Accounting Standards Board. Statement of Financial Accounting Standards N° 08 – Accounting for the Translation for Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements. In: Conversão de Balanços em Moeda Estrangeira, 1998. São Paulo. JCA Treinamentos.

¹⁰ MARTINS, Eliseu. Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – Introdução e “FAS-8”. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 24, 1995. p.214.

obtidas caso a Contabilidade fosse efetuada por um Contador norte-americano, localizado nos EUA, seguindo os preceitos contábeis de lá.”

O SFAS nº 52 revogou o SFAS nº 8 e estabeleceu duas modalidades de critérios para a tradução das demonstrações contábeis, de acordo com a situação econômica do país em que a empresa estiver localizada, conforme a seguir:

- a) economias consideradas estáveis (não hiperinflacionárias);
- b) economias consideradas hiperinflacionárias, definidas como economias cujo efeito cumulativo da inflação em três anos consecutivos se aproxima ou supera a marca de 100%, para as quais se aplicam os critérios de tradução estabelecidos pelo SFAS nº 8.

O SFAS nº 52 , embora tenha revogado o SFAS nº 8, manteve os critérios existentes naquele pronunciamento para a tradução de demonstrações contábeis em economias consideradas hiperinflacionárias, que adota o método temporal. Dessa forma, foi modificada somente a norma aplicável a países de economia estável, passando a adotar o método da taxa corrente para esses casos.

O SFAS nº 52 também introduziu o conceito de moeda funcional, que é definida pelo pronunciamento do FASB como *“a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera (FAS52, §5)”* (tradução livre). O FASB

estabeleceu ainda alguns fatores determinantes para a escolha da moeda funcional¹¹:

1. Indicadores de fluxos de caixa – se os fluxos de caixa da entidade estrangeira afetarem diretamente os fluxos de caixa da matriz, deve-se usar a moeda da matriz como moeda funcional; do contrário, deve ser usada a moeda local;
2. Indicadores de preços de venda – será utilizada a moeda da matriz como funcional se os preços da entidade forem influenciados por taxas de câmbio ou por concorrência internacional; será utilizada a moeda local como funcional quando os preços dependerem de concorrência local;
3. Indicadores do mercado de vendas – se o mercado de vendas for principalmente o da matriz deve ser utilizada a moeda da matriz como funcional; se o mercado de vendas for o local, a moeda local será usada como funcional;
4. Indicadores de despesas – se as despesas forem incorridas basicamente no país da matriz, deve-se utilizar a moeda deste país como funcional; do contrário, utiliza-se a moeda local como funcional;
5. Indicadores de financiamento – se a empresa é financiada basicamente pela matriz ou se seus financiamentos são obtidos em

¹¹ Delaney, Patrick R. et. al. GAAP 2000. Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles. John Wiley and Sons, Inc. 2000. p.802.

moeda da matriz, será utilizada esta moeda como funcional; se, por outro lado, a empresa não depende de financiamentos da matriz, a moeda local será utilizada como funcional;

6. Indicadores de transações intercompanhias – se houver um alto volume de transações intercompanhias entre a matriz e a entidade estrangeira deve ser utilizada a moeda da matriz como funcional; do contrário, a moeda local será utilizada como moeda funcional.

Com base nos mencionados indicadores, analisados de forma individual ou coletivamente, a administração deve decidir qual a moeda funcional a ser utilizada, se a moeda da matriz ou a moeda local.

É também necessário definir o que vem a ser a “moeda de relatório”, que é a moeda na qual as demonstrações contábeis são apresentadas. Para melhor entendimento de tais conceitos, apresenta-se o exemplo citado por Perez Júnior¹²:

*“Uma empresa inglesa mantém suas principais operações com uma empresa alemã. Assim teremos:
Moeda local: Libra Esterlina
Moeda funcional: Marco Alemão
Moeda de relatório: Dólar Americano”*

Em uma situação como a do exemplo citado, em que a moeda local é diferente da moeda funcional, a tradução da moeda local para a moeda funcional deve ser feita utilizando-se o método temporal, enquanto que a

¹² PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. Atlas, 4ª ed. 2001. p 150.

tradução da moeda funcional para a moeda de relatório deve seguir o método da taxa corrente.

Dessa forma, a utilização da moeda local como moeda funcional facilita o trabalho da tradução das demonstrações contábeis, visto que será utilizado somente o método da taxa corrente. No entanto, tal decisão deve respeitar a análise dos fatores já mencionados para definir a moeda funcional mais adequada a cada empresa. Além disso, no caso de entidades localizadas em economias altamente inflacionárias, o FASB considera que a moeda local não pode ser usada como funcional. Neste caso, as demonstrações contábeis devem ser traduzidas como se a moeda funcional fosse a moeda de relatório.

O SFAS nº 52 estabelece que os ajustes na tradução não devem ser incluídos na determinação do lucro líquido, mas divulgados separadamente como um componente do patrimônio líquido. Sobre o assunto, Perez Júnior¹³ faz o seguinte comentário, onde diferencia os ajustes na tradução dos ganhos ou perdas na conversão:

- *“ajustes de tradução: são decorrentes de diferença de taxa cambial entre a moeda funcional e a moeda de relatório. Ocorre quando a moeda funcional é diferente da moeda de relatório;*
- *ganhos ou perdas: são decorrentes de diferença de taxa cambial entre a moeda local e a moeda funcional. Ocorrem quando a moeda funcional é diferente da moeda local.”*

¹³ PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. Atlas, 4ª ed. 2001. p 152.

Natal¹⁴ resume os critérios de tradução estabelecidos pelo SFAS nº 52 conforme a seguir:

- *“Se a contabilidade é mantida em moeda local (...) e conclui-se que a moeda funcional é a própria moeda local, utilizar-se-á o método corrente para efetuar a tradução das demonstrações em moeda local para dólar.*
- *Se a contabilidade é mantida em moeda local, porém conclui-se que a moeda funcional é uma terceira moeda, far-se-á primeiramente a conversão das demonstrações em moeda local para a moeda funcional através do método temporal e em seguida utilizar-se-á o método corrente para efetuar a tradução das demonstrações obtidas em moeda funcional para dólar.*
- *Se a contabilidade é mantida em moeda local, porém conclui-se que a moeda funcional é o dólar, far-se-á a tradução das demonstrações em moeda local para dólar pelo método temporal.”*

De acordo com Martins¹⁵ a filosofia do SFAS nº 52 é a seguinte:

“O FAS-52 parte do seguinte raciocínio: as demonstrações feitas na moeda local, se dentro dos critérios e das normas norte-americanas, estão melhor preparadas nessa moeda do que se fosse efetuada a conversão com base nas taxas históricas de formação dos itens não-monetários (que é a base da lógica do FAS-8).”

O FASB estabelece no SFAS nº 52 que a tradução de demonstrações financeiras de uma moeda para outra, para outros propósitos que não o de consolidação, combinação ou aplicação do método de equivalência patrimonial está fora do escopo deste pronunciamento, como é o caso de empresas que efetuam a tradução de suas demonstrações financeiras para a conveniência de

¹⁴ NATAL, Lairton. Tradução Monetária das Demonstrações Financeiras para Moeda Estrangeira. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1988. p. 42.

¹⁵ MARTINS, Eliseu. Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – O “FAS-52” (1ª parte). Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 30, 1995. p.278.

leitores acostumados a uma outra moeda (SFAS-52, §2). Estabelece ainda que a tradução das demonstrações financeiras tem por objetivo:¹⁶

- “a) Fornecer informações que sejam geralmente compatíveis com os efeitos econômicos esperados de uma alteração de taxa de câmbio sobre os fluxos de caixa e o patrimônio líquido de uma empresa*
- c) Refletir nas demonstrações consolidadas o resultado financeiro e o relacionamento das entidades individuais, consolidadas como medidos em suas moedas funcionais, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (SFAS-52, §4)”.*

Dessa forma, deve-se ressaltar que, se o propósito para o qual esteja sendo efetuada a tradução das demonstrações contábeis for o de consolidação, combinação ou aplicação do método de equivalência patrimonial, faz-se necessária, antes da tradução, a adaptação das práticas contábeis utilizadas para a preparação destas demonstrações aos critérios exigidos pelos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (*United States Generally Accepted Accounting Principles – US GAAP*).

Segundo Perez Júnior¹⁷:

“Quando o objetivo da conversão das demonstrações contábeis é a obtenção de recursos no exterior ou para apresentação a investidores, não há a obrigatoriedade de aplicação dos procedimentos de conversão previstos no FAS-52, a menos que haja exigência específica por parte do credor ou investidor.”

Ainda sobre o assunto, Martins¹⁸ coloca que:

“Se uma empresa vai lançar títulos no mercado norte-americano, por exemplo, há situações em que pode se tratar de colocações

¹⁶ Financial Accounting Standards Board. Statement of Financial Accounting Standards N° 52 Foreign Currency Translation. Current Text – Accounting Standards as of June 1, 1995. Vol. I. John Wiley and Sons, Inc.

¹⁷ PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira. Atlas, 4ª ed. 2001. p 53.

¹⁸ MARTINS, Eliseu. Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – Introdução e “FAS-8”. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 27, 1995. p.247.

fechadas, não públicas, não são pedidas demonstrações convertidas, nem demonstrações elaboradas à base dos procedimentos daquele país; mas, no caso de lançamento primário ou público normalmente se exige a re-elaboração das demonstrações conforme a Contabilidade de lá.”

Muitas empresas brasileiras têm suas ações negociadas nas bolsa de valores norte-americanas através de um instrumento denominado “*American Depositary Receipt – ADR*”, que é um certificado emitido por bancos norte-americanos, representativo de ações dessas empresas, mantidas em custódia em um banco brasileiro.

De acordo com Andrezo e Lima¹⁹ há três níveis de ADR, que diferem quanto ao modo de negociação e às exigências de adequação às normas da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (*Securities and Exchange Commission – SEC*), conforme a seguir:

- **“ADR nível I (pink sheet):** neste nível ocorre apenas a conversão em ADRs de ações da empresa já negociadas no mercado secundário brasileiro, e a subsequente negociação dos ADRs em mercado de balcão norte-americano (OTC), via terminal de computador. Como as ações que vão lastrear os ADRs já devem existir no mercado secundário, não há captação de recursos novos pela empresa emissora, mas apenas uma troca de propriedade de seus papéis. As formalidades junto à SEC consistem apenas em (i) fornecer aos investidores americanos as mesmas informações disponíveis no mercado brasileiro e (ii) solicitar o pedido de isenção de registro a esse órgão. Além disso há a necessidade de estabelecer um Depositary Agreement entre a empresa brasileira e o banco depositário norte-americano e atender algumas exigências da CVM e Banco Central. Não há, entretanto, a necessidade de adaptação da contabilidade aos padrões americanos. Esse é o programa mais simples e o mais comum, que tem a vantagem de ser mais barato do que os outros, além de dar liquidez à ação e ampliar sua base de acionistas. No

¹⁹ ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. Mercado Financeiro – Aspectos Históricos e Conceituais. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p.212.

entanto, há limitações pelo fato de que as negociações ocorrem apenas no mercado de balcão.

- **ADR nível II (lister):** *também não permite a captação de recursos novos, mas autoriza a empresa a se listar nas bolsas americanas, tais como: NYSE (New York Stock Exchange) e NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotation), acarretando as seguintes exigências: (i) registro completo na SEC, (ii) registro em bolsa norte-americana, (iii) adaptação das demonstrações contábeis da empresa aos USGAAP e (iv) fornecimento periódico de informações detalhadas aos investidores. O processo mais demorado e custoso consiste na adequação das últimas demonstrações contábeis da empresa aos USGAAP, o que demora de três a seis meses, pois é preciso discutir alguns itens de forma bem aprofundada, como fundos de pensão e contingências.*
- **ADR nível III (fully registered):** *permite a efetiva oferta pública de ADRs da empresa no mercado norte-americano, pois ocorre emissão de novas ações ou distribuição secundária. Por causa disso, há a necessidade de registro completo à SEC, nos termos do Securities Act of 1933, e adaptação das demonstrações contábeis aos USGAAPs. O procedimento de registro na SEC é semelhante, mas mais completo do que aquele necessário para o nível II. Os custos legais para a elaboração do prospecto de venda, registro na SEC e na bolsa e as comissões de underwriters podem ser significativos.”*

Assim, a SEC tem exigido das empresas brasileiras que desejam lançar ADRs níveis II e III nas bolsas de valores daquele país, a tradução de suas demonstrações contábeis de acordo com o SFAS nº 52, inclusive adaptando-as aos critérios contábeis estabelecidos pelos US GAAP.

Até 1º de julho de 1997 o Brasil era considerado um país de economia altamente inflacionária, devendo observar os procedimentos do SFAS nº 8 para conversão de demonstrações contábeis para a moeda norte-americana. A partir dessa data a economia brasileira passou a ser considerada de baixa inflação, passando às regras do SFAS nº 52.

1.3 Os Métodos de tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira utilizados no Brasil

A adoção no Brasil da técnica da Correção Integral das demonstrações contábeis foi instituída pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Instrução nº 64/87. Posteriormente, outros normativos foram emitidos pela CVM no sentido de aperfeiçoar a sistemática de Correção Integral, até que em 1992 foi emitida a Instrução nº 191, que consolidou as normas sobre o assunto.

A Correção Integral reconhece o efeito das mudanças dos níveis gerais de preços individualmente sobre as contas das demonstrações contábeis. Além de reconhecer os efeitos da inflação, essa técnica também aplica o conceito de ajuste a valor presente para compras e vendas a prazo e prefixadas, com base na taxa de juros divulgada pela ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento). Assim, a aplicação da Correção Integral veio, sem dúvida, melhorar a qualidade das demonstrações contábeis apresentadas no Brasil.

O uso generalizado dessa técnica, que era obrigatório para as sociedades por ações de capital aberto, fez com que surgissem formas alternativas de tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira.

Foi assim que surgiu o “Método Brasileiro” de tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira. Este método consiste em converter de forma direta para dólares todos os saldos do balanço, já ajustados pela metodologia da Correção Integral, com base na paridade do dólar norte-americano do final do exercício.

Segundo Martins²⁰ esse método é de fácil aplicação, porém o problema da não-paridade entre o dólar e a UFIR (Unidade Fiscal de Referência)²¹, ao longo do ano, pode causar as seguintes dificuldades:

- A não-cumulatividade dos valores em dólar;
- A não-conciliação entre valores de balanço de um ano para o outro; e
- A não-conferência com os registros da empresa de exportação ou importação.

Uma outra alternativa de tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira utilizada no Brasil tem sido a aplicação do SFAS nº 52 às demonstrações contábeis elaboradas pela Correção Integral em UFIR. Para tal, deve-se considerar a UFIR como a moeda funcional das demonstrações. Assim, a tradução seria feita do Real (moeda local) para a UFIR (moeda funcional), de acordo com as regras da Correção Integral, que se assemelham ao método temporal, e em seguida seria feita a conversão da UFIR para o dólar (moeda de relatório) pelo método da taxa corrente.

A diferença entre esse método, denominado “FAS-52 Correção Integral”, e o “Método Brasileiro”, é que este parte das demonstrações elaboradas pela Correção Integral em moeda da data do balanço, enquanto que o primeiro parte

²⁰ MARTINS, Eliseu. O “Método Brasileiro” de Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira (1ª parte). Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 42, 1995. p.386.

²¹ A UFIR era o índice utilizado para atualização monetária de tributos e respectivas multas, bem como para corrigir as demonstrações contábeis pela técnica da Correção Integral.

do dólar médio do período. Martins²² diferencia os dois métodos conforme a seguir:

“Na forma do ‘FAS-52’ Correção Integral cada receita ou despesa está em função da taxa de câmbio de sua origem, e a diferença daí para frente em termos da disparidade UFIR/dólar está na conta de Ajuste Especial, no Patrimônio Líquido. Na forma do ‘Método Brasileiro’ as receitas e despesas são trazidas para moeda de final de ano para só daí serem convertidas.”

Mesmo após 1995, quando a Lei 9.249/95, em seu art. 4º, parágrafo único, vetou a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações contábeis, inclusive para fins societários, a Correção Integral continuou sendo utilizada para fins de tradução dessas demonstrações, visto que neste período o Brasil ainda era considerado um país de economia altamente inflacionária, do ponto de vista dos critérios norte-americanos e internacionais, também aceitos pelo Conselho Federal de Contabilidade, que consideram como tal, as economias cujo efeito cumulativo da inflação em três anos consecutivos se aproxima ou supera a marca de 100%.

A partir de 1º. de julho de 1997 o Brasil passou a ser considerado uma economia de baixa inflação, pois apresentou um índice acumulado de inflação inferior a 100% nos últimos 3 anos, o que permitia o uso do Real como moeda funcional, pelos critérios do SFAS nº 52.

No encontro de 2 de dezembro de 1997, da Força Tarefa de Práticas Internacionais (*International Practices Task Force*) do Instituto Americano de

²² MARTINS, Eliseu. O “Método Brasileiro” de Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira (3ª e última parte). Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 44, 1995. p.405.

Contadores Públicos Certificados (*American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*), foi apresentada a seguinte orientação, baseada em discussões anteriores com a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (*Securities and Exchange Commission – SEC*)²³:

“As entidades devem avaliar as taxas históricas de inflação e suas tendências, bem como outros fatores para determinar se o Brasil é uma economia altamente inflacionária. Se concluir que a economia não é mais altamente inflacionária, as entidades brasileiras precisarão mensurar suas demonstrações financeiras usando a moeda funcional da entidade. Não é apropriado postergar a mudança da moeda funcional, uma vez que a administração tenha determinado que o Brasil não é mais uma economia altamente inflacionária.” (tradução livre)

No encontro de 21 de novembro de 2000, da Força Tarefa de Práticas Internacionais, cujas orientações foram revisadas em 9 de abril de 2001, foi discutida a diferença entre as demonstrações contábeis preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, daquelas preparadas em conformidade com os US GAAP, uma vez que as primeiras consideraram os efeitos inflacionários somente até 31 de dezembro de 1995 e estas últimas poderiam incluir até dois anos a mais (1996 e 1997) nos quais foram considerados os efeitos da inflação.

Em função dessa circunstância, a data em que os ativos e passivos não-monetários foram “congelados” nas demonstrações em US GAAP difere das demonstrações preparadas em conformidade com a legislação societária brasileira²⁴.

²³ AICPA SEC Regulations Committee Highlights – International Practices Task Force – Washington Office, December 2, 1997. Disponível: Site do AICPA. URL: <http://www.aicpa.org>. Consulta: 22/04/2002).

²⁴ AICPA SEC Regulations Committee Highlights – International Practices Task Force – Washington Office, November 21, 2000. Disponível: Site do AICPA. URL: <http://www.aicpa.org>. Consulta: 22/04/2002).

Em suma, a partir de 1998, as empresas brasileiras passaram a não mais considerar os efeitos inflacionários em suas demonstrações contábeis traduzidas para o dólar norte-americano e em conformidade com as práticas contábeis dos EUA (US GAAP), enquanto que nos exercícios de 1996 e 1997 tais efeitos foram reconhecidos nas demonstrações em US GAAP e não reconhecidos nas demonstrações divulgadas no Brasil, de acordo com a legislação societária.

CAPÍTULO 2

2. Normas e práticas contábeis do Brasil e dos EUA

Ao longo do tempo a Contabilidade vem evoluindo de acordo com o avanço econômico e social da humanidade. Iudícibus²⁵ afirma:

“A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, a estímulos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, em suas necessidades informativas, é a melhor forma de entender e definir os objetivos da Contabilidade”.

A partir dessa afirmação, é possível entender porque os procedimentos contábeis variam de um país para o outro. Como qualquer ciência social, a Contabilidade sofre influências de ordem econômica, política e cultural, de modo que cada sociedade vem estabelecendo seus padrões e normas contábeis conforme suas necessidades locais.

Assim, a Contabilidade vem sendo regulada por princípios e normas produzidas por entidades governamentais ou representativas da profissão contábil. A seguir serão citadas algumas dessas entidades e suas funções, bem como a influência que cada uma exerce na produção de normas contábeis no Brasil e nos Estados Unidos.

²⁵ IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000, p.44.

2.1 Órgãos emissores de normas contábeis no Brasil

2.1.1 Conselho Federal de Contabilidade – CFC

O CFC é uma autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, a quem cabe o registro e a fiscalização dos profissionais da contabilidade. É um dos órgãos produtores de normas contábeis no Brasil, tendo emitido os Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução nº 751/93), através do Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, e posteriormente, a Resolução nº 900/01, que dispõe sobre a aplicação o Princípio da Atualização Monetária.

2.1.2 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON

O IBRACON é uma entidade profissional que congrega contadores de diferentes áreas com interesse no estudo técnico da contabilidade, na edição de normas técnicas de contabilidade e auditoria e no aprimoramento da profissão no Brasil. Foi fundado em 13 de dezembro de 1971, sob a denominação de Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IAIB, através da fusão do Instituto dos Contadores Públicos do Brasil – ICPB e do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes – IBAI, tendo assumido a denominação “Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON” em 1 de julho de 1982, com a

alteração estatutária que permitiu maior abrangência de atuação e de interesses. A partir de 08 de junho de 2001 voltou a utilizar a denominação original, mantendo a sigla IBRACON.

Embora o IBRACON não tenha a atribuição de normatização legal dos procedimentos contábeis, alguns de seus pronunciamentos foram oficializados pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil, tornando a sua observância obrigatória.

2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM

A CVM é uma entidade autárquica criada pela Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e promover o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários no Brasil. Tem o poder de emitir normas que abrangem as companhias abertas, tanto relacionadas a procedimentos contábeis, quanto ao controle do exercício profissional da auditoria no mercado de capitais.

2.1.4 Banco Central do Brasil - BACEN

O BACEN foi criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964, e iniciou suas atividades em 31 de março de 1965. Dentre suas funções de controle e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional está a de regulamentação do

funcionamento das instituições financeiras. Neste sentido, sob as diretrizes do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central expede normativos como resoluções, circulares e outros documentos, consolidando-os em manuais tais como o Manual de Normas e Instruções (MNI), o Manual de Crédito Rural (MCR), a Consolidação das Normas Cambiais (CNC) e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), este último consolidando as normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras.

2.2 Órgãos emissores de normas contábeis nos Estados Unidos

2.2.1 American Institute of Certified Public Accountants – AICPA

O AICPA emitiu pronunciamentos sobre contabilidade entre 1938 e 1958, tendo sido uma das entidades que mais se destacaram nos Estados Unidos no estabelecimento de normas contábeis. Entre 1959 e 1973 os pronunciamentos passaram a ser emitidos pelo *Accounting Principles Board* – APB, órgão vinculado ao AICPA. A partir de 1973, o AICPA designou o FASB e o GASB como os órgãos oficiais para estabelecer normas de acordo com o Código de Conduta Profissional do AICPA (*AICPA's Code of Professional Conduct*).

Atualmente o AICPA emite, com a concordância do FASB, pronunciamentos sobre princípios de contabilidade em ramos de negócios específicos (*Statements of Position – SOPs*), através de seu Comitê Executivo de Normas Contábeis.

2.2.2 Financial Accounting Standards Board – FASB

O FASB é o principal órgão de normatização contábil nos Estados Unidos. Suas atividades foram iniciadas em junho de 1973, com grande apoio financeiro do Governo Federal, das entidades de classe da profissão contábil e de grandes empresas. Sua função é estabelecer e aperfeiçoar normas de contabilidade financeira e de relatório aplicáveis às companhias de capital aberto e fechado, exceto entidades governamentais estaduais e municipais.

2.2.3 Governmental Accounting Standards Board – GASB

O GASB estabelece normas de contabilidade financeira e de relatório para as entidades governamentais estaduais e municipais.

2.2.4 Securities and Exchange Commission – SEC

A SEC é um órgão governamental norte-americano equivalente à CVM no Brasil. É responsável pela fiscalização do mercado de títulos e tem autoridade para estabelecer a forma, o conteúdo e os requisitos das demonstrações contábeis de companhias de capital aberto. Embora também possa estabelecer normas contábeis, a SEC geralmente não exerce essa autoridade, delegando-a ao FASB. Suas publicações limitam-se à interpretação e ao esclarecimento de normas.

2.3 Comparação das normas e práticas contábeis

No artigo “Os Grandes Modelos Contabilísticos”, Mota²⁶ observa que existem diferenças em aspectos relevantes na Contabilidade, da forma como é praticada de país para país, e que essas diferenças são de tal modo marcadas que permitem a sistematização de distintas categorias, que classifica nos seguintes modelos contábeis:

- a) Modelo Britânico;
- b) Modelo dos E.U.A.;
- c) Modelo da Europa Latina;
- d) Modelo da Europa do Norte;
- e) Modelo da União Soviética.

O modelo contábil dos E.U.A. foi, a princípio, influenciado pelo modelo britânico. No entanto, com o grande desenvolvimento do mercado de capitais, aquele país passou a criar seu próprio modelo, orientado para a proteção dos investidores.

A crise do mercado de ações em 1929 levou à criação da SEC (*Securities and Exchange Commission*) em 1934, com a missão de supervisionar o processo de divulgação de informações financeiras.

Para exercer essa função, a SEC necessitava de uniformidade de procedimentos contábeis, o que não existia na época. Assim, a SEC pressionou

²⁶ MOTA, Rui. Os Grandes Modelos Contabilísticos. In: *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* n° 294, Portugal, p.41-42, fev.1990.

o AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*) no sentido de fixar padrões de normas contábeis a serem usados obrigatoriamente pelas empresas²⁷.

Surge a partir desse momento a preocupação em fixar normas contábeis, tendo os E.U.A. criado um arcabouço de normas e padrões contábeis denominados “Princípios Contábeis Geralmente Aceitos” (*Generally Accepted Accounting Principles - GAAP*), também conhecidos como “US GAAP”.

Essas normas foram criadas ao longo do tempo por diversos comitês e conselhos ligados ao AICPA e, desde 1973, o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), órgão independente do AICPA, passou a ser responsável pela emissão de normas contábeis nos EUA: os US GAAP.

Os US GAAP são considerados normas contábeis evoluídas e têm grande aceitabilidade internacional como padrão para a tradução de demonstrações contábeis, visto que até mesmo alguns investidores estrangeiros não norte-americanos solicitam a adequação a essas normas.

A seguir, serão comparados alguns aspectos das normas contábeis norte-americanas (US GAAP) e das normas contábeis brasileiras.

²⁷ HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

2.3.1 Conceitos contábeis básicos

Os princípios contábeis norte-americanos (US GAAP), assim como as normas brasileiras de contabilidade, adotam os seguintes conceitos básicos de contabilidade para a apresentação de demonstrações contábeis:

- Custo histórico – os itens do patrimônio são registrados pelo seu valor original, pago ou atribuído na data de ocorrência da transação;
- Regime de competência de exercícios – o efeito das transações é atribuído ao resultado do período em que ocorrerem;
- Continuidade das operações da empresa – presume-se que a entidade continuará a operar em suas atividades indefinidamente;
- Consistência e comparabilidade – as práticas e procedimentos contábeis adotados pela entidade devem ser consistentes, a fim de permitir a comparabilidade de suas demonstrações contábeis entre exercícios e com outras entidades.

2.3.2 Demonstrações contábeis

Nos Estados Unidos as demonstrações contábeis requeridas são as seguintes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração dos Lucros Acumulados;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas.

A apresentação de demonstrações contábeis comparativas é obrigatória para companhias de capital aberto registradas na SEC (*Securities and Exchange Commission*), sendo um mínimo de dois anos para o Balanço Patrimonial e três anos para as Demonstrações do Resultado, Lucros Acumulados e Fluxo de Caixa.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido apresenta as mudanças nos componentes do patrimônio líquido. Essas informações podem ser divulgadas, alternativamente, nas Notas Explicativas.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Práticas contábeis incomuns, inovadoras ou específicas do ramo de negócios devem ser divulgadas.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações sobre entradas e saídas de dinheiro durante o período e é classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

No Brasil são requeridas as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, que normalmente é substituída pela demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis no Brasil também devem ser comparativas e existem divulgações mínimas que devem constar das Notas Explicativas. A maior diferença é que, ao invés da Demonstração dos Fluxos de Caixa, aqui é requerida a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a qual é obrigatória para empresas com certo valor de patrimônio líquido, mas normalmente é apresentada independentemente do limite.

2.3.3 Mudança de critérios contábeis

Nos EUA, assim como no Brasil, mudanças de aplicação de critérios contábeis serão aceitas somente se constituírem uma evolução técnica que aprimore a apresentação das demonstrações contábeis.

Essas mudanças podem ser obrigatórias, quando provenientes de normas expedidas por órgãos reguladores, ou arbitrárias, quando se tratarem de mudanças nas estimativas ou na entidade.

Nos EUA as normas que tratam de mudanças contábeis obrigatórias orientam também sobre a data de aplicabilidade, o método de utilização e as divulgações requeridas. No Brasil as normas são normalmente aplicadas a partir do exercício em que são publicadas.

Mudanças de critérios contábeis arbitrárias nas companhias de capital aberto norte-americanas requerem uma carta do auditor independente com comentários sobre a mudança para fins de arquivamento na SEC.

Os efeitos das mudanças contábeis nos EUA são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a respectiva mudança, enquanto que no Brasil esses efeitos são reconhecidos como ajuste de exercícios anteriores. Em ambos os países é obrigatória a mensuração e divulgação desses efeitos, bem como das razões que levaram à mudança dos critérios.

2.3.4 Ajustes de exercícios anteriores

Nos EUA a maioria dos ajustes nas demonstrações contábeis é reconhecida no resultado do exercício. Os ajustes de exercícios anteriores, que são lançados fora do resultado do exercício, restringem-se a certas mudanças de critérios contábeis e à correção de erros, devendo ser refeitas as demonstrações anteriormente apresentadas, diferentemente do Brasil onde tais ajustes são apresentados em uma linha em separado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período em que forem efetuados.

A norma norte-americana exige que seja divulgada, para todos os exercícios apresentados, a natureza dos ajustes em demonstrações contábeis previamente emitidas, bem como os efeitos de sua correção no resultado antes

dos itens extraordinários, resultado líquido do exercício corrente e os respectivos valores por ação, bruto e líquido do imposto de renda aplicável.

No Brasil é mais comum o registro dos ajustes em exercícios anteriores fora do resultado do período, sendo lançados diretamente contra lucros ou prejuízos acumulados. Serão admitidos os seguintes ajustes, conforme o § 1º do art. 186, da Lei nº 6.404/76:

“Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes”.

Embora o uso da palavra “apenas” dê idéia de restrição ao uso dos ajustes, no Brasil se tem mais liberdade para efetuar ajustes de exercícios anteriores do que nos EUA, onde a utilização desses ajustes é bem mais restrita.

2.3.5 Itens Extraordinários

Itens extraordinários são eventos geradores de receita ou despesa, que são alheios à atividade normal da empresa e cuja ocorrência é irregular ou esporádica. De acordo com as normas norte-americanas, uma transação é qualificada como item extraordinário quando não ocorre com freqüência e sua natureza é não habitual como, por exemplo, a expropriação de ativos e os desastres da natureza.

Nos EUA esses itens devem ser registrados no resultado do período de competência e divulgados separadamente na Demonstração do Resultado.

No Brasil o conceito de itens extraordinários é similar ao dos EUA, no entanto, na prática, as empresas apresentam tais itens na Demonstração do Resultado como não-operacionais.

2.3.6 Eventos subsequentes

Eventos subsequentes são fatos que podem ocorrer após a data de encerramento das demonstrações contábeis de uma entidade, mas antes de sua emissão e, por isso, não se configuram ajustes de exercícios anteriores.

O tratamento contábil dado a esses eventos não apresenta diferenças entre as práticas contábeis norte-americanas e brasileiras, pois nos dois países os eventos subsequentes podem ser classificados em duas modalidades para efeito de tratamento contábil: eventos subsequentes do tipo 1 e eventos subsequentes do tipo 2, a seguir comentados:

2.3.6.1 Eventos subsequentes do tipo 1

São eventos que fornecem evidências adicionais de condições já existentes na data do balanço e que afetam as estimativas sobre as quais foram preparadas as demonstrações contábeis como, por exemplo, perdas de crédito resultantes da deterioração da situação financeira do cliente, já existente na

data do balanço, mas somente então evidente. Outro exemplo é a liquidação de um passivo que havia sido estimado em um valor diferente.

Esses eventos devem ser considerados na preparação das demonstrações contábeis e quaisquer mudanças nas estimativas resultantes dos mesmos devem ser ajustadas nas demonstrações que estão sendo elaboradas.

2.3.6.2 Eventos subsequentes do tipo 2

Esses eventos fornecem evidências de condições não existentes na data do balanço, mas que surgiram após aquela data. Exemplos destas situações são:

- a) aporte de novos recursos, inclusive como aumento de capital;
- b) compra de nova subsidiária ou de participação adicional relevante em investimento anterior;
- c) destruição de estoques ou de instalações em decorrência de sinistro (catástrofes); e
- d) alteração do controle societário.

Esses eventos não resultam em ajuste das demonstrações contábeis que estão sendo elaboradas, devendo apenas ser citados em notas explicativas.

2.3.7 Contingências

As perdas contingentes também recebem o mesmo tratamento contábil no Brasil e nos EUA, o qual varia conforme a categoria da perda esperada, de acordo com a seguinte classificação:

- a) perda provável – deve ser constituída provisão contábil pelo valor estimado da perda, com margem de erro para baixo e para cima, contabilizando-se pelo valor mínimo, com divulgação em notas explicativas das demonstrações contábeis;
- b) perda possível – exige-se apenas a divulgação em notas explicativas, informando o valor estimado, a natureza e a situação da contingência;
- c) perda remota – não é necessária nenhuma divulgação em notas explicativas nem tampouco a constituição de qualquer provisão.

2.3.8 Clientes, Fornecedores e Financiamentos

As normas norte-americanas (APB 21) requerem o ajuste a valor presente para contas a receber e a pagar a longo prazo, em cujos montantes não esteja embutida nenhuma indexação ou taxa de juros ou, ainda, nos casos em que a taxa de juros cobrada for anormal em relação às taxas de juros praticadas no mercado nas datas de emissão dos títulos. Com relação aos direitos e obrigações de curto prazo é facultativa a aplicação de ajuste a valor presente.

No Brasil, até 1995, o ajuste a valor presente era requerido para fins de correção monetária integral das demonstrações contábeis, conforme determinação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), independentemente do prazo para pagamento ou recebimento e com base na taxa da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), no entanto, para fins de legislação societária nenhum ajuste era requerido para essas contas. Atualmente o uso da correção monetária integral é facultativo, de acordo com a Instrução CVM 248 de 29.03.96.

Nos EUA as despesas de juros de financiamentos para aquisição ou construção de bens são capitalizadas no ativo imobilizado, somados aos bens a que se referirem e amortizados durante suas vidas úteis (SFAS nº 34).

No Brasil, os procedimentos diferem conforme a categoria de bens, de acordo com o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações²⁸:

a) bens comprados de terceiros:

“Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado não devem ser incluídos no custo dos bens adquiridos, mas lançados como despesas financeiras (ou ativo diferido, se em fase de construção).”

b) bens construídos, que atendem ao disposto nos itens I e II da

Deliberação CVM nº 193/96, conforme a seguir:

“I – Os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado (...), devem ser registrados em conta destacada, que evidencie a sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem.

²⁸ IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBECK, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000, p.189.

II – A alocação desses juros e encargos ao resultado do exercício deverá ser feita em consonância com os prazos de depreciação, amortização, exaustão ou baixa dos ativos financiados.”

2.3.9 Avaliação de estoques

Nos EUA, assim como no Brasil, os estoques são avaliados pelo custo de aquisição e produção ou pelo seu valor de realização (mercado), o que for menor. Os principais sistemas de avaliação de estoques admitidos nos EUA são: FIFO (*first in first out*), que equivale ao PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai); LIFO (*last in first out*), que equivale ao UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai) e o custo médio, que representa a média ponderada móvel dos vários custos de aquisição. Todos esses métodos são aceitos nos EUA para fins fiscais.

No Brasil podem ser usados os métodos PEPS, UEPS, custo médio, preço específico, que representa quanto custou cada item individualmente, e o preço de venda a varejo, onde o custo é calculado com base em um percentual sobre o preço de venda. Não é admitido pela legislação fiscal o uso do sistema UEPS (LIFO).

2.3.10 Investimentos em outras empresas

Nos EUA, como no Brasil, os investimentos podem ser avaliados pelo método de custo ou pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com os limites e a influência da participação societária.

Em algumas situações, será ainda exigida a consolidação das demonstrações contábeis, que consiste na apresentação dos resultados das operações e da posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, excluídas as transações entre essas companhias, como se o grupo fosse uma única empresa que tivesse uma ou mais filiais ou divisões.

O método de equivalência patrimonial é utilizado nos EUA para avaliar investimentos em *joint ventures* (empresas sob controle conjunto) e em empresas nas quais um investidor detenha de 20% até 50% da participação (acima de 50% é exigida a consolidação) e possa exercer influência significativa em sua administração. Investimentos (diretos ou indiretos) a partir de 20% das ações com direito a voto de uma empresa pressupõem a existência de tal influência.

No Brasil são avaliados pelo método de equivalência patrimonial os investimentos em sociedades controladas, bem como os investimentos considerados relevantes em coligadas, o que significa uma participação que tenha influência na administração ou que seja de no mínimo 20% do capital social. Tais disposições foram estendidas às sociedades “equiparadas a coligadas”, através da Instrução CVM nº 247/96.

Para efeito da legislação brasileira, são definidas como coligadas as sociedades em que uma participa com 10% ou mais do capital total da outra, sem controlá-la; é controlada a sociedade cuja investidora é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e tenha poder de eleger a maioria dos administradores da investida.

Segundo o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações²⁹, *“equipara-se à coligada a sociedade que participa, direta ou indiretamente com 10% ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la, independentemente da participação no capital total da investida”*.

Nos EUA a consolidação das demonstrações contábeis é requerida quando a empresa investidora detiver mais de 50% das ações com direito a voto da investida (controlada), no entanto, mesmo atendendo a esses requisitos, a não-consolidação é permitida nos casos de empresas cujas atividades não sejam semelhantes ou homogêneas ou, ainda, quando o controle seja somente temporário ou restrito (SFAS nº 94).

A consolidação é exigida para as companhias abertas brasileiras com mais de 30% do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas, cuja divulgação deve ser feita juntamente com as demonstrações contábeis individuais de cada empresa (art. 249 da Lei nº 6.404/76). Entretanto, igualmente aos EUA, é permitida a não-consolidação

²⁹ IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBECK, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000, p.142.

para empresas com atividades não semelhantes e para a situação de sócio majoritário temporário, ou outras situações que venham a ser autorizadas pela CVM.

Outra diferença observada entre as práticas norte-americanas e as brasileiras é a determinação do *goodwill* sobre aquisição de investimentos.

Conforme Iudícibus e Marion³⁰ *goodwill* é “o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos”.

Para fins de US GAAP o *goodwill* é determinado pela diferença entre o preço de compra e o valor justo do patrimônio líquido da investida, ou seja, os ativos e passivos são avaliados ao “valor justo” (*fair value*), enquanto que no Brasil ao invés do *goodwill*, apura-se o ágio na aquisição do investimento, que representa a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da investida, sem que sejam mensurados os valores de mercado dos ativos e passivos.

O *goodwill* deve ser amortizado à medida em que os resultados futuros esperados que lhe deram origem sejam auferidos, sendo que nos EUA o prazo máximo de amortização é de 40 anos, enquanto que no Brasil o prazo máximo é de 10 anos.

³⁰ IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas: 2001, p.102.

2.3.11 Depreciação

Nos EUA a depreciação dos bens registrados no ativo imobilizado é calculada com base na vida útil estimada do bem. São admitidos os seguintes métodos de depreciação:

- a) depreciação linear;
- b) saldos decrescentes (*declining balance*);
- c) soma de dígitos;
- d) unidades de produção; ou
- e) horas de uso.

No Brasil as normas societárias sobre depreciação são, teoricamente, iguais às norte-americanas, no entanto, na prática, são seguidas as instruções da legislação fiscal, que considera aceitável somente o método de depreciação linear e publica periodicamente os prazos de vida útil admitidos para cada espécie de bem. O contribuinte, no entanto, tem o direito de calcular quotas de depreciação adequadas às condições de uso de seus bens, diferentes das estabelecidas pela legislação fiscal, desde que consiga provar essa adequação.

2.3.12 Reavaliação

Nos EUA as reavaliações de ativos são admitidas somente para os casos de aquisições de empresas, em que os bens são reavaliados para fins de

negociação, bem como para determinação do *goodwill* sobre a aquisição do investimento.

No Brasil é permitida a contabilização de reavaliação de bens, a qual deve se basear em laudo técnico assinado por três peritos ou por empresa especializada e cumprir todos os requisitos do art.8º da Lei nº 6.404/76, devendo, ainda, ser aprovada pela assembléia de acionistas.

2.3.13 Ativo diferido

Nos EUA, diferentemente do Brasil, as despesas pré-operacionais e os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos são, geralmente, reconhecidos como despesas do período em que forem incorridos. Entretanto, podem ser diferidos os gastos com pesquisa e desenvolvimento relacionados às atividades conduzidas por terceiros e os exclusivos das indústrias extrativas, bem como os custos de produção adicionais em empresas ou segmentos em estágio inicial de produção (*start-up costs*), desde que haja uma avaliação positiva da recuperação futura desses custos.

No Brasil é permitido o diferimento dos referidos gastos, de acordo com o art. 179 da Lei nº 6.404/76, que estabelece:

“No ativo diferido são classificadas as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais”.

Os gastos relacionados com reorganização ou reestruturação da empresa devem ser contabilizados como despesa operacional do exercício em que forem incorridos. No entanto, o Banco Central do Brasil facultou às instituições financeiras o diferimento desses gastos, através das Circulares nºs. 2.582/95 e 2.707/96.

Foi também facultado às companhias abertas brasileiras o diferimento da variação cambial líquida negativa, acima de determinado limite, em 1999 e 2001, de acordo com as Deliberações CVM nº 294, de 26.03.1999 e nº 404, de 27.09.2001, respectivamente, o que motivou a emissão pelo Ibracon de um pronunciamento contrário a essa posição.

2.3.14 Imposto de renda diferido

Nos EUA e no Brasil constitui-se provisão para imposto de renda diferido sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal e os saldos constantes do balanço apresentado de acordo com as normas societárias, incluídos os créditos e prejuízos fiscais.

A principal diferença entre as práticas dos dois países na apuração do saldo do imposto de renda diferido ativo é que no Brasil se deve possuir alto grau de certeza de que os lucros reais futuros permitirão sua realização, enquanto que nos EUA exige-se uma margem de segurança superior a 50% (SFAS 109) e, caso não exista essa segurança, deve ser constituída uma provisão para redução do valor do ativo.

2.3.15 Plano de benefícios pós-emprego

Nos EUA o tratamento contábil a ser dado pelas empresas patrocinadoras aos planos de benefícios pós-emprego a empregados, também conhecidos como fundos de pensão, depende de sua responsabilidade em relação ao fundo, que pode ser de dois tipos: plano de benefícios definidos ou plano de contribuições definidas, os quais possuem as seguintes características:

a) Plano de benefícios definidos:

- garante o valor do benefício estipulado no plano independente da performance obtida na aplicação do patrimônio do fundo de pensão;
- o percentual da contribuição sobre os salários não é definido, podendo ser alterado ao longo do tempo;
- a patrocinadora assume todos os riscos para garantir o benefício previamente definido.

b) Plano de contribuições definidas:

- o valor do benefício depende da performance obtida na aplicação do patrimônio do fundo de pensão;
- o percentual da contribuição sobre os salários é definido previamente;
- a responsabilidade da patrocinadora limita-se ao pagamento da contribuição previamente definida.

Nos casos de fundos de pensão com benefícios definidos, a empresa patrocinadora deve contabilizar, como ativo ou passivo, a diferença entre o custo de pensão provisionado e o montante realmente aplicado como contribuição ao plano. Deve, ainda, ser reconhecida uma obrigação de pensão mínima quando a obrigação de benefícios acumulados for superior ao valor de mercado dos ativos do plano, ajustado pelos montantes pagos antecipadamente ou provisionados (SFAS nº 87).

Quando se tratar de plano de contribuições definidas, a obrigação da patrocinadora limita-se ao custo mensal da contribuição, proporcional aos salários de seus empregados, o qual deve ser contabilizado pelo regime de competência.

No Brasil, até o exercício de 2000, o procedimento contábil adotado pela patrocinadora para qualquer dos tipos de fundos de pensão, era o de que as despesas com contribuições para o plano fossem reconhecidas como despesa do período em que fossem transferidas ao fundo, sem que nenhuma provisão fosse constituída contabilmente para reconhecer, durante o período de atividade do empregado, as despesas com as contribuições futuras a que fará jus após a sua aposentadoria.

Em 13 de dezembro de 2000 a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu a Deliberação nº 371, que estabelece a adoção, por todas as companhias abertas, dos requerimentos apresentados no pronunciamento elaborado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), no que se refere à avaliação e registro contábil dos valores decorrentes de

benefícios a empregados, tendo como data base 31 de dezembro de 2001. Referido pronunciamento não apresenta diferenças significativas em relação à norma norte-americana.

Em ambos os países são exigidas divulgações específicas em notas explicativas sobre os planos de benefícios a empregados.

2.3.16 Leasing

As operações de *leasing*, denominadas no Brasil como Arrendamento Mercantil, classificam-se em *leasing* operacional e *leasing* financeiro, de acordo com as seguintes características:

a) *leasing* operacional

- os contratos geralmente são de curta duração e canceláveis a qualquer tempo;
- os custos de manutenção, impostos, seguros e assistência técnica geralmente são de responsabilidade da arrendadora.

b) *leasing* financeiro

- o prazo dos contratos geralmente é igual ou superior a 75% da vida útil do bem arrendado;
- é transferido à arrendatária a responsabilidade pelos custos e riscos decorrentes do uso do bem;
- a propriedade do bem geralmente é transferida para a arrendatária ao final do contrato.

O tratamento contábil dado às operações de *leasing* operacional é o mesmo no Brasil e nos EUA, que consiste em:

- a) na arrendadora – o bem é registrado no seu ativo e as contraprestações são reconhecidas como receitas de aluguéis do período em que são auferidas;
- b) na arrendatária – não registra o bem no seu ativo e as contraprestações são contabilizadas como despesas de aluguéis do período em que são incorridas.

As operações de *leasing* financeiro, nos EUA, são contabilizadas como uma operação de financiamento de bens de uso, ou seja, o bem é registrado no ativo imobilizado, pelo valor total da operação, e tem como contrapartida uma obrigação contabilizada no passivo circulante e exigível a longo prazo, conforme os prazos de vencimento das contraprestações. Este procedimento não segue a forma, mas a essência da transação que, de fato, se caracteriza como uma operação de financiamento.

No Brasil, para fins de contabilização, prevalece a forma sobre a essência dessas operações, denominadas de Arrendamento Mercantil. Assim, o *leasing* financeiro recebe o seguinte tratamento contábil no Brasil:

- As contraprestações são registradas como despesa operacional do período de vigência do contrato e o passivo não é reconhecido pelo valor total contratado, mas pelos valores mensais das contraprestações;

- No ativo imobilizado é registrado somente o valor residual garantido no contrato da operação, que representa o valor pelo qual o bem será adquirido ao final do contrato, quando da opção de compra pelo arrendatário. Muitas vezes, o valor residual não é ativado sob a alegação de que não é relevante.

CAPÍTULO 3

3 Histórico da Inflação no Brasil

A inflação é a contínua alta no nível de preços dos diversos bens e serviços de um país, que corrói o poder aquisitivo da moeda. As causas da inflação podem ser de custo ou de demanda. O Dicionário de Termos de Contabilidade³¹ define cada uma dessas modalidades de inflação da seguinte forma:

“Inflação de custo. Denominação dada ao processo inflacionário desencadeado pela prática das grandes empresas de defender as margens de lucro repassando para os preços as elevações de seus custos unitários de produção. Tal modalidade de inflação pressupõe duas coisas: (a) crescimento do custo de produção acima do ritmo da inflação e dos ganhos de produtividade; e (b) estruturas concentradas de mercado em que os preços não são determinados pelo livre jogo de demanda e de oferta, mas fixados unilateralmente pelas empresas.”

“Inflação de demanda. Consiste no processo de elevação do nível geral de preços que decorre da existência de uma demanda que não pode ser atendida pela disponibilidade interna de bens e serviços.”

A inflação tem estado presente por um longo tempo na história do Brasil. Vários planos de estabilização econômica foram implantados pelo governo com o objetivo de eliminá-la. A tabela a seguir apresenta as várias transformações por que passou a moeda brasileira no período de 1942 a 1994.

³¹ IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas: 2001, p.110.

Denominação	Símbolo	Período de vigência	Paridade em relação à moeda anterior	Extinção de centavos	Fundamento legal
Cruzeiro	Cr\$	01.11.1942 a 12.02.1967	1.000 réis = 1,00 cruzeiro (1 conto de réis = 1.000 cruzeiros)	A fração do cruzeiro denominada "centavo" foi extinta a partir de 01.12.1964	Decreto-lei nº 4.791, de 05.10.42; Lei nº 4.511, de 01.12.1964.
Cruzeiro Novo	NCr\$	13.02.1967 a 14.05.1970	1.000 cruzeiros = 1,00 cruzeiro novo		Decreto-lei nº 1, de 13.11.1965; Resolução do Banco Central nº 47, de 13.02.1967
Cruzeiro	Cr\$	15.05.1970 a 27.02.1986	1,00 cruzeiro novo = 1,00 cruzeiro	A fração do cruzeiro denominada "centavo" foi extinta a partir de 16.08.1984	Resolução do Banco Central nº 144, de 31.03.1970; Lei nº 7.214, de 15.08.1984
Cruzado	Cz\$	28.02.1986 a 15.01.1989	1.000 cruzeiros = 1,00 cruzado		Decreto-lei nº 2.283, de 27.02.1986
Cruzado Novo	NCz\$	16.01.1989 a 15.03.1990	1.000 cruzados = 1,00 cruzado novo		Medida Provisória nº 32, de 15.01.1989, convertida na Lei nº 7.730, de 31.01.1989
Cruzeiro	Cr\$	16.03.1990 a 31.07.1993	1,00 cruzado novo = 1,00 cruzeiro		Medida Provisória nº 168, de 15.03.1990, convertida na Lei nº 8.024, de 12.04.1990
Cruzeiro Real	CR\$	01.08.1993 a 30.06.1994	1.000 cruzeiros = 1,00 cruzeiro real		Medida Provisória nº 336 de 28.07.1993, convertida na Lei nº 8.697, de 27.08.1993 e Resolução BACEN nº 2.010, de 28.07.1993
Real	R\$	Desde 01.07.1994	2.750 cruzeiros reais = 1,00 real		Leis nºs 8.880 de 27.05.1994 e 9.069 de 29.06.1995

O convívio com a inflação por um período tão longo e com taxas tão exorbitantes, fez com que se desenvolvessem no Brasil estudos dos efeitos inflacionários e métodos de mensuração desses efeitos nas demonstrações contábeis das empresas, no sentido de salvaguardar a informação contábil da deterioração da moeda, que é a unidade de medida utilizada na Contabilidade.

Assim surgiu o processo denominado de correção monetária das demonstrações contábeis, o qual é definido de três formas pelo Dicionário de Termos de Contabilidade³², conforme a seguir:

“(1) Processo pelo qual valores históricos são reconstruídos (restaurados, atualizados) em históricos-corrigidos, trazendo-os em moeda corrente em certa data, conforme flutuação de preços da economia; (2) Correção de demonstrativos pelas variações do poder aquisitivo médio geral da moeda (medido por um índice geral de preços ou por um índice de flutuações do poder aquisitivo da moeda para a entidade em si, dentro de sua escala de oferta e procura de bens e serviços; (3) Correção dos demonstrativos contábeis aos custos de reposição específicos de ativos e passivos (e conseqüentemente de receitas e despesas), segundo várias fórmulas possíveis.”

A correção monetária foi introduzida nas demonstrações contábeis brasileiras, de forma facultativa, a partir de 1944, por regulamentação do Decreto-lei nº 5.844/43, passando a ser obrigatória a partir de 1964, através da Lei nº 4.357/64.

O quadro a seguir, apresentado por Heraldo Gilberto de Oliveira³³ em sua dissertação de mestrado, faz uma retrospectiva dos diversos normativos que regulamentaram a correção monetária no Brasil:

³² IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas: 2001, p.49.

Ano	REGULAMENTAÇÃO
1944	<i>O Decreto-lei nº 5.844/43 passou a permitir, a partir de 1º de janeiro de 1944, a atualização do ativo imobilizado, em caráter excepcional; o resultado da atualização estava sujeito à tributação pelas alíquotas normais.</i>
1951	<i>A Lei nº 1.474/51 permitiu a reavaliação do ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1946, dando como benefício a tributação do seu acréscimo à alíquota reduzida de 10%; o aumento de capital decorrente da reavaliação poderia ser feito até 31 de dezembro de 1952.</i>
1952	<i>A Lei nº 1.772/52 vem prorrogar o prazo concedido pela Lei nº 1.474/51 de 31 de dezembro de 1952 para 30 de junho de 1953.</i>
1956	<i>De 30 de junho de 1953 até 4 de setembro de 1956, o benefício esteve extinto. Desta data até 31 de outubro do próprio ano de 1956, com o advento da Lei nº 2.862/56, a reavaliação do ativo imobilizado foi novamente permitida com alíquota excepcional; a partir desta data estes acréscimos passaram a sofrer tributação à alíquota normal.</i>
1958	<i>A partir deste ponto a correção monetária ganha o caráter permanente. A Lei nº 3.470/58 facultava a adoção da correção monetária, que, no entanto, poderia ser realizada a qualquer tempo, e sobre o seu montante incidia imposto à alíquota de 10%. A depreciação somente seria reconhecida sobre o valor do custo histórico.</i>
1964	<i>A contabilização da correção monetária, anteriormente facultativa, passa a ser obrigatória, através da Lei nº 4.357/64; a taxação da correção, que passou a ser 5% foi extinta a partir de 1º de janeiro de 1967. A depreciação do custo corrigido monetariamente passa a ser aceita.</i>
1965	<i>Com a Lei nº 4.728/65, o resultado da correção monetária do ativo imobilizado poderia ser registrado como reserva no patrimônio líquido, sem a necessidade de produzir um aumento de capital. A correção</i>

³³ OLIVEIRA, Heraldo Gilberto de. A Extinção da Correção Monetária no Brasil – Principais Implicações Contábeis e Tributárias. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1997, pp.18 a 24.

Ano	REGULAMENTAÇÃO
	<i>monetária sobre o capital de giro próprio passa a ser aceita como dedutível no cálculo do lucro extraordinário. Com a Lei nº 4.862/65, a dedução da correção monetária sobre o capital de giro próprio passa a ser aceita no cálculo do imposto de renda normal.</i>
1966	<i>Através de Decreto-lei nº 62 o sistema de indexação passaria a ser mais completo, abrangendo tanto as contas ativas como as passivas. O resultado da correção monetária não seria tributado. Este decreto estabeleceu normas para o cálculo da correção e outras com efeito contábil. (...)</i>
1974	<i>A sistemática de correção monetária, com aprimoramentos introduzidos pelo Decreto-lei nº 1.302/73, é complementada pelo Decreto-lei nº 1.338/74; regulamentada a insuficiência de depreciação, acabando com os ativos imobilizados com o valor residual após esgotada a sua vida útil e regulamentando o reconhecimento do cálculo da reserva de capital de giro próprio negativo, antes desconsiderado pela tributação.</i>
<i>Lei nº 6.404/76</i>	<i>A Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976, determinou o maior avanço no reconhecimento dos efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis havido até então. De forma simplificada, a Lei, em seu artigo 185, determina a correção monetária das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido, refletindo, como contrapartida, no resultado do exercício, na linha de correção monetária do balanço, os efeitos inflacionários. Dessa forma, o resultado e o patrimônio líquido passaram a ser adequadamente apresentados, por refletir a perda de poder aquisitivo da moeda face aos efeitos da inflação. O imposto de renda, ao ser calculado sobre a base correta – o lucro apurado adequadamente – representava, de fato, as alíquotas das legislações vigentes.</i>
<i>Decreto nº 1.598/76</i>	<i>A regulamentação fiscal da Lei nº 6.404/76 se deu através do Decreto nº 1.598/76. O governo estendeu as normas de correção monetária da lei societária às demais sociedades. (...) a partir da referida Lei o imposto de renda das empresas passou a ser pago sobre um resultado que contemplava os efeitos da inflação, sendo aceito pelas autoridades fiscais.</i>

Ano	REGULAMENTAÇÃO
<i>DL's nºs. 2.287/86, 2.308/86 e 2.341/87</i>	<i>Regulamentam aspectos diversificados acerca da sistemática oficial de correção monetária de balanços.</i>
<i>Instrução CVM nº 64/87</i>	<i>Outro marco da contabilidade brasileira foi a instrução 64, de maio de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários, obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto, e que implantou a técnica conhecida como "Correção Integral – CMI". A CMI, utilizando os mesmos índices adotados pela correção monetária societária, apresentava os balanços e resultados corrigidos para uma única moeda, do final do período contábil. Os lucros ou prejuízos, que pela metodologia oficial e na maioria das vezes, tinham a sua expressão líquida apresentada corretamente, passaram agora a ser demonstrados na sua formação, ou analiticamente, em moeda de fim de exercício.</i>
<i>Leis nºs. 7.730 e 7.738/89</i>	<i>Em 1989, a correção monetária foi, respectivamente extinta e restabelecida, pelas Leis 7.730 e 7738. Tratou-se de um dos diversos planos econômicos em que o governo tentou debelar a inflação. Em um desses planos, no início de 1989, conhecido como "Plano Verão", foi revogado o artigo 185 da Lei das Sociedades Anônimas.</i>
<i>Lei nº 7.799/89</i>	<i>Regulamentou a correção monetária para efeitos fiscais, determinando as contas a serem corrigidas e procedimentos para a correção e tributação dos efeitos inflacionários.</i>
<i>Lei nº 8.200/91</i>	<i>Em 1990, no bojo do chamado "Plano Collor", o BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) foi atualizado por índice significativamente abaixo da real inflação naquele ano. As demonstrações contábeis das empresas, no exercício de 1990, apresentaram ativos, patrimônio líquido e resultados corrigidos abaixo da inflação. A Lei nº 8.200/91 determinou que as empresas recalculassem os efeitos da inflação do exercício 1990, considerando o IPC como indexador, e que a diferença entre os dois índices fosse contabilizada e os efeitos fiscais considerados, sendo que o imposto pago a menor fosse recolhido e o pago a maior compensado. Essa correção complementar pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) foi obrigatória. Reconhecendo que em períodos anteriores também ocorreram subavaliações dos índices oficiais de correção monetária, a Lei nº 8.200/91 facultou o registro da</i>

Ano	REGULAMENTAÇÃO
	<i>correção monetária especial sobre o ativo permanente, calculada sobre índice geral de preços, que fosse creditada a uma reserva no patrimônio líquido, sem os efeitos fiscais, que somente foram aceitos sobre a diferença IPC X BTNF.</i>
<i>Decreto nº 332/91</i> <i>Decreto nº 332/91</i>	<i>O Decreto nº 332/91, além de regulamentar a Lei nº 8.200/91, determinou a regulamentação contábil e fiscal básica sobre a correção monetária até o final do ano de 1995. Esse decreto estabelecia a correção monetária: (a) das contas do ativo permanente; (b) do custo dos imóveis classificados fora do ativo permanente; (c) das aplicações em ouro; (d) dos adiantamentos a fornecedores de bens sujeitos à correção monetária, inclusive quotas de consórcios, exceto se houvesse previsão de indexação do crédito no período da correção; (e) dos contratos de mútuo entre pessoas jurídicas ligadas, e com sócios ou acionistas; (f) dos adiantamentos para aumento de capital; e (g) das contas do patrimônio líquido, inclusive lucros ou prejuízos cuja apuração fosse exigida no decorrer do ano calendário. O mesmo decreto determinou o registro, em conta especial, das contrapartidas dos ajustes de correção monetária das contas acima descritas, a dedução, como encargo do período-base, do saldo, se devedor, e o cômputo no lucro real do saldo credor.</i>
<i>Instrução CVM nº 191/92</i>	<i>A partir da instrução nº 64/86 a CVM emitiu uma série de normativos, aperfeiçoando gradualmente a sistemática de correção integral. Em 1992, com a instrução nº 191, consolidou as normas e chegou a um adequado nível de regulamentação de uma tecnologia tão bem sucedida que acabou por ser considerada por organismos internacionais de contabilidade como IASC (Intenational Accounting Standards Committee), hoje IASB (International Accounting Standards Board), e ISAR (Intragovernamental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting) da ONU.</i>
<i>Lei nº 9.249/95</i>	<i>A Lei nº 9.249/95 extinguiu a sistemática de correção monetária para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 1996, conforme redação de seu artigo 4º: “Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei 7.799, de 10 de julho de 1989, e o artigo 1º da Lei nº 8200, de 28 de junho de 1991. Parágrafo único: Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários”.</i>

Ano	REGULAMENTAÇÃO
<i>Lei nº 9.430/96</i>	<i>Regulamentação da legislação do imposto de renda e outros tributos e contribuições federais a partir de 1997. Esta Lei não alterou o disposto na Lei 9.249/95 com relação à correção monetária. Quanto à questão dos juros sobre o capital próprio, a Lei 9.430/96 revogou a possibilidade de considerá-los como dedutíveis, caso fossem incorporados ao capital social ou mantidos em conta de reserva, estabelecendo sua dedutibilidade somente no caso de pagamento (ou crédito) ao acionista.</i>

Complementando o quadro anterior, pode-se citar os seguintes normativos, também ligados ao assunto:

Ano	REGULAMENTAÇÃO
Resolução CFC nº 750/93	Regulamenta os Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre os quais está o Princípio da Atualização Monetária.
Instrução CVM nº 248/96	A Instrução CVM nº 248, de 29.03.96, tornou facultativa a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante.
Resolução CFC nº 900/01	Dispõe sobre a aplicação do Princípio da Atualização Monetária, que passa a ser compulsória somente quando a taxa inflacionária acumulada no período de três anos superar os 100%.

Dentre os normativos citados nos quadros anteriores, destaca-se a Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações, que instituiu a Correção Monetária do Balanço, que consistia na correção dos itens do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido e a diferença apurada entre o valor da correção desses dois

grupos era refletida no resultado do exercício e considerada para fins societários e de tributação.

A Correção Monetária do Balanço era uma metodologia bastante simples e de fácil aplicabilidade, mostrando-se eficaz desde que os índices de inflação não fossem muito altos, pois deixava de reconhecer o efeito inflacionário sobre itens não monetários como os estoques finais, pelo fato de esses serem classificados fora do Ativo Permanente, e também não ajustava a valor presente os valores a receber e a pagar, que em situações de alta inflação embutiam expectativas de inflação futura e taxas de juros.

A fim de corrigir essas distorções surgiu no meio acadêmico a metodologia da Correção Monetária Integral, que diferentemente da metodologia anterior, corrigia cada linha das demonstrações contábeis, apresentando-as em moeda da data do encerramento do exercício. A Correção Integral é assim definida por Iudícibus e Marion³⁴:

“Sistema que objetiva produzir demonstrações financeiras em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicar os efeitos da inflação sobre cada conta. Para tanto, é necessária a adoção de um índice que reflita a perda do poder de compra da moeda corrente e pelo mesmo sejam atualizados os saldos contábeis e reconhecidos seus efeitos no resultado do exercício.”

A Correção Monetária Integral foi instituída pela Comissão de Valores Mobiliários, através da Instrução CVM nº 64/87 e aperfeiçoada por normativos posteriores, consolidados pela Instrução CVM nº 191/92, conforme detalhado

³⁴ IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas: 2001, p.49.

no quadro anterior. Tal metodologia era obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto, embora tenha sido largamente utilizada por outras empresas não obrigadas ao seu uso. A respeito dessa metodologia Barbieri³⁵ comenta:

“Podemos afirmar que a qualidade das demonstrações foi sensivelmente melhorada. Ao longo do tempo, a metodologia da correção integral, por intermédio da publicação de várias outras Instruções, sofreu uma evolução, até que em julho de 1992 foi editada a Instrução CVM nº 191, atingindo assim um alto grau de perfeição nas demonstrações contábeis quando elaboradas em conformidade com ela.”

A Correção Monetária Integral também foi reconhecida em nível internacional como uma metodologia eficiente para corrigir os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis, conforme afirma Santos³⁶:

*“Destaque-se que a Correção Monetária Integral foi aceita e recomendada para todos os países componentes das Organizações das Nações Unidas – ONU em março de 1989. O Internacional Accounting Standards Committee – IASC (hoje **International Accounting Standards Board – IASB**), que se utiliza de modelo mais simples, declarou, conforme consta dos registros das reuniões do ISAR/GROUP/1989, que o modelo brasileiro de reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis era o mais avançado que se tinha conhecimento.”*

Desde o advento do Plano Real, que em 1º de julho de 1994 criou uma nova moeda, o Real, equivalente a 2.750 Cruzeiros Reais em 1994, a moeda nacional passou a experimentar certa estabilidade, com a conseqüente queda nos índices de inflação até então apresentados.

³⁵ BARBIERI, Geraldo. Lucro Inflacionário e Fluxo de Caixa. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 45, 1995.

³⁶ SANTOS, Ariovaldo dos. Resultado do Exercício: As Empresas Localizadas em Países com Baixas Taxas de Inflação São ou Não Afetadas? V Congresso Internacional de Custos. Acapulco, Gro. México. Julho 1997.

Neste cenário de aparente estabilidade da economia, foi aprovada a Lei nº 9.249/95, que em seu art. 4º, parágrafo único, vetou a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 1996, conforme a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995:

“Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei 7.799, de 10 de julho de 1989, e o artigo 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo Único: Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.”

A falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis vem causando sérias distorções dos números apresentados pela Contabilidade, apesar dos baixos índices de inflação observados após o Plano Real. Neste sentido, Santos³⁷ comenta:

“Se tomarmos uma inflação de 5% ao ano, num período de 10 anos teremos 62,9% de inflação acumulada. Se para a mesma taxa de inflação ampliarmos o período para 20 anos a inflação acumulada será de 165,3%.

Os números acima demonstram que a longo prazo, mesmo para os países onde a inflação é considerada baixa, a contabilidade, quando não devidamente atualizada, acaba por apresentar defasagens bastante sensíveis.”

Mesmo sem considerar o efeito cumulativo da inflação, os resultados divulgados anualmente pelas companhias podem apresentar sérias distorções, conforme comprovou o Professor Dr. Ariovaldo dos Santos³⁸, em trabalho

³⁷ SANTOS, Ariovaldo dos. Alguns Efeitos da Utilização de Índices Inadequados na Correção dos Balanços de Empresas Estrangeiras no Brasil. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 1993. p.26.

³⁸ SANTOS, Ariovaldo dos. Pior que decepção! Dá para entender os resultados publicados pela empresas? Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 19, 2002, p. 5.

recentemente divulgado, onde comparou as demonstrações contábeis de empresas brasileiras, publicadas em 1999 e 2000, de acordo com a Lei nº 9.249/95, com as demonstrações ajustadas pelo efeito da inflação do período, tendo obtido os seguintes resultados:

1999			
Comparativo dos Resultados: Ajustado X Legal			
Valores Nominais			
	Lucro/Prejuízo Líquido		Diferença Ajustado/Legal
Empresas	Ajustado	Legal	(em %)
Sansuy	11.345	2.853	297,7
Sabesp	454.564	-235.448	293,1
Editora Abril	67.648	20.526	229,6
Staroup	860	-1.484	158,0
Arteb	2.407	-11.583	120,8
Usina São Martinho	-14.874	-43.330	65,7
Santher	-14.794	-24.721	40,2
Copesul	175.120	139.766	25,3
Technos	21.354	29.172	-26,8
Mococa Metalúrgica	6.428	9.074	-29,2
B.GROB	9.850	15.390	-36,0
Ponto Frio	13.671	43.542	-68,6
Montcalm	-93	5.833	-101,6

2000			
Comparativo dos Resultados: Ajustado X Legal			
Valores Nominais			
	Lucro/Prejuízo Líquido		Diferença Ajustado/Legal
Empresas	Ajustado	Legal	(em %)
Arteb	13.457	-3.461	488,8
Staroup	3.073	1.724	78,2
Santher	20.638	12.335	67,3
Sansuy	8.509	5.300	60,5
Usina São Martinho	-14.602	-34.066	57,1
Sabesp	711.260	521.435	36,4
Copesul	128.964	99.357	29,8
Copel	430.388	430.603	0,0
TV Paranaense	14.145	14.871	-4,9
Makro	64.609	69.522	-7,1
Technos	15.510	23.584	-34,2
Mococa Metalúrgica	5.762	9.091	-36,6

Os quadros anteriores evidenciam que, mesmos em períodos de baixa inflação, como foram 1999 e 2000, o resultado apresentado nas demonstrações contábeis pode ser distorcido se não for aplicado às demonstrações contábeis nenhum método de correção monetária.

Como consequência da extinção da correção monetária das demonstrações contábeis, duas situações podem se apresentar do ponto de vista fiscal, conforme a seguir:

- a) empresas com patrimônio líquido superior ao ativo permanente: tais empresas apresentarão um lucro superior ao efetivamente ocorrido pelo fato de deixar de reconhecer uma despesa correspondente ao saldo devedor da correção monetária, o que ocasiona o pagamento

de imposto de renda e contribuição social sobre uma base de cálculo superestimada;

- b) empresas em que o valor do ativo permanente supere o patrimônio líquido: essas empresas deixarão de registrar uma receita correspondente ao saldo credor da correção monetária, redundando em um lucro subestimado e o pagamento de impostos sobre o lucro a um valor inferior ao real, num primeiro momento, no entanto, em períodos posteriores, sua carga tributária vai sendo elevada gradualmente em função da não atualização das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conseqüência da não correção do ativo imobilizado.

Ambas as situações são desfavoráveis para as empresas, conforme comentam Barbieri e Santos³⁹:

- *“As empresas na situação de saldo credor de correção teriam o benefício da postergação do Imposto de Renda, mas serão mais penalizadas a médio e longo prazos, quando da baixa de seus ativos por meio de depreciações, amortizações, alienações etc. Será que essas empresas estarão dispostas a esse futuro sacrifício? (...)”*
- *“Para as empresas na situação de resultados devedores na conta de correção monetária de balanços, a tributação adicional de impostos será tida como normal, ou estarão elas, em todos os momentos, recorrendo à justiça?”*

Diante dessas observações é possível entender porque a Receita Federal reduziu em 10 pontos percentuais (de 25% para 15%) a alíquota do

³⁹ BARBIERI, Geraldo; SANTOS, Ariovaldo dos. Fim da Correção Monetária de Balanços e início da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o capital próprio – Alguns de seus principais efeitos. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 16, 1996, p.153.

imposto de renda e permitiu a dedução da despesa com o pagamento de juros sobre o capital próprio, de acordo com os limites estipulados no âmbito da Lei nº 9.249/95. Também foram reduzidas as taxas relativas aos adicionais de imposto de renda, que eram de 12% e 18%, para uma taxa única de 10%.

A Comissão de Valores Mobiliários pronunciou-se a respeito da extinção da correção monetária através da Instrução CVM nº 248, de 29 de março de 1996 e do Parecer de Orientação nº 29, de 11 de abril do mesmo ano, onde faculta às companhias de capital aberto a elaboração e divulgação em notas explicativas de demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, quando julgadas relevantes pelos administradores e auditores responsáveis. Seguindo esta orientação, várias empresas publicam em notas explicativas suas demonstrações contábeis ajustadas pela metodologia da Correção Monetária Integral.

O Banco Central do Brasil, que regula as instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional, vetou a contabilização da correção monetária do balanço a partir de 1º de janeiro de 1996, através da Circular nº 2.682, de 30 de abril de 1996.

Em Março de 2001 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução nº 900/01 onde proíbe a atualização monetária das demonstrações contábeis regulares, admitindo-a somente em demonstrações complementares, conforme seu Art. 3º a seguir:

“Art. 3º - Quando a taxa inflacionária acumulada no triênio for inferior a 100%, a aplicação do Princípio da Atualização Monetária somente poderá ocorrer em demonstrações contábeis de natureza

complementar às demonstrações de natureza corrente, derivadas da escrituração contábil regular.”

O Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (Ibracon), através de sua Interpretação Técnica nº 02/2002, deliberou a retirada da aderência das demonstrações contábeis aos Princípios Fundamentais de Contabilidade se as demonstrações suplementares com atualização monetária forem levantadas em um período em que a inflação for inferior ao patamar de 100% em três anos.

Sobre o assunto Martins⁴⁰ fez os seguintes comentários:

“É sabido que outras razões foram levantadas para a emissão do pronunciamento do CFC e do Ibracon, algumas delas vinculadas à conversão das demonstrações contábeis de algumas empresas brasileiras aos princípios contábeis utilizados nos EUA. (...)”

E acrescentou:

“Estamos preocupados com a medição da riqueza criada e com a possibilidade de a Contabilidade servir como instrumento para ajudar a todos a ampliar a sua geração; há de fato um problema com a tributação, que é a distribuição desta riqueza. Mas fiquemos com a produção do PIB brasileiro e com o papel da Contabilidade como instrumento gerencial nesta análise.”

A partir desses comentários e do posicionamento de cada um dos órgãos aqui mencionados, observa-se a impropriedade dessas medidas, as quais não demonstram compromisso com a relevância da informação contábil divulgada pelas empresas.

⁴⁰ MARTINS, Eliseu. A posição do Conselho Federal de Contabilidade com relação à atualização monetária dos balanços: decepção! Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 15 e 16, 2002. p.6.

CAPÍTULO 4

4. Análise dos dados

Neste capítulo serão analisadas as demonstrações contábeis publicadas de empresas brasileiras que negociavam suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque no período de 1996 a 1999 e, por esse motivo, publicavam também demonstrações contábeis de acordo com as normas norte-americanas (US GAAP).

Para essa análise foram escolhidas as empresas que operam há mais tempo naquela Bolsa, excluídas algumas empresas ligadas ao segmento de telecomunicações, em função das privatizações, fusões e reorganizações por que passaram tais empresas no período analisado, o que inviabilizaria algumas comparações com as demonstrações contábeis dessas empresas.

A amostra é composta das cinco empresas a seguir:

- Aracruz Celulose S.A.
- Companhia Siderúrgica Nacional - CSN
- Companhia Paranaense de Energia - COPEL
- COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A.
- Embratel Participações S.A.

A análise foi efetuada da seguinte forma:

- a) foram traduzidas para dólares as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas, de acordo com a legislação societária brasileira e em moeda de capacidade aquisitiva constante, relativas ao período de 1996 a 1999. Para efetuar a tradução foram usadas as taxas de câmbio correntes em 31 de dezembro de cada ano, divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- b) em seguida foram comparadas as demonstrações em dólares traduzidas a partir das demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária, com as demonstrações traduzidas a partir das demonstrações em moeda constante, a fim de levantar as diferenças pelo não reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira;
- c) foram ainda reconciliadas algumas contas das demonstrações em dólares, obtidas a partir das traduções efetuadas, com as demonstrações publicadas nos EUA de acordo com os US GAAP, com o objetivo de evidenciar eventuais diferenças entre as práticas contábeis brasileiras e norte-americanas, com base nas informações prestadas pelas empresas em notas explicativas.

4.1 Aracruz Celulose S.A.

No caso da Aracruz Celulose S.A., foram analisadas apenas as demonstrações contábeis relativas aos exercícios de 1996 e 1997, visto que a partir de 1998 a empresa não mais publicou demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva constante.

Nas tabelas a seguir encontram-se os valores traduzidos para dólares do balanço patrimonial e da demonstração de resultado dos dois exercícios, na qual verificam-se diferenças em valores absolutos e relativos encontradas na comparação das demonstrações pela legislação societária e em moeda constante.

Dentre os itens que apresentaram variações nas demonstrações em moeda constante, em relação às demonstrações pela legislação societária, destacam-se os seguintes no ano de 1996:

- Estoques – verificou-se um acréscimo pela correção monetária de 5,49% no valor dos estoques finais da empresa;
- Ativo Permanente – a correção monetária do Ativo Permanente aumentou em 9,10% o subgrupo Imobilizado e em 7,69% o Diferido;
- Exigível a longo prazo – o incremento de 2,53% no saldo deste grupo refere-se à conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no valor de R\$ 20 milhões, apurado pela aplicação da correção

integral, que consta somente do balanço em moeda constante, conforme se observa na conciliação do patrimônio líquido (tabela 3).

- Capital integralizado e Reservas – foram apuradas as variações de 9,22% e 9,31% para “Capital integralizado” e “Reservas”, respectivamente, relativas à correção monetária dos saldos dessas contas;
- Lucros (prejuízos) acumulados – esta conta teve uma variação significativa, tendo evoluído de um prejuízo de R\$ 10 milhões para um lucro de R\$ 1 milhão, que pode ter tido como causa o lucro do período apurado pelo método da correção integral, o qual teve um acréscimo em torno de R\$ 32 milhões em relação ao lucro apurado de acordo com a legislação societária, conforme se observa na Demonstração do Resultado de 1996 e na conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (tabelas 2 e 3);
- Receitas e Despesas Financeiras – foram apuradas as variações negativas de -36,80% para as receitas financeiras e de -56,49% para as despesas financeiras, revelando que, na Demonstração do Resultado elaborada de acordo com a legislação societária, os valores dessas contas não representavam apenas juros reais, mas embutiam também taxas de inflação.

No ano de 1997 destacam-se as variações dos seguintes itens:

- Estoques – verificou-se um acréscimo pela correção monetária de 11,61% no valor dos estoques finais da empresa;
- Créditos tributários (longo prazo) – este item apresentou uma redução de 20,98% no balanço em moeda constante, relativa ao ajuste dos tributos incidentes sobre os efeitos inflacionários, conforme consta das notas explicativas e da conciliação do patrimônio Líquido (tabela 7);
- Ativo Permanente – em 1997 a correção monetária do Ativo Permanente aumentou em 23,50% o subgrupo Investimentos, em 16,53% o Imobilizado e em 14,03% o Diferido;
- Exigível a longo prazo – o incremento de 6,40% no saldo deste grupo refere-se à conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no valor de R\$ 54.564 mil, apurado a partir do ajuste dos tributos incidentes sobre os efeitos inflacionários, pela aplicação da correção integral, conforme consta das notas explicativas e da conciliação do patrimônio Líquido (tabela 7);
- Participação de Minoritários – este item apresentou um acréscimo de 3,92% no balanço em moeda constante, relativo à correção monetária do período;
- Capital integralizado e Reservas – foram apuradas as variações de 17,65% e 18,34% para “Capital integralizado” e “Reservas”,

respectivamente, relativas à correção monetária dos saldos dessas contas;

- Lucros (prejuízos) acumulados – esta conta teve um acréscimo em seu saldo de 542,18% no balanço em moeda constante, enquanto que o lucro do exercício teve um acréscimo de 80,12%, em função dos ajuste pelos efeitos inflacionários do período, conforme se observa na Demonstração do Resultado de 1997 e na conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (tabelas 6 e 7);
- Despesas Financeiras (líquidas) – em 1997 esta conta foi apresentada pelo resultado financeiro líquido (despesas menos receitas financeiras), tendo sido apurada uma variação de 411,62% na Demonstração de Resultado em moeda constante, passando de um saldo negativo (despesa) de R\$ 9.737 mil, para um saldo positivo (receita) de R\$ 30.342 mil, o que revela a distorção causada pelo não reconhecimento dos efeitos da inflação sobre estas contas, as quais passam a acumular não somente juros reais, mas também taxas de inflação.

A Aracruz não apresentou a reconciliação do patrimônio líquido do balanço em US GAAP, de modo que não foi possível evidenciar em termos monetários os efeitos dos ajustes efetuados nas demonstrações contábeis a fim de adequá-las às exigências das normas contábeis norte-americanas (US GAAP).

No entanto, nas tabelas 4 e 8, foi feita uma tentativa de comparar os saldos do balanço em US GAAP, divulgado nos EUA, com os saldos do balanço em moeda constante, divulgado no Brasil e traduzido para dólares na coluna (B) das tabelas 1 e 5.

No ano de 1996 (tabela 4) os saldos do Disponível e Aplicações Financeiras, assim como o de Depósitos Judiciais, praticamente coincidiram no balanço em US GAAP com o balanço em moeda constante, sendo que para as demais contas não se conseguiu comparar os valores nos dois balanços.

Um destaque especial deve ser feito para o subgrupo Diferido, o qual não encontra correspondente no balanço em US GAAP, visto que, os gastos que são comumente registrados no Diferido pelas normas contábeis brasileiras são reconhecidos como despesas do período em que forem incorridos, de acordo com as normas norte-americanas. De acordo com suas notas explicativas, a Aracruz registrou no Diferido os seguintes itens:

- Gastos pré-operacionais;
- Melhoramentos em propriedades florestais;
- Benfeitoria em prédios de terceiros;
- Despesas administrativas e melhoria de produto; e
- Outras.

No ano de 1997 (tabela 8) foram comparados nos dois balanços os saldos de Títulos e Valores Mobiliários, Créditos Tributários e Depósitos Judiciais, sendo que para as demais contas não se conseguiu comparar os

valores, com destaque para o Imposto de Renda Diferido (*Deferred income tax, net*), que consta do balanço em US GAAP e não consta do balanço em moeda constante, e para os subgrupos Investimentos e Diferido, os quais apresentam valores no balanço em moeda constante e não têm correspondente no balanço em US GAAP.

Tabela 1 – ARACRUZ CELULOSE S. A.
Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1996

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Disponível + Aplicações Financeiras	791.000	761.016	791.000	761.016	-	0,00%
Contas a Receber	64.000	61.574	64.000	61.574	-	0,00%
Demais Contas a Receber	7.000	6.735	7.000	6.735	-	0,00%
Estoques	91.000	87.551	96.000	92.361	4.810	5,49%
Adiantamentos a Fornecedores	43.000	41.370	43.000	41.370	-	0,00%
Outros	63.000	60.612	63.000	60.612	-	0,00%
Créditos Tributários	87.000	83.702	87.000	83.702	-	0,00%
Depósitos Judiciais	30.000	28.863	30.000	28.863	-	0,00%
Outros	9.000	8.659	9.000	8.659	-	0,00%
Imobilizado	2.592.000	2.493.746	2.828.000	2.720.800	227.054	9,10%
Diferido	52.000	50.029	56.000	53.877	3.848	7,69%
Total do Ativo	3.829.000	3.683.856	4.074.000	3.919.569	235.713	
PASSIVO						
Circulante	734.000	706.177	734.000	706.177	-	0,00%
Exigível a Longo Prazo	790.000	760.054	810.000	779.296	19.242	2,53%
Patrimônio Líquido:						
Capital integralizado	1.854.000	1.783.721	2.025.000	1.948.239	164.518	9,22%
Reservas de Capital + Reservas de Lucros	462.000	444.487	505.000	485.857	41.370	9,31%
Lucros (prejuízos) acumulados	(10.000)	(9.621)	1.000	962	10.583	-110,00%
Ações em Tesouraria	(1.000)	(962)	(1.000)	(962)	-	0,00%
Total do Patrimônio Líquido	2.305.000	2.217.626	2.530.000	2.434.097	216.471	9,76%
Total do Passivo	3.829.000	3.683.856	4.074.000	3.919.569	235.713	

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 25.02.97.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1996: US\$ 1,00 = R\$ 1,0394

Tabela 2 – ARACRUZ CELULOSE S. A.
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1996

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita líquida de vendas	493.000	474.312	513.000	493.554	19.242	4,06%
Custo dos produtos vendidos	(392.000)	(377.141)	(409.000)	(393.496)	(16.356)	4,34%
Lucro bruto	101.000	97.171	104.000	100.058	2.886	2,97%
Despesas comerciais	(38.000)	(36.560)	(40.000)	(38.484)	(1.924)	5,26%
Despesas administrativas	(48.000)	(46.180)	(50.000)	(48.105)	(1.924)	4,17%
Honorários dos administradores	(3.000)	(2.886)	(3.000)	(2.886)	-	
Despesas com litígios	(4.000)	(3.848)	(4.000)	(3.848)	-	
Provisão p/participação dos empregados nos resultados e outras despesas (receitas) operacionais	7.000	6.735	10.000	9.621	2.886	42,86%
Receitas financeiras	269.000	258.803	170.000	163.556	(95.247)	-36,80%
Despesas financeiras	(239.000)	(229.940)	(104.000)	(100.058)	129.883	-56,49%
Lucro operacional	45.000	43.294	83.000	79.854	36.560	84,44%
Resultado não operacional	(4.000)	(3.848)	(5.000)	(4.810)	(962)	25,00%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	41.000	39.446	78.000	75.043	35.597	90,24%
IR e Contribuição Social	6.000	5.773	1.000	962	(4.810)	-83,33%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	47.000	45.218	79.000	76.005	30.787	68,09%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 25.02.97.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1996: US\$ 1,00 = R\$ **1,0394**

Tabela 3 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1996

	Valores em R\$ mil	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	47.000	2.305.000
Atualização monetária de:		
Estoques.....	6.000	6.000
Ativo permanente.....	239.000	239.000
Patrimônio líquido.....	(210.000)	-
Contribuição social sobre efeitos inflacionários..	(3.000)	(20.000)
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	79.000	2.530.000

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 25.02.97.

(*) O valor de R\$ 20.000 mil, corresponde ao acréscimo na conta Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos no Passivo Exigível a Longo Prazo.

Tabela 4 – ARACRUZ CELULOSE S. A
 Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1996

CONTAS		(A)	(B)	Variação % (B/A -1)
BRASIL Moeda Constante	US GAAP	Moeda Constante US\$ mil	US GAAP publicado em US\$ mil	
ATIVO	ASSETS			
Disponível + Aplicações Financeiras	Cash and cash equivalents + Bank deposits, as a compensating balance	761.016	762.270	0,16%
Contas a Receber + Demais Contas a Receber	Accounts receivable	68.309	109.938	60,94%
Estoques	Inventories, net	92.361	84.009	-9,04%
Adiantamentos a Fornecedores + Outros	Deferred income tax, net + Recoverable taxes + Prepaid expenses and other current assets	101.982	70.344	-31,02%
Créditos Tributários	Deferred income tax, net + Recoverable tax, net	83.702	91.833	9,71%
Depósitos Judiciais	Deposits for tax assessments	28.863	28.865	0,01%
Outros	Other	8.659	9.382	8,35%
Imobilizado	Property, Plant and Equipment, net + Property, plant and equipment held for sale, net (current asset)	2.720.800	1.882.621	-30,81%
Diferido	-	53.877	-	
Total do Ativo	Total Assets	3.919.569	3.039.262	
PASSIVO	LIABILITIES AND SHAREHOLDER'S EQUITY			
Circulante	Current Liabilities	706.177	678.859	-3,87%
Exigível a Longo Prazo	Long-Term Liabilities	779.296	760.486	-2,41%
Patrimônio Líquido	Shareholder's Equity	2.434.097	1.599.917	-34,27%
Total do Passivo	Total Liabilities and Shareholder's Equity	3.919.569	3.039.262	

Fonte: O balanço em US GAAP foi obtido no site: www.aracruz.com.br

Tabela 5 – ARACRUZ CELULOSE S. A.
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Disponível + Aplicações Financeiras	30.965	27.736	30.965	27.736	-	0,00%
Contas a Receber	66.825	59.858	66.825	59.858	-	0,00%
Estoques	91.261	81.746	101.857	91.237	9.491	11,61%
Demais Contas a Receber + Outros + Créditos tributários (circulante)+ Adiantamentos Fornecedores	41.515	37.186	41.515	37.186	-	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	779.402	698.139	779.402	698.139	-	0,00%
Créditos Tributários (longo prazo)	178.510	159.898	141.053	126.346	(33.552)	-20,98%
Depósitos Judiciais	45.357	40.628	45.357	40.628	-	0,00%
Outros (realizável a longo prazo)	8.549	7.658	8.549	7.658	-	0,00%
Investimentos	366	328	452	405	77	23,50%
Imobilizado	2.665.898	2.387.942	3.106.646	2.782.736	394.794	16,53%
Diferido	75.593	67.711	86.196	77.209	9.497	14,03%
Total do Ativo	3.984.241	3.568.829	4.408.817	3.949.137	380.308	
PASSIVO						
Circulante	843.814	755.835	843.814	755.835	-	0,00%
Exigível a Longo Prazo	852.660	763.759	907.224	812.633	48.875	6,40%
Participação de Minoritários	2.498	2.238	2.596	2.325	88	3,92%
Patrimônio Líquido:						
Capital integralizado	1.854.507	1.661.149	2.181.880	1.954.389	293.240	17,65%
Reservas de Capital + Reservas de Lucros	447.818	401.127	529.964	474.708	73.581	18,34%
Lucros (prejuízos) acumulados	(7.283)	(6.524)	(46.770)	(41.894)	(35.370)	542,18%
Ações em Tesouraria	(9.773)	(8.754)	(9.891)	(8.860)	(106)	1,21%
Total do Patrimônio Líquido	2.285.269	2.046.998	2.655.183	2.378.344	331.345	16,19%
Total do Passivo	3.984.241	3.568.829	4.408.817	3.949.137	380.308	

Fonte: Jornal do Comércio, 19.02.98.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

Tabela 6 – ARACRUZ CELULOSE S. A.
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita líquida de vendas	536.826	480.855	553.449	495.744	14.890	3,10%
Custo dos produtos vendidos	<u>(400.659)</u>	<u>(358.885)</u>	<u>(423.782)</u>	<u>(379.597)</u>	<u>(20.712)</u>	5,77%
Lucro bruto	136.167	121.970	129.667	116.147	(5.822)	-4,77%
Despesas comerciais	(39.273)	(35.178)	(40.987)	(36.714)	(1.535)	4,36%
Despesas administrativas + Honorários dos administradores	(54.832)	(49.115)	(57.059)	(51.110)	(1.995)	4,06%
Despesas financeiras (líquidas)	(9.737)	(8.722)	30.342	27.178	35.900	-411,62%
Outras despesas (receitas) operacionais	<u>(2.943)</u>	<u>(2.636)</u>	<u>(1.949)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>890</u>	-33,78%
Lucro operacional	29.382	28.955	60.014	55.503	26.548	91,69%
Resultado não operacional	<u>(7.565)</u>	<u>(6.776)</u>	<u>(7.396)</u>	<u>(6.625)</u>	<u>151</u>	-2,23%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	21.817	22.178	52.618	48.878	26.699	120,38%
IR e Contribuição Social	<u>(4.170)</u>	<u>(3.735)</u>	<u>(17.480)</u>	<u>(15.657)</u>	<u>(11.922)</u>	319,18%
Lucro antes participação minoritários	17.647	18.443	35.138	33.220	14.777	80,12%
Participação de minoritários	<u>262</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	17.909	18.443	35.138	33.220	14.777	80,12%

Fonte: Jornal do Comércio, 19.02.98.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

Tabela 7 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1997

	Valores em R\$ mil	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	17.909	2.285.269
Atualização monetária de:		
Estoques.....	4.873	10.595
Ativo permanente.....	193.489	451.437
Patrimônio líquido.....	(173.358)	-
Participação de minoritários.....	(34)	(99)
I.R. e contrib. social sobre efeitos inflacionários* ..	(7.741)	(92.019)
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	35.138	2.655.183

Fonte: Jornal do Comércio, 19.02.98.

(*) O valor de R\$ 92.019 mil, corresponde ao decréscimo na conta Créditos Tributários no Ativo (R\$ 37.456 mil) e ao acréscimo na conta Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos no Passivo Exigível a Longo Prazo (R\$ 54.563 mil).

Tabela 8 – ARACRUZ CELULOSE S. A.
 Balanço Patrimonial Consolidado em US GAAP em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS		(A)	(B)	
BRASIL Moeda Constante	US GAAP	Moeda Constante US\$ mil	US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO	ASSETS			
Disponível + Aplicações Financeiras	Cash and cash equivalents + Bank deposits, as a compensating balance (current)	27.736	31.495	13,55%
Contas a Receber + Demais Contas a Receber	Accounts receivable	70.520	79.276	12,42%
Adiantamentos a Fornecedores	Advances to suppliers	8.762	16.417	87,36%
Estoques	Inventories, net	91.237	82.362	-9,73%
Títulos e Valores Mobiliários	Debt securities held to maturity	698.139	698.139	0,00%
Créditos tributários (circulante)	Recoverable income and other taxes	5.458	5.457	-0,01%
	Deferred income tax, net	-	48.180	
Outros	Prepaid expenses and other current assets	12.304	7.345	-40,30%
Créditos Tributários (longo prazo)	Recoverable income tax	126.346	126.299	-0,04%
Depósitos Judiciais	Deposits for tax assessments	40.628	40.628	0,00%
Outros (realizável a longo prazo)	Bank deposits, as a compensating balance (other assets) + Other	7.658	8.465	10,54%
Investimentos		405	-	
Imobilizado	Property, Plant and Equipment, net	2.782.736	1.978.656	-28,90%
Diferido	-	77.209	-	
Total do Ativo	Total Assets	3.949.137	3.122.719	
PASSIVO	LIABILITIES AND SHAREHOLDER'S EQUITY			
Circulante	Current Liabilities	755.835	730.821	-3,31%
Exigível a Longo Prazo	Long-Term Liabilities	812.633	763.765	-6,01%
Participação de Minoritários	Minority Interest	2.325	2.292	-1,43%
Patrimônio Líquido	Shareholder's Equity	<u>2.378.344</u>	<u>1.625.841</u>	-31,64%
Total do Passivo	Total Liabilities and Shareholder's Equity	3.949.137	3.122.719	

Fonte: O balanço em US GAAP foi obtido no site: www.aracruz.com.br

4.2 Companhia Siderúrgica Nacional – CSN

Para a Companhia Siderúrgica Nacional foram traduzidas para dólares as demonstrações publicadas de acordo com a legislação societária e em moeda constante, somente para o exercício de 1996, não tendo sido apresentados os anos subseqüentes, pelo fato da empresa não ter publicado suas demonstrações em moeda constante a partir de 1997.

Nas tabelas a seguir encontram-se os valores traduzidos para dólares do balanço patrimonial e da demonstração do resultado de 1997, na qual verificam-se diferenças em dólares e as variações percentuais encontradas na comparação das demonstrações pela legislação societária e em moeda constante.

Dentre os itens que apresentaram variações nas demonstrações em moeda constante, em relação às demonstrações pela legislação societária, destacam-se os seguintes:

- Contas a Receber – o decréscimo de 3,29% no saldo desta conta, no balanço em moeda constante, refere-se ao ajuste a valor presente que é efetuado com o objetivo de eliminar os juros e a expectativa de inflação futura embutidos no valor das vendas a prazo;

- Estoques – verificou-se um acréscimo de 12,03% pela correção monetária dos estoques finais da empresa;
- Adiantamento s/fornecimentos e serviços – este item teve uma variação positiva de 4,89%, representando a correção monetária do período para os estoques ainda não recebidos, para os quais foi feito o adiantamento;
- Ativo Permanente – a correção monetária do Ativo Permanente aumentou em 5,79% o subgrupo Investimentos, em 9,10% o Imobilizado e em 6,77% o Diferido, no balanço em moeda constante;
- Patrimônio Líquido – foram apuradas as variações positivas, relativas à correção monetária, de 9,21% para “Capital social integralizado”, 9,22% para “Reservas de Reavaliação” e 12,02% para “Reservas de Lucros”;
- Outras (despesas) receitas líquidas – esta conta teve uma variação percentual significativa de -111,28%, embora em valores absolutos esta variação não seja tão representativa, tendo evoluído de uma despesa de R\$1.516 mil para uma receita de R\$ 171 mil, sem que se possa explicar as causas desta variação, visto que a empresa não informou a composição deste item;
- Receitas e Despesas Financeiras – as receitas financeiras apresentaram uma variação para mais de apenas 0,50%, enquanto que as despesas financeiras variaram para menos em 14,56%, em função da eliminação da correção monetária embutida em seus saldos.

- Lucro líquido do exercício – em face dos ajustes pelos efeitos inflacionários, o lucro do exercício foi reduzido em 28,39%, conforme revela a conciliação entre os resultados apurados pela legislação societária e pela correção monetária integral na tabela 11 a seguir.

O balanço em US GAAP de 1996 da Companhia Siderúrgica Nacional não estava mais disponível em seu *site* na *Internet*, tendo sido solicitado à empresa, sem obtenção de resposta. Assim, utilizou-se para análise apenas a demonstração do resultado de 1996, a qual constava das demonstrações comparativas dos últimos três anos, apresentadas no ano de 1998. No caso do balanço patrimonial a comparação é de apenas dois anos, conforme comentado no Capítulo 2.

Também não foi obtida a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro de 1996, de modo que não foi possível evidenciar em termos monetários os efeitos dos ajustes efetuados nas demonstrações contábeis a fim de adequá-las às exigências das normas contábeis norte-americanas (US GAAP).

Na tabela 12, procurou-se comparar os valores da demonstração do resultado em US GAAP, divulgada nos EUA, com os valores da demonstração do resultado em moeda constante, divulgada no Brasil e traduzida para dólares na coluna (B) da tabela 10.

Como é possível observar na tabela 12, quase todos os itens apresentaram variações significativas na comparação da demonstração em US GAAP com a demonstração em moeda constante, com exceção das despesas de vendas, das receitas financeiras e da contribuição social.

Dentre os itens que apresentaram variações relevantes, merece destaque especial o item despesas gerais e administrativas, que foi superior em 200,27% na demonstração em US GAAP, e o item despesas/receitas não operacionais líquidas, para o qual não há item correspondente naquela demonstração.

Tal coincidência pode significar que as despesas/receitas não operacionais, no todo ou em parte, foram classificadas como despesas gerais e administrativas, uma vez que os conceitos de resultado operacional e não-operacional, pelas normas contábeis norte-americanas, diferem dos conceitos utilizados nas normas brasileiras, como é o caso das receitas e despesas financeiras, que no Brasil são classificadas como operacionais e nos EUA como não-operacionais.

Outro item com variação significativa foi o resultado da equivalência patrimonial (participação em sociedades controladas), cujo valor apresentado nos EUA foi 62,56% menor do que o valor apresentado no Brasil. As notas explicativas não apresentam subsídios para explicar tal variação, no entanto, sabe-se que o critério para utilização do método de equivalência patrimonial difere das normas brasileiras para as normas norte-americanas, conforme já comentado no capítulo 2.

Tabela 9 – Companhia Siderúrgica Nacional
Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1996

ATIVO	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
CIRCULANTE						
Disponível	6.579	6.330	6.579	6.330	-	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	682.950	657.062	682.950	657.062	-	0,00%
Contas a Receber	368.546	354.576	356.432	342.921	(11.655)	-3,29%
Provisão para Devedores Duvidosos	(52.661)	(50.665)	(52.661)	(50.665)	-	0,00%
Estoques	538.851	518.425	603.657	580.774	62.349	12,03%
Adiantamento s/fornecimentos e serviços	195.882	188.457	205.468	197.679	9.223	4,89%
Títulos e Valores a Receber	76.399	73.503	76.399	73.503	-	0,00%
Imposto de Renda a Compensar	95.070	91.466	95.070	91.466	-	0,00%
Outros	99.146	95.388	99.146	95.388	-	0,00%
	2.010.762	1.934.541	2.073.040	1.994.458	59.917	3,10%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos - ELETROBRÁS	40.443	38.910	40.443	38.910	-	0,00%
Imposto de Renda a Compensar	64.104	61.674	64.104	61.674	-	0,00%
Contas a Receber - empresas ligadas	45.023	43.316	45.023	43.316	-	0,00%
Depósitos Judiciais, inclui R\$ 77.103 mil de contribuição social	109.177	105.038	109.177	105.038	-	0,00%
Títulos e Valores a Receber	56.442	54.302	56.442	54.302	-	0,00%
Outros	35.290	33.952	35.290	33.952	-	0,00%
	350.479	337.194	350.479	337.194	-	0,00%
PERMANENTE						
Investimentos	385.420	370.810	407.745	392.289	21.479	5,79%
Imobilizado	3.747.696	3.605.634	4.088.578	3.933.594	327.960	9,10%
Diferido	17.462	16.800	18.644	17.937	1.137	6,77%
	4.150.578	3.993.244	4.514.967	4.343.820	350.576	8,78%
Total do Ativo	6.511.819	6.264.979	6.938.486	6.675.472	410.494	6,55%

PASSIVO	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B – A) em US\$ mil	Variação % (B/A – 1)
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	791.408	761.409	791.408	761.409	-	0,00%
Fornecedores	81.570	78.478	81.488	78.399	(79)	-0,10%
Contribuição social s/ lucro	1.112	1.070	1.112	1.070	-	0,00%
Salários e contribuições sociais	14.805	14.244	14.805	14.244	-	0,00%
Tributos a Recolher	6.299	6.060	6.299	6.060	-	0,00%
Tributos e obrigações parceladas	48.284	46.454	48.284	46.454	-	0,00%
Dividendos propostos e a pagar	87.480	84.164	87.480	84.164	-	0,00%
Outros	85.886	82.630	85.871	82.616	(14)	-0,02%
	1.116.844	1.074.508	1.116.747	1.074.415	(93)	-0,01%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e financiamentos	875.316	842.136	875.316	842.136	-	0,00%
Tributos e obrigações parceladas	74.839	72.002	74.839	72.002	-	0,00%
Contribuição social em juízo	74.284	71.468	74.284	71.468	-	0,00%
Outros	67.020	64.480	67.020	64.480	-	0,00%
	1.091.459	1.050.086	1.091.459	1.050.086	-	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social integralizado	1.680.947	1.617.228	1.835.715	1.766.129	148.901	9,21%
Reservas de reavaliação	1.543.224	1.484.726	1.685.449	1.621.560	136.834	9,22%
Reservas de lucros	1.079.345	1.038.431	1.209.116	1.163.283	124.852	12,02%
	4.303.516	4.140.385	4.730.280	4.550.972	410.587	9,92%
Total do Passivo	6.511.819	6.264.979	6.938.486	6.675.472	410.494	6,55%

Fonte: Jornal O Globo, 06.03.97.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1996: US\$ 1,00 = R\$ **1,0394**

Tabela 10 – COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1996

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita líquida de vendas	2.223.384	2.139.103	2.271.557	2.185.450	46.347	2,17%
Custo dos produtos vendidos	(1.644.528)	(1.582.190)	(1.802.349)	(1.734.028)	(151.839)	9,60%
Lucro bruto	578.856	556.914	469.208	451.422	(105.492)	-18,94%
(Despesas) Receitas Operacionais						
Despesas com vendas	(228.937)	(220.259)	(233.666)	(224.809)	(4.550)	2,07%
Despesas gerais e administrativas (inclui honorários da diretoria e conselho)	(77.325)	(74.394)	(78.578)	(75.599)	(1.206)	1,62%
Depreciação e amortização	(19.871)	(19.118)	(20.693)	(19.909)	(791)	4,14%
Outras (despesas) receitas líquidas	(1.516)	(1.459)	171	165	1.623	-111,28%
Despesas financeiras	(153.524)	(147.704)	(131.173)	(126.201)	21.504	-14,56%
Receitas financeiras	161.013	154.910	160.205	154.132	(777)	-0,50%
Participação em Sociedades Controladas	(28.290)	(27.218)	(27.763)	(26.711)	507	-1,86%
Efeitos inflacionários (líquidos)	(28.481)	(27.401)	-	-	27.401	
(Despesas) Receitas não operacionais, líquidas	(80.660)	(77.602)	(87.995)	(84.659)	(7.057)	9,09%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	121.265	116.668	49.716	47.831	(68.837)	-59,00%
Contribuição Social	(25.786)	(24.809)	(26.534)	(25.528)	(720)	2,90%
Crédito fiscal do imposto de renda	159.174	153.140	159.174	153.140	-	0,00%
Lucro Líquido do Exercício	254.653	245.000	182.356	175.444	(69.556)	-28,39%

Fonte: Jornal O Globo, 06.03.97.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1996: US\$ 1,00 = R\$ 1,0394

Tabela 11 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1996

	Valores em R\$ mil	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	254.653	4.303.516
Reversão de ajuste do exercício anterior.....	-	111.756
Ajuste a valor presente de créditos e obrigações:		
Contas a Receber.....	1.455	1.455
Contas a Pagar.....	(23)	(23)
Correção monetária:		
Ativo permanente e patrimônio líquido.....	(22.914)	364.391
Estoques.....	(54.124)	(54.124)
Adiantamentos sobre fornecimentos e serviços.....	3.309	3.309
Correção integral.....	182.356	4.730.280

Fonte: Jornal O Globo, 06.03.97.

Tabela 12 – COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Demonstração do Resultado em US GAAP para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1996

CONTAS		(A)	(B)	
BRASIL Moeda Constante	US GAAP	Moeda Constante em US\$ mil	US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita líquida de vendas	Net operating revenues	2.185.450	2.416.000	10,55%
Custo dos produtos vendidos	Cost of products sold	(1.734.028)	(1.618.000)	-6,69%
Lucro bruto	Gross profit	451.422	798.000	76,77%
(Despesas) Receitas Operacionais	Operating expenses			
Despesas com vendas	Selling	(224.809)	(219.000)	-2,58%
Despesas gerais e administrativas (inclui honorários da diretoria e conselho)	General and administrative	(75.599)	(227.000)	200,27%
Depreciação e amortização + Outras (despesas) receitas líquidas	Others	(19.744)	(33.000)	67,14%
	Operating income		319.000	
Despesas financeiras	Financial expenses	(126.201)	(115.000)	-8,88%
Receitas financeiras	Financial income	154.132	152.000	-1,38%
Participação em Sociedades Controladas	Equity in results of affiliated companies	(26.711)	(10.000)	-62,56%
	Translation loss, net + Others	-	(30.000)	
(Despesas) Receitas não operacionais, líquidas		(84.659)	-	
Lucro antes do IR e Contribuição Social		47.831		-100,00%
Contribuição Social	Income taxes - current	(25.528)	(27.000)	5,77%
Crédito fiscal do imposto de renda	Income taxes - deferred	153.140	(77.000)	-150,28%
Lucro Líquido do Exercício	Net Income for the year	175.444	212.000	20,84%

Fonte: A demonstração do resultado em US GAAP foi obtida no site: www.csn.com.br

4.3 COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A.

Foram traduzidas para dólares e comparadas as demonstrações contábeis publicadas no Brasil, de acordo com a legislação societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante, dos exercícios de 1997, 1998 e 1999, a fim de evidenciar os efeitos da inflação neste período.

Em seguida, foram comparados, nos mesmos exercícios, os balanços traduzidos para dólares com os balanços em US GAAP publicados nos EUA, com o objetivo de comparar os saldos dos dois balanços e apontar eventuais diferenças entre as práticas contábeis brasileiras e norte-americanas.

O exercício de 1996 não foi analisado pelo fato da empresa não ter publicado suas demonstrações em US GAAP neste ano, em face de que somente começou a operar na Bolsa de Valores de Nova Iorque a partir de 1998, quando apresentou apenas os balanços comparativos dos últimos dois anos (1997 e 1998).

Nas tabelas a seguir encontram-se os valores traduzidos para dólares do balanço patrimonial e da demonstração do resultado resumidos dos três exercícios, na qual verificam-se diferenças em valores absolutos e relativos encontradas na comparação das demonstrações pela legislação societária e em moeda constante.

Dentre os itens que apresentaram variações nas demonstrações em moeda constante, em relação às demonstrações pela legislação societária, destacam-se os seguintes no ano de 1997:

- Circulante – a variação para mais de 3,53% refere-se aos estoques, que aumentaram com a correção monetária de R\$ 109.862 mil para R\$ 128.885 mil;
- Realizável a longo prazo – o acréscimo em 0,81% refere-se ao item “Outras”, não especificado pela empresa;
- Permanente – como se observa na tabela 13, os subgrupos do ativo permanente tiveram as seguintes variação pela correção monetária do período: investimentos 20,01%, imobilizado 16,84% e diferido 11,23%;
- Exigível a longo prazo – a variação de 0,24% refere-se aos itens “Sociedades controladas, coligadas e interligadas”, que aumentou de R\$ 231 mil para R\$ 989 mil, e “Outras”, que teve um aumento de R\$ 30.411 mil para R\$ 31.755 mil, também sem especificação;
- Resultado de exercícios futuros – este item teve uma expressiva variação para mais de 11,49% pela correção monetária do período que, segundo a nota explicativa nº 25, representa o deságio apurado na aquisição de Certificados de Participações em Reflorestamento – CPRs, da controlada em conjunto NORCELL S.A.;
- Participação de terceiros – a correção monetária deste item representou um acréscimo de 16,11% em seu saldo;

- Patrimônio líquido – o acréscimo de 20,06% está evidenciado na tabela 15, que apresenta a conciliação entre o patrimônio líquido das demonstrações pela legislação societária e em moeda constante;
- Receitas (despesas) não operacionais – este item é composto de resultado na alienação de ativo permanente, amortização de ágio, provisão para provável perda com investimentos e outras receitas/despesas líquidas, na demonstração de resultado pela legislação societária, no entanto, não é possível explicar por item a variação total de 36,89%, de R\$ 15.431 mil para R\$ 21.124 mil, visto que a empresa não fez a abertura do valor de R\$ 21.124 mil na demonstração em moeda constante;
- Lucro líquido do exercício – o lucro do período teve uma pequena redução de 1,23% em função dos efeitos da correção monetária do período, conforme se observa na tabela 15, que apresenta a conciliação entre o lucro líquido apurado pela legislação societária e em moeda constante.

Nos exercícios de 1998 e 1999 a empresa apresentou apenas demonstrações resumidas em moeda constante, de modo que não foi possível especificar que itens dentro dos grupos sofreram variações. Supõe-se que as variações em 1998 e 1999 ocorreram nos mesmos itens que em 1997, até porque os acréscimos nos grupos se mantiveram na mesma proporção nos três exercícios, embora, a maioria dos grupos, tenha apresentado uma tendência crescente, conforme se comenta a seguir:

- Circulante – apresentou a variação para mais de 3,53% em 1997, 4,01% em 1998 e 2,82% em 1999;
- Realizável a longo prazo – o acréscimo em 1997 foi de 0,81%, em 1998 1,49%, sendo que em 1999 este grupo não apresentou variação;
- Investimentos – o subgrupo investimentos teve os seguintes acréscimos em cada exercício: 20,01% em 1997, 23,90% em 1998 e 39,76% em 1999;
- Imobilizado – este subgrupo aumentou em 16,84% em 1997, 18,01% em 1998 e 40,60% em 1999;
- Diferido – o diferido teve um acréscimo de 11,23% em 1997, 8,62% em 1998 e 19% em 1999;
- Exigível a longo prazo – este grupo, que teve a variação de 0,24% em 1997, praticamente não variou nos exercícios de 1998 e 1999;
- Resultado de exercícios futuros – este item teve uma variação crescente, passando de 11,49% em 1997 para 34,44% em 1998 e para 42,89% em 1999;
- Participação de terceiros – a correção monetária deste item representou um acréscimo de 16,11% em 1997, 13,93% em 1998 e 35,26% em 1999, também revelando uma tendência crescente;
- Patrimônio líquido – os acréscimos de 21,65% em 1998 e 42,59% em 1999 estão evidenciados nas tabelas 19 e 23, respectivamente, as quais apresentam a conciliação entre o

patrimônio líquido das demonstrações pela legislação societária e em moeda constante;

- Despesas não operacionais – este item, que apresentou a mesma composição nos três anos (resultado na alienação de ativo permanente, amortização de ágio, provisão para provável perda com investimentos e outras receitas/despesas líquidas), teve um acréscimo de 36,89% em 1997, 21,98% em 1998 e de 113,44% em 1999, na demonstração de resultado em moeda constante;
- Lucro (prejuízo) líquido do exercício – o prejuízo de R\$ 4.513 mil em 1997 foi aumentado para R\$ 40.209 mil, apresentando uma variação de 790,96% pelos efeitos da correção monetária do período, sendo que em 1999 o lucro apurado pela legislação societária teve uma redução de 6,94% na demonstração de resultado em moeda constante. As conciliações entre o lucro líquido apurado pela legislação societária e em moeda constante dos anos de 1998 e 1999 são apresentadas nas tabelas 19 e 23, respectivamente.

Com relação aos balanços em US GAAP, não foi possível quantificar os efeitos das diferenças entre as práticas contábeis brasileiras e norte-americanas, em função de que a empresa não apresentou a reconciliação entre o patrimônio líquido do balanço em US GAAP e o patrimônio líquido do balanço publicado no Brasil.

Nas tabelas 16, 20 e 24, procurou-se comparar os saldos do balanço em US GAAP, publicado nos EUA, com os saldo do balanço publicado no

Brasil, sendo que, no ano de 1997 utilizou-se o balanço em moeda constante para tal comparação (tabela 16) e nos anos de 1998 e 1999 foram usados os balanços elaborados de acordo com a legislação societária brasileira (tabelas 20 e 24), visto que, a partir de 1998, os balanços em US GAAP passaram a não mais considerar os efeitos da inflação, conforme já comentado anteriormente no capítulo 1.

A partir da tentativa de comparar os saldos dos balanços dos três exercícios, nas tabelas 16, 20 e 24, observa-se, em todos os exercícios, a coincidência dos saldos de Títulos a receber entre os dois balanços, bem como a similaridade dos saldos de Contas a Receber e Depósitos Judiciais, o que demonstra o igual tratamento contábil dado a esses itens pela empresa no balanço em US GAAP.

É importante destacar os itens a seguir, que revelaram algumas das principais distorções causadas pelas diferenças de práticas contábeis no Brasil e EUA nos três exercícios analisados:

- Disponibilidades – no item *“cash and cash equivalent”* foram apresentados valores bem superiores àqueles constantes dos itens Caixa, Bancos e Aplicações financeiras, demonstrando que o conceito de disponibilidade difere de um país para o outro pois, enquanto no Brasil são classificados como disponíveis os valores com liquidez imediata, nos EUA são considerados também os investimentos de curto prazo resgatáveis em até 90 dias, conforme evidenciado nas notas explicativas do balanço em US GAAP, que

também informam que os referidos investimentos foram estimados pelo seu valor justo (*fair value*);

- Pagamento antecipado de custos de plano de pensão – o item “*Prepaid pension costs*” não tem correspondente no balanço publicado no Brasil, ao menos de forma destacada, sabe-se, no entanto, que o tratamento contábil dado no Brasil a tais custos, até 2000, era diferente do tratamento dado pelos US GAAP, conforme já discutido no capítulo 2;
- Investimentos em operações descontinuadas (*Investments on discontinued operations*) - este item não encontra correspondente no balanço de 1997 publicado no Brasil, tendo sido relacionado ao item “Investimentos a alienar” do realizável a longo prazo em 1998 pela similaridade dos valores apresentados. Nas notas explicativas do balanço em US GAAP a empresa informa que este item refere-se ao contrato de venda dos ativos da subsidiária CEMAN – Central de Manutenção Ltda.;
- Investimentos – os valores apresentados nos dois balanços, segregados em “Sociedade coligadas” e “Outros” apresentam variações relevantes, sendo que em todos os exercícios os valores lançados como investimentos em sociedades coligadas no balanço em US GAAP é superior ao lançado no Brasil, ocorrendo a situação inversa no caso de outros investimentos, o que revela as diferenças nos critérios de classificação de empresas como coligadas pelas normas norte-americanas, já mencionadas no

capítulo 2. A empresa comenta nas notas explicativas do balanço em US GAAP que são classificados como investimentos em companhias ligadas (*affiliated companies*) os casos em que pode exercer influência significativa sobre as políticas operacionais e financeiras;

- Sociedades controladas, coligadas e interligadas – as diferenças comentadas no item anterior ficam também evidentes quando comparado o item “Sociedades controladas, coligadas e interligadas” do passivo exigível a longo prazo, que apresenta nos balanços em US GAAP valores superiores àqueles apresentados nos balanços publicados no Brasil;
- Resultado de exercícios futuros – este grupo, que no balanço brasileiro representa o deságio apurado na aquisição de Certificados de Participações em Reflorestamento – CPRs, da controlada em conjunto NORCELL S.A., não apresenta correspondente no balanço em US GAAP, não tendo sido evidenciado pela empresa em notas explicativas a forma como esse deságio foi contabilizado nas demonstrações apresentadas nos EUA.

Tabela 13 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante	538.562	482.410	557.579	499.444	17.034	3,53%
Realizável a Longo Prazo	222.031	198.881	223.834	200.496	1.615	0,81%
Investimentos	141.499	126.746	169.815	152.109	25.364	20,01%
Imobilizado	2.888.653	2.587.471	3.375.232	3.023.318	435.846	16,84%
Diferido	<u>273.382</u>	<u>244.878</u>	<u>304.071</u>	<u>272.367</u>	<u>27.489</u>	<u>11,23%</u>
Total do Permanente	<u>3.303.534</u>	<u>2.959.095</u>	<u>3.849.118</u>	<u>3.447.795</u>	<u>488.699</u>	<u>16,52%</u>
Total do Ativo	4.064.127	3.640.386	4.630.531	4.147.735	507.349	13,94%
PASSIVO						
Circulante	370.667	332.020	370.648	332.003	(17)	-0,01%
Exigível a Longo Prazo	863.707	773.654	865.809	775.537	1.883	0,24%
Resultado Exercícios Futuros	22.541	20.191	25.132	22.512	2.321	11,49%
Participação de Terceiros	33.568	30.068	38.977	34.913	4.845	16,11%
Patrimônio Líquido	<u>2.773.644</u>	<u>2.484.454</u>	<u>3.329.965</u>	<u>2.982.771</u>	<u>498.317</u>	<u>20,06%</u>
Total do Passivo	4.064.127	3.640.386	4.630.531	4.147.735	507.349	13,94%

Fonte: Jornal A Tarde, 29.01.98.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

Tabela 14 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
 Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita Operacional Líquida	1.513.761	1.355.931	1.555.275	1.393.116	37.186	2,74%
Lucro Bruto	281.871	252.482	262.183	234.847	(17.635)	-6,98%
Lucro Operacional	94.567	84.707	100.701	90.202	5.494	6,49%
Receitas (Despesas) Não Operacionais	(15.431)	(13.822)	(21.124)	(18.922)	(5.099)	36,89%
Provisão para Imposto de Renda + Participações (líquido)	(13.431)	(12.031)	(14.679)	(13.149)	(1.118)	9,29%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	65.705	58.854	64.898	58.131	(723)	-1,23%

Fonte: Jornal A Tarde, 29.01.98.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = **R\$ 1,1164**

Tabela 15 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1997

	Valores em R\$ mil	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	65.705	2.773.644
Efeitos da correção monetária.....	4.799	542.503
Efeitos de imposto de renda sobre a correção monetária.....	(2.529)	-
Correção monetária dos estoques do almoxarifado.....	159	18.571
Efeito de equivalência patrimonial em coligadas e controladas relativo à correção monetária dos estoques e ajuste a valor presente.....	(3.196)	(4.753)
Efeito de imposto de renda sobre a correção monetária dos estoques de almoxarifado e ajuste a valor presente.....	(40)	-
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	64.898	3.329.965

Fonte: Jornal A Tarde, 29.01.98.

Tabela 16 – COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A. – Balanço Patrimonial em USGAAP Consolidado em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS		Moeda Constante em R\$ mil	(A) Moeda Constante em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Moeda Constante	US GAAP				
ATIVO	ASSETS				
Circulante	Current Assets	557.579	499.444	580.136	16,16%
Caixa e Bancos + Aplicações financeiras	Cash and cash equivalents	20.166	18.063	85.906	375,58%
Títulos e valores mobiliários	Time deposits	171.930	154.004	183.515	19,16%
Contas a receber de clientes	Trade accounts receivable: Related parties + Other	157.322	140.919	133.524	-5,25%
Estoques	Inventories	128.885	115.447	104.854	-9,18%
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	26.419	23.664	23.664	0,00%
-	Prepaid pension costs	-	-	41.639	
Outras contas a receber	Other	52.857	47.346	7.034	-85,14%
Realizável a Longo Prazo	Other Assets	223.834	200.496	282.782	41,04%
	Time deposits	-	-	39.111	
Adiantamento para aumento de capital		1.333	1.194	-	
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	116.340	104.210	105.519	1,26%
Impostos a restituir	Recoverable taxes	44.104	39.506	57.379	45,24%
Depósitos judiciais	Escrow deposits	23.554	21.098	20.365	-3,48%
Repasse de financiamentos	Loans-related parties	20.901	18.722	30.696	63,96%
	Deferred income taxes	-	-	26.705	
Outras contas a receber	Other	17.602	15.767	3.007	-80,93%
Investimentos	Investments	169.815	152.109	179.971	18,32%
Sociedades coligadas	Affiliated companies	72.835	65.241	133.753	105,01%
Outros	Other	96.980	86.869	46.218	-46,80%
Imobilizado	Property, Plant and Equipment, net	3.375.232	3.023.318	1.737.989	-42,51%
Diferido	Deferred Charges, Net	304.071	272.367	51.332	-81,15%
	Investments on discontinued operations	-	-	50.359	
Total do Ativo	Total Assets	4.630.531	4.147.735	2.882.569	

CONTAS		Moeda Constante em R\$ mil	(A) Moeda Constante em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Moeda Constante	US GAAP				
PASSIVO	LIABILITIES AND SHAREHOLDER'S EQUITY				
Circulante	Current Liabilities	370.648	332.003	414.121	24,73%
Fornecedores	Suppliers: Related parties + Other	75.300	67.449	65.902	-2,29%
Financiamentos + Títulos comerciais no exterior	Current portion of long-term debt + Short-term financing + Accrued finance charges	227.982	204.212	327.971	60,60%
Impostos, taxas e contribuições	Payroll and other taxes	24.332	21.795	10.816	-50,37%
Participações nos lucros e resultados		2.061	1.846	-	
Dividendos propostos a pagar		28.920	25.905	-	
Outras contas a pagar	Other	12.053	10.796	9.432	-12,64%
Exigível a Longo Prazo	Long-Term Liabilities	865.809	775.537	800.231	3,18%
Financiamentos + Títulos comerciais no exterior	Long-Term debts	833.065	746.207	758.828	1,69%
	Deferred income taxes	-	-	8.998	
Sociedades controladas, coligadas e interligadas	Related parties	989	886	25.759	2807,72%
Outras	Other	31.755	28.444	6.646	-76,63%
Resultado Exercícios Futuros		25.132	22.512	-	
Participação de Terceiros	Minority Interests	38.977	34.913	25.024	-28,32%
Patrimônio Líquido	Shareholder's Equity	3.329.965	2.982.771	1.643.193	-44,91%
Total do Passivo	Total Liabilities and Shareholder's Equity	4.630.531	4.147.735	2.882.569	

Fonte: O Balanço em US GAAP está disponível no site: www.copene.com.br

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

Tabela 17 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1998.

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante	455.336	376.809	473.588	391.913	15.104	4,01%
Realizável a Longo Prazo	313.963	259.817	318.632	263.681	3.864	1,49%
Investimentos	107.425	88.899	133.095	110.142	21.243	23,90%
Imobilizado	2.030.127	1.680.012	2.395.653	1.982.500	302.488	18,01%
Diferido	248.661	205.777	270.108	223.525	17.748	8,62%
Total do Permanente	2.386.213	1.974.688	2.798.856	2.316.167	341.479	17,29%
Total do Ativo	3.155.512	2.611.314	3.591.076	2.971.761	360.447	13,80%
PASSIVO						
Circulante	368.293	304.777	370.295	306.434	1.657	0,54%
Exigível a Longo Prazo	785.539	650.065	785.598	650.114	49	0,01%
Resultado Exercícios Futuros	20.486	16.953	27.542	22.792	5.839	34,44%
Participação de Terceiros	32.150	26.605	36.629	30.312	3.707	13,93%
Patrimônio Líquido	1.949.044	1.612.913	2.371.012	1.962.109	349.196	21,65%
Total do Passivo	3.155.512	2.611.314	3.591.076	2.971.761	360.447	13,80%

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 29.01.99.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998: US\$ 1,00 = **R\$ 1,2084**

Tabela 18 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1998

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita Operacional Líquida	1.249.046	1.033.636	1.253.989	1.037.727	4.091	0,40%
Lucro Bruto	270.226	223.623	245.541	203.195	(20.428)	-9,13%
Lucro Operacional	63.805	52.801	36.061	29.842	(22.959)	-43,48%
Receitas (Despesas) Não Operacionais	(67.226)	(55.632)	(82.005)	(67.862)	(12.230)	21,98%
Provisão para Imposto de Renda + Participações (líquido)	(1.092)	(904)	5.735	4.746	5.650	-625,18%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(4.513)	(3.735)	(40.209)	(33.275)	(29.540)	790,96%

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 29.01.99.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998: US\$ 1,00 = **R\$ 1,2084**

Tabela 19 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1998

	Valores em R\$ mil	
	lucro (prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	(4.513)	1.949.044
Efeitos da correção monetária.....	(35.090)	414.436
Efeitos de imposto de renda.....	5.926	-
Correção monetária dos estoques do almoxarifado.....	(522)	18.380
Efeito de equivalência patrimonial em coligadas e controladas relativo à correção monetária dos estoques e ajuste a valor presente.....	(6.010)	(10.848)
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	(40.209)	2.371.012

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 29.01.99.

Tabela 20 – COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A. – Balanço Patrimonial em USGAAP Consolidado em 31 de Dezembro de 1998

CONTAS		Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Legislação Societária	US GAAP				
ATIVO	ASSETS				
Circulante	Current Assets	455.336	376.809	435.793	15,65%
Caixa e Bancos + Aplicações financeiras	Cash and cash equivalents	11.284	9.338	42.033	350,13%
Títulos e valores mobiliários	Time deposits	181.736	150.394	164.531	9,40%
Contas a receber de clientes	Trade accounts receivable: Related parties + Other	116.182	96.145	95.286	-0,89%
Estoques	Inventories	78.301	64.797	69.529	7,30%
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	23.548	19.487	19.482	-0,03%
-	Prepaid pension costs	-	-	38.743	
Outras contas a receber	Other	44.285	36.648	6.189	-83,11%
Realizável a Longo Prazo	Other Assets	313.963	259.817	281.890	8,50%
	Time deposits			22.353	
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	103.488	85.641	85.619	-0,03%
Impostos a restituir	Recoverable taxes	49.235	40.744	70.080	72,00%
Depósitos judiciais	Escrow deposits	25.573	21.163	20.180	-4,64%
Repasse de financiamentos + Sociedades controladas, coligadas e interligadas	Loans-related parties	43.619	36.096	35.431	-1,84%
Imposto de renda diferido	Deferred income taxes	40.565	33.569	45.361	35,13%
Outras	Other	3.038	2.514	2.866	14,00%
Investimentos a alienar	Investments on discontinued operations	48.445	40.090	38.544	-3,86%
Investimentos	Investments	107.425	88.899	171.642	93,08%
Sociedades coligadas	Affiliated companies	24.864	20.576	128.969	526,79%
Outros	Other	82.561	68.323	42.673	-37,54%
Imobilizado	Property, Plant and Equipment, net	2.030.127	1.680.012	1.615.667	-3,83%
Diferido	Deferred Charges, Net	248.661	205.777	40.996	
Total do Ativo	Total Assets	3.155.512	2.611.314	2.584.532	-1,03%

CONTAS		Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Legislação Societária	US GAAP				
PASSIVO	LIABILITIES AND SHAREHOLDER'S EQUITY		-		
Circulante	Current Liabilities	368.293	304.777	333.418	9,40%
Fornecedores	Suppliers: Related parties + Other	44.359	36.709	35.789	-2,51%
Financiamentos + Títulos comerciais no exterior	Current portion of long-term debt + Short-term financing + Accrued finance charges	275.558	228.035	274.646	20,44%
Impostos, taxas e contribuições	Payroll and other taxes	16.753	13.864	12.299	-11,29%
Participações nos lucros e resultados		2.238	1.852	-	
Dividendos propostos a pagar		18.311	15.153	-	
Outras contas a pagar	Other	11.074	9.164	10.684	16,58%
Exigível a Longo Prazo	Long-Term Liabilities	785.539	650.065	672.082	3,39%
Financiamentos + Títulos comerciais no exterior	Long-Term debts	749.480	620.225	635.623	2,48%
	Deferred income taxes	-	-	12.384	
Sociedades controladas, coligadas e interligadas	Related parties	7.993	6.615	19.934	201,37%
Outras	Other	28.066	23.226	4.141	-82,17%
Resultado Exercícios Futuros		20.486	16.953	-	
Participação de Terceiros	Minority Interests	32.150	26.605	23.707	-10,89%
Patrimônio Líquido	Shareholder's Equity	1.949.044	1.612.913	1.555.325	-3,57%
Total do Passivo	Total Liabilities and Shareholder's Equity	3.155.512	2.611.314	2.584.532	

Fonte: O Balanço em US GAAP está disponível no site: www.copene.com.br

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,2084

Tabela 21 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999.

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante	960.034	536.632	987.153	551.790	15.159	2,82%
Realizável a Longo Prazo	309.674	173.099	309.674	173.099	-	0,00%
Investimentos	104.700	58.524	146.325	81.792	23.267	39,76%
Imobilizado	1.977.171	1.105.182	2.779.823	1.553.842	448.660	40,60%
Diferido	192.689	107.708	229.304	128.174	20.467	19,00%
Total do Permanente	2.584.234	1.444.513	3.465.126	1.936.907	492.394	34,09%
Total do Ativo	3.544.268	1.981.145	4.452.279	2.488.697	507.552	25,62%
PASSIVO						
Circulante	434.678	242.973	434.678	242.973	-	0,00%
Exigível a Longo Prazo	972.861	543.802	973.063	543.914	113	0,02%
Resultado Exercícios Futuros	21.306	11.909	30.445	17.018	5.108	42,89%
Participação de Terceiros	30.147	16.851	40.778	22.794	5.942	35,26%
Patrimônio Líquido	2.085.276	1.165.610	2.973.315	1.661.998	496.388	42,59%
Total do Passivo	3.544.268	1.981.145	4.452.279	2.488.697	507.552	25,62%

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 28.01.2000.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999:US\$ 1,00 = **R\$ 1,7890**

Tabela 22 – COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita Operacional Líquida	1.874.761	1.047.938	2.047.422	1.144.451	96.513	9,21%
Lucro Bruto	530.617	296.600	524.644	293.261	(3.339)	-1,13%
Lucro Operacional	236.292	132.080	237.622	132.824	743	0,56%
Receitas (Despesas) Não Operacionais	(9.048)	(5.058)	(19.312)	(10.795)	(5.737)	113,44%
Provisão para Imposto de Renda + Participações (líquido)	(61.368)	(34.303)	(63.951)	(35.747)	(1.444)	4,21%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	165.876	92.720	154.359	86.282	(6.438)	-6,94%

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 28.01.2000.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999:US\$ 1,00= **R\$ 1,7890**

Tabela 23 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido em 1999

	Valores em R\$ mil	
	lucro (prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido
Pela legislação societária.....	165.876	2.085.276
Efeitos da correção monetária.....	14.920	899.393
Efeitos de imposto de renda.....	(6.036)	-
Correção monetária dos estoques do almoxarifado.....	5.313	27.388
Efeito de equivalência patrimonial em coligadas e controladas relativo à correção monetária dos estoques e ajuste a valor presente.....	(25.714)	(38.742)
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	154.359	2.973.315

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia, 28.01.2000.

Tabela 24 – COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A. – Balanço Patrimonial em USGAAP Consolidado em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS		Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Legislação Societária	US GAAP				
ATIVO	ASSETS				
Circulante	Current Assets	960.034	536.632	520.136	-3,07%
Caixa e Bancos + Aplicações financeiras + Títulos e valores mobiliários	Cash and cash equivalents + Time deposits	561.359	313.784	295.755	-5,75%
Contas a receber de clientes	Trade accounts receivable: Related parties + Other	188.629	105.438	102.493	-2,79%
Estoques	Inventories	119.903	67.022	69.920	4,32%
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	30.503	17.050	17.050	0,00%
-	Prepaid pension costs	-	-	27.266	
Impostos retidos na fonte		40.545	22.663	-	
Outras contas a receber	Other	19.095	10.674	7.652	-28,31%
Realizável a Longo Prazo	Other Assets	309.674	173.099	271.100	56,62%
	Time deposits			67.369	
Títulos a receber	Notes receivable: Related parties + Other	117.786	65.839	65.838	0,00%
Impostos a restituir	Recoverable taxes	70.164	39.220	64.564	64,62%
Depósitos judiciais	Escrow deposits	30.538	17.070	16.697	-2,18%
Sociedades controladas, coligadas e interligadas	Loans-related parties	36.376	20.333	22.887	12,56%
Imposto de renda diferido	Deferred income taxes	45.365	25.358	31.274	23,33%
Outras	Other	9.445	5.279	2.471	-53,20%
	Investments on discontinued operations		-	-	
Investimentos	Investments	104.700	58.524	114.620	95,85%
Sociedades coligadas	Affiliated companies	24.085	13.463	87.936	553,18%
Outros	Other	80.615	45.061	26.684	-40,78%
Imobilizado	Property, Plant and Equipment, net	1.977.171	1.105.182	1.072.753	-2,93%
Diferido	Deferred Charges, Net	192.689	107.708	19.634	
Total do Ativo	Total Assets	3.544.268	1.981.145	1.998.243	0,86%

CONTAS		Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	(B) US GAAP publicado em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
BRASIL Legislação Societária	US GAAP				
PASSIVO	LIABILITIES AND SHAREHOLDER'S EQUITY		-		
Circulante	Current Liabilities	434.678	242.973	268.453	10,49%
Fornecedores	Suppliers: Related parties + Other	101.798	56.902	56.318	-1,03%
Financiamentos	Current portion of long-term debt + Accrued finance charges	257.432	143.897	192.540	33,80%
Impostos, taxas e contribuições	Payroll and other taxes	22.982	12.846	11.578	-9,87%
Participações nos lucros e resultados		5.561	3.108	-	
Dividendos propostos a pagar		30.294	16.933	-	
Outras contas a pagar	Other	16.611	9.285	8.017	-13,66%
Exigível a Longo Prazo	Long-Term Liabilities	972.861	543.802	552.453	1,59%
Fornecimentos		28.066	15.688		
Financiamentos + Títulos comerciais no exterior	Long-Term debts	915.603	511.796	521.133	1,82%
	Deferred income taxes	-	-	12.075	
Sociedades controladas, coligadas e interligadas	Related parties	1.050	587	16.816	2765,13%
Outras	Other	28.142	15.731	2.429	-84,56%
Resultado Exercícios Futuros		21.306	11.909	-	
Participação de Terceiros	Minority Interests	30.147	16.851	16.529	-1,91%
Patrimônio Líquido	Shareholder's Equity	2.085.276	1.165.610	1.160.808	-0,41%
Total do Passivo	Total Liabilities and Shareholder's Equity	3.544.268	1.981.145	1.998.243	

Fonte: O Balanço em US GAAP está disponível no site: www.copene.com.br

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,7890

4.4 Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Foram traduzidas para dólares e comparadas as demonstrações em moeda constante com as demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, nos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

Vale registrar que a empresa não apresentou nos EUA demonstrações contábeis de acordo com os US GAAP e sim a tradução das demonstrações publicadas no Brasil em moeda constante, para o exercício de 1997, e pela legislação societária, nos exercícios de 1998 e 1999, apresentando ainda a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido em US GAAP, para os três exercícios, a fim de evidenciar as diferenças de práticas contábeis nos dois países.

O balanço de 1996, publicado nos EUA, não estava disponível no *site* da empresa na internet no período da pesquisa, o mesmo foi solicitado à empresa, sem que esta tenha atendido à solicitação. Por esta razão, não foram analisadas as demonstrações desse ano.

Nas tabelas a seguir encontram-se os valores traduzidos para dólares do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de 1997, 1998 e 1999, na qual verificam-se diferenças em valores absolutos e relativos encontradas na comparação das demonstrações publicadas no Brasil pela legislação societária e em moeda constante.

Destacam-se a seguir alguns dos itens que apresentaram variações nos três exercícios:

- Consumidores e revendedores – o ajuste a valor presente feito pela correção integral nas contas a receber gerou uma redução no saldo dessa conta de 0,75% em 1997 e 0,49% em 1999, não tendo havido variação no ano de 1998;
- Serviços em curso – teve um acréscimo de 16,15% apenas em 1998, relativo à correção monetária do período;
- Almoxarifado – apresentou os acréscimos de 1,32% em 1997 e de 5,56% em 1999, relativos à correção dos materiais em estoque, sem variação em 1998;
- Investimentos – a correção monetária deste subgrupo provocou acréscimos de 14,16% em 1997, 1,53% em 1998 e 18,89% em 1999;
- Imobilizado – este subgrupo foi aumentado em 16,09% em 1997, 13,43% em 1998 e 29,23% em 1999;
- Taxas regulamentares – este item apresentou redução de 6,68% em 1997 e 0,50% em 1999, sem variação em 1998, referente ao ajuste a valor presente feito nas contas a pagar pela correção integral;
- Outras contas a pagar – também em função de ajuste a valor presente, este item apresentou redução em 1997 de 0,92% no passivo circulante e de 6,89% no exigível a longo prazo, e em 1999 teve redução de 7,73% no circulante e de 6,28% no exigível a longo prazo, sem variação em 1998;

- Imposto de renda diferido – a expressiva variação apresentada neste item, nos três exercícios, refere-se ao imposto de renda incidente sobre os ajustes relativos aos efeitos inflacionários do período.

As tabelas 31 e 32 apresentam as reconciliações do patrimônio líquido e do lucro líquido, respectivamente, divulgadas nos EUA (nota explicativa nº 34), onde são apresentadas as diferenças entre as práticas contábeis adotadas pela empresa no Brasil e aquelas requeridas pelos US GAAP.

Dentre os itens mencionados nas referidas tabelas estão os juros capitalizados que, de acordo com os US GAAP, devem ser somados aos bens individuais a que se referirem e amortizados durante suas vidas úteis.

Outro item que apresenta diferença entre as práticas contábeis dos dois países é a contabilização das obrigações relativas a planos de pensão patrocinados pela empresa, conforme já abordado no capítulo 2. De acordo com as tabelas 31 e 32, a COPEL efetuou ajustes com vistas à adaptação aos critérios do SFAS nº 87 (Contabilizações para pensões pelos empregados).

Por fim, destaque-se os dividendos propostos, os quais, de acordo com as normas brasileiras, são reconhecidos no período de competência, antes da aprovação pela assembléia geral de acionistas, enquanto que, pelas normas norte-americanas, os dividendos não são provisionados até que sejam formalmente declarados.

Tabela 25 – Companhia Paranaense de Energia - COPEL
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS		(A)		(B)	Variação	
	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante						
Numerário disponível + Aplicações Financeiras	670.119	600.250	670.119	600.250	-	0,00%
Consumidores e revendedores	203.034	181.865	201.509	180.499	(1.366)	-0,75%
Provisão p/créd.liqu.duvidosa	(4.427)	(3.965)	(4.427)	(3.965)	-	0,00%
Repasse CRC governo Paraná	7.059	6.323	7.059	6.323	-	0,00%
Serviços em Curso	30.350	27.186	30.350	27.186	-	0,00%
Almoxarifado	5.449	4.881	5.521	4.945	64	1,32%
Antecipação de ICMS	156.691	140.354	156.691	140.354	-	0,00%
Pagamentos antecipados e outros	48.894	43.796	47.510	42.556	(1.240)	-2,83%
	1.117.169	1.000.689	1.114.332	998.148	(2.541)	-0,25%
Realizável a Longo Prazo						
Imposto de renda diferido	47.225	42.301	47.225	42.301	-	0,00%
Depósitos judiciais e outros	116.628	104.468	116.628	104.468	-	0,00%
Repasse CRC governo Paraná	507.316	454.421	507.316	454.421	-	0,00%
Contas a receber + Outros ativos realizáveis a longo prazo	33.143	29.687	33.143	29.687	-	0,00%
	704.312	630.878	704.312	630.878	-	0,00%
Permanente						
Investimentos	82.534	73.929	94.223	84.399	10.470	14,16%
Imobilizado	5.532.168	4.955.364	6.422.128	5.752.533	797.169	16,09%
	5.614.702	5.029.292	6.516.351	5.836.932	807.640	16,06%
Total do Ativo	7.436.183	6.660.859	8.334.995	7.465.958	805.099	12,09%

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997:
 Fonte: Gazeta Mercantil, 20.02.98.

US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

CONTAS		(A)		(B)	Variação	
PASSIVO	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Circulante						
Fornecedores	48.988	43.880	48.988	43.880	-	0,00%
Empréstimos Financiamentos+Encargos dívida	375.723	336.549	375.723	336.549	-	0,00%
Folha de Pagamento e provisões trabalhistas	70.367	63.030	70.367	63.030	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	61.397	54.996	61.397	54.996	-	0,00%
Juros sobre o capital próprio	70.592	63.232	70.592	63.232	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	13.273	11.889	13.273	11.889	-	0,00%
Taxas regulamentares(RGR/CCC)	15.029	13.462	14.025	12.563	(899)	-6,68%
Entidade de previdência privada	11.833	10.599	11.833	10.599	-	0,00%
Outras contas a pagar	21.141	18.937	20.947	18.763	(174)	-0,92%
	688.343	616.574	687.145	615.501	(1.073)	-0,17%
Exigível a Longo Prazo						
Empréstimos e Financiamentos	744.114	666.530	744.114	666.530	-	0,00%
Entidade de previdência privada	28.186	25.247	28.186	25.247	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	43.535	38.996	43.535	38.996	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	158.991	142.414	158.991	142.414	-	0,00%
Imposto de renda diferido	200.936	179.986	462.117	413.935	233.949	129,98%
Outras contas a pagar	71.037	63.630	66.143	59.247	(4.384)	-6,89%
Obrigações especiais	640.597	573.806	747.274	669.360	95.554	16,65%
	1.887.396	1.690.609	2.250.360	2.015.729	325.120	19,23%
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.169.126	1.047.229	1.283.507	1.149.684	102.455	9,78%
Reservas de Capital	2.531.877	2.267.894	2.985.307	2.674.048	406.154	17,91%
Reservas de Lucros	1.146.663	1.027.108	1.114.105	997.944	(29.163)	-2,84%
Recursos destinados aumento capital	12.778	11.446	14.571	13.052	1.606	14,03%
	4.860.444	4.353.676	5.397.490	4.834.728	481.052	11,05%
Total do Passivo	7.436.183	6.660.859	8.334.995	7.465.958	805.099	12,09%

Tabela 26 – Companhia Paranaense de Energia – COPEL
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1997

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita operacional	1.718.093	1.538.958	1.739.275	1.557.932	18.973	1,23%
ICMS + PASEP + COFINS	(421.186)	(377.272)	(429.072)	(384.335)	(7.064)	1,87%
Despesas Operacionais + Quota para conta de consumo de combustível + Quota para a reserva global de reversão	(967.940)	(867.019)	(1.015.095)	(909.257)	(42.238)	4,87%
Lucro Operacional	328.967	294.668	295.108	264.339	(30.329)	-10,29%
Receitas financeiras - Despesas financeiras - Juros sobre o capital próprio	(56.460)	(50.573)	133.619	119.687	170.261	-336,66%
Resultado não-operacional	(22.916)	(20.527)	(24.205)	(21.681)	(1.155)	5,62%
Lucro antes da Contr.Social e Imposto de Renda	249.591	223.568	404.522	362.345	138.777	62,07%
Contribuição Social + Imposto de Renda	(72.523)	(64.961)	(73.334)	(65.688)	(726)	1,12%
Lucro antes das participações	177.068	158.606	331.188	296.657	138.051	87,04%
Participação nos resultados	(24.500)	(21.946)	(24.500)	(21.946)	-	0,00%
Reversão dos juros sobre capital próprio	150.000	134.360	-	-	(134.360)	
Lucro Líquido do Exercício	302.568	271.021	306.688	274.712	3.690	1,36%

Fonte: Gazeta Mercantil, 20.02.98.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ **1,1164**

Tabela 27 – Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1998

CONTAS		(A)		(B)	Variação	
ATIVO	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A - 1)
Circulante						
Numerário disponível + Aplicações Financeiras	212.628	175.958	212.628	175.958	-	0,00%
Consumidores e revendedores	221.303	183.137	221.303	183.137	-	0,00%
Provisão p/créd.liqu.duvidosa	(11.671)	(9.658)	(11.671)	(9.658)	-	0,00%
Repasse CRC governo Paraná	7.719	6.388	7.719	6.388	-	0,00%
Serviços em Curso	15.458	12.792	17.954	14.858	2.066	16,15%
Almoxarifado	10.449	8.647	10.449	8.647	-	0,00%
Antecipação de ICMS	123.007	101.793	123.007	101.793	-	0,00%
Outros créditos a receber + Pagamentos antecipados	<u>50.607</u>	<u>41.879</u>	<u>48.111</u>	<u>39.814</u>	<u>(2.066)</u>	<u>-4,93%</u>
	629.500	520.937	629.500	520.937	-	0,00%
Realizável a Longo Prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	171.913	142.265	171.913	142.265	-	0,00%
Depósitos judiciais	73.077	60.474	78.240	64.747	4.273	7,07%
Repasse CRC governo Paraná	508.195	420.552	508.195	420.552	-	0,00%
Outros créditos a receber	<u>60.438</u>	<u>50.015</u>	<u>55.275</u>	<u>45.742</u>	<u>(4.273)</u>	<u>-8,54%</u>
	813.623	673.306	813.623	673.306	-	0,00%
Permanente						
Investimentos	260.983	215.974	264.977	219.279	3.305	1,53%
Imobilizado	<u>5.368.669</u>	<u>4.442.791</u>	<u>6.089.598</u>	<u>5.039.389</u>	<u>596.598</u>	<u>13,43%</u>
	<u>5.629.652</u>	<u>4.658.765</u>	<u>6.354.575</u>	<u>5.258.668</u>	<u>599.903</u>	<u>12,88%</u>
Total do Ativo	7.072.775	5.853.008	7.797.698	6.452.911	599.903	10,25%

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998:

US\$ 1,00 = R\$ **1,2084**

Fonte: Gazeta Mercantil, 16.03.99.

CONTAS		(A)		(B)	Variação absoluta (B - A)	
PASSIVO	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Circulante						
Fornecedores	53.724	44.459	53.724	44.459	-	0,00%
Empréstimos Financiamentos+Encargos dívida	173.139	143.280	173.139	143.280	-	0,00%
Folha de Pagamento e provisões trabalhistas	55.813	46.188	55.813	46.188	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	68.509	56.694	68.509	56.694	-	0,00%
Juros sobre o capital próprio	122.422	101.309	122.422	101.309	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	12.364	10.232	12.364	10.232	-	0,00%
Taxas regulamentares(RGR/CCC)	23.513	19.458	23.513	19.458	-	0,00%
Entidade de previdência privada	26.906	22.266	26.906	22.266	-	0,00%
Outras contas a pagar	<u>25.921</u>	<u>21.451</u>	<u>25.921</u>	<u>21.451</u>	-	0,00%
	562.311	465.335	562.311	465.335	-	0,00%
Exigível a Longo Prazo						
Empréstimos e Financiamentos	917.140	758.971	917.140	758.971	-	0,00%
Entidade de previdência privada	456.613	377.866	456.613	377.866	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	35.108	29.053	35.108	29.053	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	55.826	46.198	55.826	46.198	-	0,00%
Imposto de renda diferido	-	-	213.439	176.629	176.629	
Outras contas a pagar	78.136	64.661	78.136	64.661	-	0,00%
Obrigações especiais	<u>508.720</u>	<u>420.986</u>	<u>586.732</u>	<u>485.545</u>	<u>64.558</u>	15,33%
	2.051.543	1.697.735	2.342.994	1.938.923	241.188	14,21%
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.225.351	1.014.028	1.339.732	1.108.683	94.655	9,33%
Reservas de Capital	1.927.099	1.594.753	2.261.944	1.871.850	277.098	17,38%
Reservas de Lucros	1.293.693	1.070.583	1.276.146	1.056.063	(14.521)	-1,36%
Recursos destinados aumento capital	<u>12.778</u>	<u>10.574</u>	<u>14.571</u>	<u>12.058</u>	<u>1.484</u>	14,03%
	<u>4.458.921</u>	<u>3.689.938</u>	<u>4.892.393</u>	<u>4.048.654</u>	<u>358.716</u>	9,72%
Total do Passivo	7.072.775	5.853.008	7.797.698	6.452.911	599.903	10,25%

Tabela 28 – Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1998

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita operacional	1.862.030	1.540.905	1.862.030	1.540.905	-	0,00%
ICMS + PASEP + COFINS	(427.267)	(353.581)	(427.267)	(353.581)	-	0,00%
Despesas Operacionais + Quota para a reserva global de reversão	(1.058.583)	(876.020)	(1.092.321)	(903.940)	(27.920)	3,19%
Lucro Operacional	376.180	311.304	342.442	283.385	(27.920)	-8,97%
Resultado da equivalência patrimonial	(8.631)	(7.143)	(8.631)	(7.143)	-	0,00%
Receitas financeiras - Despesas financeiras - Juros sobre o capital próprio	(39.889)	(33.010)	93.057	77.008	110.018	-333,29%
Resultado não-operacional	55.967	46.315	51.616	42.714	(3.601)	-7,77%
Lucro antes da Contr.Social e Imposto de Renda	383.627	317.467	478.484	395.965	78.498	24,73%
Contribuição Social + Imposto de Renda	(102.562)	(84.874)	(89.994)	(74.474)	10.401	-12,25%
Lucro antes das participações	281.065	232.593	388.490	321.491	88.899	38,22%
Participação nos resultados	(14.000)	(11.586)	(14.000)	(11.586)	-	0,00%
Reversão dos juros sobre capital próprio	136.200	112.711	-	-	(112.711)	
Lucro Líquido do Exercício	403.265	333.718	374.490	309.906	(23.812)	-7,14%

Fonte: Gazeta Mercantil, 16.03.99.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998: US\$ 1,00 = R\$ **1,2084**

Tabela 29 - Companhia Paranaense de Energia - COPEL
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS		(A)		(B)	Variação	
	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante						
Numerário disponível	20.596	11.513	20.596	11.513	-	0,00%
Aplicações Financeiras	159.850	89.352	159.850	89.352	-	0,00%
Consumidores e revendedores	293.963	164.317	292.519	163.510	(807)	-0,49%
Provisão p/créd.liqu.duvidosa	(6.796)	(3.799)	(6.796)	(3.799)	-	0,00%
Repasse CRC governo Paraná	10.335	5.777	10.335	5.777	-	0,00%
Serviços em Curso	14.298	7.992	14.298	7.992	-	0,00%
Outros créditos a receber	32.025	17.901	32.025	17.901	-	0,00%
Almoxarifado	12.294	6.872	12.977	7.254	382	5,56%
Antecipação de ICMS	182.392	101.952	182.392	101.952	-	0,00%
Pagamentos antecipados	5.056	2.826	5.056	2.826	-	
	724.013	404.703	723.252	404.277	(425)	-0,11%
Realizável a Longo Prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	191.308	106.936	191.308	106.936	-	0,00%
Depósitos judiciais	64.109	35.835	64.109	35.835	-	0,00%
Repasse CRC governo Paraná	599.797	335.269	599.797	335.269	-	0,00%
Outros créditos a receber	35.473	19.828	35.473	19.828	-	
	890.687	497.869	890.687	497.869	-	0,00%
Permanente						
Investimentos	328.171	183.438	390.171	218.094	34.656	18,89%
Imobilizado	5.758.556	3.218.869	7.475.888	4.178.808	959.940	29,82%
	6.086.727	3.402.307	7.866.059	4.396.903	994.596	29,23%
Total do Ativo	7.701.427	4.304.878	9.479.998	5.299.049	994.170	23,09%

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ 1,7890

CONTAS		(A)		(B)	Variação	
	Legislação Societária em R\$ mil	Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	Moeda Constante em US\$ mil	absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A - 1)
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	86.099	48.127	86.099	48.127	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	301.584	168.577	301.584	168.577	-	0,00%
Folha de Pagamento e provisões trabalhistas	51.182	28.609	51.182	28.609	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	81.891	45.775	81.891	45.775	-	0,00%
Provisão p/imposto de renda contribuição social	4.572	2.556	4.572	2.556	-	0,00%
Juros sobre o capital próprio	101.796	56.901	101.796	56.901	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	13.079	7.311	13.079	7.311	-	0,00%
Taxas regulamentares(RGR/CCC)	20.122	11.248	20.022	11.192	(56)	-0,50%
Entidade de previdência privada	19.692	11.007	19.692	11.007	-	0,00%
Outras contas a pagar	24.738	13.828	22.826	12.759	(1.069)	-7,73%
	704.755	393.938	702.743	392.813		
Exigível a Longo Prazo						
Empréstimos e Financiamentos	1.117.391	624.590	1.117.391	624.590	-	0,00%
Entidade de previdência privada	478.156	267.276	478.156	267.276	-	0,00%
Consumidores-pré-venda energia	24.044	13.440	24.044	13.440	-	0,00%
Tributos e contribuições sociais	129.468	72.369	129.468	72.369	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	607.372	339.504	339.504	
Outras contas a pagar	92.408	51.653	86.608	48.411	(3.242)	-6,28%
Obrigações especiais	527.654	294.944	527.654	294.944	-	0,00%
	2.369.121	1.324.271	2.970.693	1.660.533	336.262	
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.620.247	905.672	2.202.276	1.231.010	325.338	35,92%
Reservas de Capital	1.546.446	864.419	2.220.374	1.241.126	376.707	43,58%
Reservas de Lucros	1.460.858	816.578	1.383.912	773.567	(43.011)	-5,27%
	4.627.551	2.586.669	5.806.562	3.245.703	659.034	25,48%
Total do Passivo	7.701.427	4.304.878	9.479.998	5.299.049	994.170	23,09%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná, 22.03.2000.

Tabela 30 - Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (A - B) em US\$ mil	Variação % (A/B -1)
Receita operacional	2.204.906	1.232.480	2.335.439	1.305.444	(72.964)	-5,59%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	(466.068)	(260.519)	(512.228)	(286.321)	25.802	-9,01%
Quota para a reserva global de reversão	(47.712)	(26.670)	(45.262)	(25.300)	(1.369)	5,41%
PASEP	(14.111)	(7.888)	(16.451)	(9.196)	1.308	-14,22%
COFINS	(65.129)	(36.405)	(70.251)	(39.268)	2.863	-7,29%
Despesas Operacionais	(1.219.057)	(681.418)	(1.351.897)	(755.672)	74.254	-9,83%
Resultado do Serviço	392.829	219.580	339.350	189.687	29.893	15,76%
Resultado da equivalência patrimonial	3.755	2.099	3.981	2.225	(126)	-5,68%
Receitas financeiras	263.497	147.287	145.079	81.095	66.192	81,62%
Despesas financeiras + Juros sobre o capital próprio	(374.038)	(209.077)	(66.399)	(37.115)	(171.961)	463,32%
Lucro Operacional	286.043	159.890	422.011	235.892	(76.002)	-32,22%
Resultado não-operacional	(20.257)	(11.323)	(22.834)	(12.764)	1.440	-11,29%
Lucro antes da Contr.Social e Imposto de Renda	265.786	148.567	399.177	223.129	(74.562)	-33,42%
Contribuição Social + Imposto de Renda	(88.621)	(49.537)	(100.559)	(56.210)	6.673	-11,87%
Participação nos resultados	(10.000)	(5.590)	(10.000)	(5.590)	-	0,00%
Reversão dos juros sobre capital próprio	110.000	61.487	-	-	61.487	
Lucro Líquido do Exercício	277.165	154.927	288.618	161.329	(6.402)	-3,97%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná, 22.03.2000.

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ 1,7890

Tabela 31 - Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Reconciliação do Patrimônio Líquido em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e dos Estados Unidos.

	1997		1998		1999	
	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil
Conforme divulgado nas demonstrações contábeis em moeda constante.....	5.397.490	4.834.728	4.892.393	4.048.654	5.806.562	3.245.703
Acréscimo (decréscimo) devido à tradução para dólares						
Baseado no IGP-DI, índice geral de preços:						
Imobilizado:						
Custo.....	2.578.174	2.309.364	4.310.566	3.567.168	5.141.921	2.874.187
Depreciação Acumulada.....	(1.778.302)	(1.592.890)	(2.742.471)	(2.269.506)	(3.436.499)	(1.920.905)
Obrigações especiais.....	(325.924)	(291.942)	(511.851)	(423.577)	(827.682)	(462.651)
Materiais e suprimentos.....	25.606	22.936	23.060	19.083	30.071	16.809
Investimentos.....	21.274	19.056	2.743	2.270	3.306	1.848
Diferentes critérios para:						
Capitalização de juros durante a construção:						
Reversão de juros capitalizados sob as normas contábeis Brasileiras.....	(841.328)	(753.608)	(847.652)	(701.466)	(931.156)	(520.490)
Capitalização de juros.....	1.025.899	918.935	1.025.899	848.973	1.252.165	699.925
Depreciação de juros capitalizados.....	(443.642)	(397.386)	(477.671)	(395.292)	(623.881)	(348.732)
Reversão de dividendos propostos, líquido de dividendos devidos conforme USGAAP	70.592	63.232	-	-	-	-
Provisão para investimentos em incentivos fiscais.....	(12.564)	(11.254)	(7.706)	(6.377)	(22.801)	(12.745)
Ajustes relativos a Plano de Pensão (SFAS 87).....	(331.495)	(296.932)	(491.868)	(407.041)	(3.370)	(1.884)
Reversão obrigação com plano de pensão sob normas do Brasil, líquida efeitos fiscais	-	-	302.395	250.244	-	-
Amortização acumulada de obrigações especiais.....	527.590	472.582	569.423	471.221	735.475	411.110
Reversão de custos de indenização, líquidos de depreciação.....	(44.100)	(39.502)	(42.402)	(35.089)	(75.370)	(42.130)
Efeitos do imposto diferido sob os ajustes acima.....	(136.194)	(121.994)	(279.226)	(231.071)	(291.663)	(163.031)
Patrimônio líquido aproximado de acordo com os US GAAP.....	5.733.076	5.135.324	5.725.632	4.738.193	6.757.078	3.777.014

Fonte: Tradução livre do original em inglês disponível no site da COPEL na internet: www.copel.com.brTaxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ **1,1164**Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998: US\$ 1,00 = R\$ **1,2084**Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ **1,7890**

Tabela 32 - Companhia Paranaense de Energia – COPEL
Reconciliação do Lucro Líquido em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e dos Estados Unidos.

	1997		1998		1999	
	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil	Valores em R\$ mil	Valores em US\$ mil
Conforme divulgado nas demonstrações contábeis em moeda constante.....	306.688	274.712	374.490	309.906	288.618	161.329
Acréscimo (decréscimo) devido à tradução para dólares						
Baseado no IGP-DI, índice geral de preços:						
Imobilizado:						
Custo.....	(7.884)	(7.062)	(34.452)	(28.510)	(118.336)	(66.146)
Depreciação Acumulada.....	(92.568)	(82.917)	(121.356)	(100.427)	(153.575)	(85.844)
Obrigações especiais.....	-	-	-	-	(106.603)	(59.588)
Materiais e suprimentos.....	-	-	-	-	2.040	1.140
Diferentes critérios para:						
Capitalização de juros durante a construção:						
Reversão de juros capitalizados sob as normas contábeis Brasileiras.....	25.454	22.800	20.701	17.131	74.394	41.584
Capitalização de juros.....	-	-	-	-	-	-
Depreciação de juros capitalizados.....	(34.029)	(30.481)	(34.029)	(28.160)	(41.196)	(23.027)
Benefícios de Plano de Pensão - SFAS 87:						
Ajustes aos critérios dos US GAAP.....	(53.161)	(47.618)	(48.203)	(39.890)	(85.338)	(47.702)
Perdas.....	-	-	(62.982)	(52.120)	-	-
Amortização de obrigações especiais.....	40.847	36.588	41.834	34.619	50.210	28.066
Incentivos fiscais.....	-	-	18.015	14.908	-	-
Custos de indenização e provisão para contingências.....	(21.335)	(19.111)	1.698	1.405	(21.566)	(12.055)
Provisão para perdas em investimentos em incentivos fiscais.....	-	-	(1.553)	(1.285)	-	-
Efeitos do imposto diferido sob os ajustes acima.....	(14.855)	(13.306)	78.140	64.664	138.764	77.565
Imposto de renda diferido sobre efeitos correção monetária conforme GAAP brasileiros	-	-	-	-	(310.482)	(173.551)
Lucro líquido aproximado de acordo com os US GAAP.....	149.157	133.605	232.303	192.240	(283.070)	(158.228)
<i>Comprehensive income</i> - Redução do patrimônio líquido do plano de pensão, líquida de efeitos tributários.....	-	-	(32.956)	(27.272)	204.199	168.983
Lucro líquido aproximado de acordo com USGAAP, líquido <i>Comprehensive income</i>	149.157	133.605	199.347	164.968	(78.871)	10.755

Fonte: Tradução livre do original em inglês disponível no site da COPEL na internet: www.copel.com.br

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1997: US\$ 1,00 = R\$ 1,1164

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1998: US\$ 1,00 = R\$ 1,2084

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ 1,7890

4.5 Embratel Participações S.A.

Foram traduzidas para dólares as demonstrações contábeis resumidas do exercício de 1999, publicadas de acordo com a legislação societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante.

Não foi possível apresentar as variações dos períodos de 1996 e 1997, visto que a empresa não apresentou demonstrações em moeda constante nesses exercícios. Com relação às demonstrações em moeda constante de 1998, estas não estavam mais disponíveis no *site* da empresa na *Internet*.

A EMBRATEL não publicou nos EUA suas demonstrações financeiras de acordo com os US GAAP, optando por apresentar suas demonstrações contábeis de acordo com a legislação societária brasileira, a partir de 1998, inclusive para fins de apresentação à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (US SEC).

Nas demonstrações contábeis relativas aos períodos 2000, 1999 e 1998, divulgadas nos EUA, a empresa apresenta na nota explicativa nº 2.c as demonstrações resumidas de acordo com o Método de Correção Integral (moeda constante), para os exercícios de 1998 e 1999, em moeda de 31.12.1999, assim como a reconciliação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados pela Legislação societária e pela Correção Integral.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado de 1999 foram comparados nas tabelas 33 e 34, respectivamente, a fim de evidenciar as variações ocorridas nos valores em moeda constante, em face da não consideração dos efeitos inflacionários nas demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. O ano de 1998 não foi analisado pelo fato de não terem sido obtidas as demonstrações em moeda constante em moeda de 31.12.1998.

Não foi possível especificar as variações ocorridas dentro de cada subgrupo do ativo e do passivo e dos resultados apresentados na demonstração do resultado, em virtude de que as demonstrações em moeda constante foram divulgadas de forma resumida. Mesmo a reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido não dá subsídios para análises mais detalhadas, visto que apresenta os efeitos da inflação em uma única linha denominada *“Efeitos da inflação nas demonstrações contábeis (principalmente no ativo permanente)”*, conforme tabela 35 a seguir.

Na nota explicativa nº 27 às demonstrações contábeis relativas aos períodos 2000, 1999 e 1998, divulgadas nos EUA, são apresentadas as diferenças entre as práticas contábeis adotadas pela empresa e aquelas requeridas pelos US GAAP, assim como uma reconciliação entre o patrimônio líquido e o lucro líquido constantes das demonstrações elaboradas no Brasil e o que seriam o patrimônio líquido e o lucro líquido de acordo com os US GAAP.

Referida reconciliação é apresentada na tabela 36, onde são evidenciadas as diferenças entre as práticas contábeis dos dois países,

algumas das quais são comentadas a seguir, com base nas informações prestadas pela empresa em notas explicativas:

- Correção monetária de 1996 e 1997 – até 1º de julho de 1997 o Brasil ainda era considerado um país de economia altamente inflacionária pelos critérios dos US GAAP enquanto que, pela legislação societária brasileira, a correção monetária deixou de ser efetuada a partir do exercício de 1996, de modo que os valores de acordo com os US GAAP incluem até dois anos de inflação adicional, conforme já comentado no capítulo 1;
- Juros capitalizados – a empresa informou (nota explicativa 27.a) que, até 31 de dezembro de 1993, os juros capitalizados não eram somados aos itens individuais no ativo imobilizado e sim capitalizados separadamente e amortizados ao longo de um período de tempo diferente das vidas úteis dos bens correspondentes e, de acordo com os US GAAP, os juros capitalizados são somados aos bens individuais e amortizados durante suas vidas úteis;
- Dividendos propostos e juros sobre o capital – de acordo com as normas brasileiras os dividendos/juros sobre o capital são reconhecidos no período de competência, antes da aprovação pela assembleia geral de acionistas, ao passo que, nos EUA, não são provisionados até que sejam formalmente declarados, conforme já discutido no capítulo 2;

- Pensões e outros benefícios pós-aposentadoria – conforme a nota explicativa 27.e, a companhia provisionou estes custos com base em um percentual fixo de remuneração, tendo sido feitos os ajustes mencionados na tabela 36 com vista à adaptação aos critérios do SFAS nº 87 (Contabilizações para pensões pelos empregados) e do SFAS nº 106 (Contabilização dos benefícios pós-aposentadoria que não são pensões pelos empregados);
- Itens lançados diretamente nas contas do patrimônio líquido – pelas normas contábeis brasileiras, vários itens são lançados no patrimônio líquido, os quais, de acordo com os US GAAP, devem ser lançados em contas de resultado, como é o caso dos efeitos dos ajustes às alíquotas de impostos e créditos recebidos de investimentos em incentivos fiscais.

Tabela 33 - EMBRATEL Participações S.A. Controladas
 Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
ATIVO						
Circulante	2.213.880	1.237.496	2.213.880	1.237.496	-	0,00%
Realizável a Longo Prazo	363.599	203.241	363.599	203.241	-	0,00%
Permanente	7.075.988	3.955.276	8.986.861	5.023.399	1.068.124	27,01%
Total do Ativo	9.653.467	5.396.013	11.564.340	6.464.136	1.068.124	19,79%
PASSIVO						
Circulante	2.556.537	1.429.031	2.652.353	1.482.590	53.558	3,75%
Exigível a Longo Prazo	1.195.564	668.286	1.860.165	1.039.779	371.493	55,59%
Receitas Antecipadas	110.721	61.890	-	-	(61.890)	
Participações Minoritárias	72.657	40.613	88.473	49.454	8.841	
Patrimônio Líquido	5.717.988	3.196.192	6.963.349	3.892.314	696.121	21,78%
Total do Passivo	9.653.467	5.396.013	11.564.340	6.464.136	1.068.124	19,79%

Fonte: disponível no site da Embratel (<http://www.embratel.com.br>)

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ **1,7890**

Tabela 34 – EMBRATEL Participações S.A. Controladas
 Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 1999

CONTAS	Legislação Societária em R\$ mil	(A) Legislação Societária em US\$ mil	Moeda Constante em R\$ mil	(B) Moeda Constante em US\$ mil	Variação absoluta (B - A) em US\$ mil	Variação % (B/A -1)
Receita operacional líquida	5.183.927	2.897.667	5.527.113	3.089.499	191.831	6,62%
Lucro bruto	1.564.013	874.239	1.471.055	822.278	(51.961)	-5,94%
Lucro operacional	491.771	274.886	480.097	268.361	(6.525)	-2,37%
Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos e participações	454.121	253.841	425.235	237.694	(16.146)	-6,36%
Lucro Líquido do Exercício	411.631	230.090	398.213	222.590	(7.500)	-3,26%

Fonte: disponível no site da Embratel (<http://www.embratel.com.br>)

Taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para 31.12.1999: US\$ 1,00 = R\$ **1,7890**

Tabela 35 – Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido entre Legislação Societária e Correção Integral

	1999	
	Valores em R\$ mil	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela Legislação Societária - histórica.....	411.131	5.717.988
Efeitos da inflação nas demonstrações contábeis (principalmente no ativo permanente).....	(33.068)	1.910.873
Correção monetária dos saldos iniciais.....	-	-
Outros (*).....	19.650	(665.512)
Pela Correção Integral.....	398.213	6.963.349

Fonte: disponível no site da Embratel (<http://www.embratel.com.br>)

(*) Outros referem-se, basicamente, a impostos de renda diferidos e efeitos minoritários nos ajustes

Tabela 36 - EMBRATEL Participações S.A. Controladas

Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido de 1999 em relação às diferenças entre as normas contábeis do Brasil e dos Estados Unidos.

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Lucro/patrimônio líquido conforme divulgado	411.631	5.717.988
Adicionar (deduzir) – critérios diferentes para:		
Correção monetária de 1996 e 1997	(67.064)	382.570
Juros capitalizados:	51.870	(862.909)
Amortização de juros capitalizados	63.112	570.004
Reversão dos dividendos propostos e juros líquidos sobre o capital (1)	-	13.065
Pensão e outros benefícios pós-aposentadoria:		
Ajuste pela SFAS 87, incluindo liquidação e interrupção	8.217	(133.247)
Ajuste pela SFAS 106, incluindo liquidação e interrupção	(6.966)	(67.294)
Compensação de ações	2.962	-
Itens lançados diretamente nas contas do patrimônio líquido:		
Investimentos em incentivos fiscais/doações e subsídios	312	-
Efeitos dos impostos diferidos nos ajustes acima	(38.356)	162.837
Outros	-	-
Efeitos das participações minoritárias nos ajustes acima	(975)	4.133
Lucro líquido / patrimônio líquido de acordo com os GAAP norte-americanos	424.743	5.787.147

Fonte: disponível no site da Embratel (<http://www.embratel.com.br>)

CONCLUSÕES

A seguir serão apresentados os comentários finais e as conclusões obtidas ao longo deste trabalho.

Inicialmente foram comentados os principais métodos existentes para se efetuar a tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira, os quais definem a taxa de câmbio a ser utilizada e os demais procedimentos da tradução, de acordo com a base conceitual de cada um. A principal distinção entre os métodos é a exigência de traduzir saldos de contas de ativos e passivos ou à taxa corrente ou à taxa histórica.

Neste trabalho foram analisados os métodos: temporal, monetário/não monetário, corrente/não corrente e o método da taxa corrente; assim como os pronunciamentos emitidos pelo FASB acerca da tradução de demonstrações contábeis para moeda estrangeira: o SFAS nº 8 e o SFAS nº 52.

O SFAS nº 8 utilizava o método temporal e o SFAS nº 52, que substituiu o SFAS nº 8, recomenda o uso do método da taxa corrente para empresas localizadas em economias estáveis e o método temporal no caso de economias altamente inflacionárias, consideradas como tal as economias cujo efeito cumulativo da inflação, em três anos consecutivos, se aproxima ou supera a marca de 100%.

Conforme foi comentado no capítulo 3, a inflação tem estado presente por um longo tempo na história do Brasil. O convívio com a inflação por um período tão longo e com taxas tão exorbitantes, fez com que se

desenvolvessem no Brasil estudos dos efeitos inflacionários e métodos de mensuração desses efeitos nas demonstrações contábeis das empresas, no sentido de salvaguardar a informação contábil da deterioração da moeda, que é a unidade de medida utilizada na Contabilidade.

A adoção no Brasil da técnica da Correção Monetária Integral das demonstrações contábeis fez com que surgissem formas alternativas de tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira, cujas metodologias foram abordadas no capítulo 1.

Com o objetivo de eliminar a inflação, o governo implantou vários planos de estabilização econômica, culminando com o Plano Real, que em 1º de julho de 1994 criou uma nova moeda, o Real, equivalente a 2.750 Cruzeiros Reais em 1994. Desde então, a moeda nacional passou a experimentar certa estabilidade, com a conseqüente queda nos índices de inflação.

Neste cenário de aparente estabilidade da economia, foi aprovada a Lei nº 9.249/95, que em seu art. 4º, parágrafo único, vetou a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 1996.

Mesmo após essa data, a Correção Integral continuou sendo utilizada para fins de tradução das demonstrações contábeis de empresas brasileiras para moeda estrangeira, visto que nesse período o Brasil ainda era considerado um país de economia altamente inflacionária, do ponto de vista dos critérios norte-americanos e internacionais.

A partir de 1º. de julho de 1997 o Brasil passou a ser considerado um país de economia com baixa inflação, pois apresentou um índice acumulado de inflação inferior a 100% nos últimos três anos, o que permitiu o uso do Real como moeda funcional, pelos critérios do SFAS nº 52.

Dessa forma, a partir do exercício de 1998, as empresas brasileiras passaram a não mais considerar os efeitos inflacionários em suas demonstrações contábeis traduzidas para o dólar norte-americano e em conformidade com as práticas contábeis dos EUA (US GAAP), enquanto que nos exercícios de 1996 e 1997 tais efeitos foram reconhecidos nas demonstrações em US GAAP e não reconhecidos nas demonstrações divulgadas no Brasil, de acordo com a legislação societária.

Em função dessa circunstância, a data em que os ativos e passivos não-monetários foram “congelados” nas demonstrações preparadas em conformidade com a legislação societária brasileira difere das demonstrações em US GAAP, uma vez que as primeiras consideraram os efeitos inflacionários somente até 31 de dezembro de 1995 e estas últimas incluíram dois anos a mais de inflação (1996 e 1997).

Neste trabalho foram analisadas as demonstrações contábeis publicadas de empresas brasileiras que negociavam suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque no período de 1996 a 1999 e, por esse motivo, publicavam também demonstrações contábeis de acordo com as normas norte-americanas (US GAAP).

Para efeito de análise, foram traduzidas para dólares as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas, de acordo com a

legislação societária brasileira e em moeda de capacidade aquisitiva constante, relativas ao período de 1996 a 1999 e, em seguida, foram comparados os dois conjuntos de demonstrações, a fim de levantar as diferenças pelo não reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Foram também reconciliadas determinadas contas das demonstrações em dólares, obtidas a partir das traduções efetuadas, com as demonstrações publicadas nos EUA de acordo com os US GAAP, com o objetivo de evidenciar as diferenças entre as práticas contábeis brasileiras e norte-americanas, com base nas informações prestadas pelas empresas em notas explicativas.

Em todas as empresas analisadas é possível observar que ocorreram variações significativas, para mais ou para menos, tanto no patrimônio líquido quanto no lucro líquido apresentado pelas empresas, podendo-se inferir que o não reconhecimento dos efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda pode distorcer os valores apresentados nas demonstrações contábeis.

É importante ressaltar, conforme já comentado no capítulo 1, que as demonstrações contábeis apresentadas nos EUA, de acordo com as normas norte-americanas (US GAAP), relativas aos exercícios de 1996 e 1997, foram elaboradas considerando os efeitos inflacionários, diferentemente das demonstrações publicadas no Brasil, de acordo com a legislação societária brasileira, que a partir de 1996 deixaram de considerar tais efeitos.

Dessa forma, nos períodos de 1996 e 1997 os investidores norte-americanos tiveram acesso a demonstrações contábeis significativamente diferentes daquelas apresentadas aos investidores brasileiros nos mesmos períodos.

A partir de 1998, quando o Brasil deixou de ser considerado um país de economia altamente inflacionária, por ter apresentado um índice de inflação acumulado no triênio inferior a 100%, as demonstrações contábeis em US GAAP também deixaram de considerar os efeitos da inflação.

Desde então, investidores dos dois países têm acesso ao mesmo tipo de informação, porém, diante dos dados apresentados, observa-se que o não reconhecimento da perda do poder aquisitivo da moeda distorce significativamente os números divulgados nas demonstrações contábeis.

É importante ainda ressaltar que, apesar dos baixos índices de inflação observados após o Plano Real, o efeito cumulativo da inflação pode ser assustador e o abandono da correção monetária das demonstrações contábeis vem tornando inócuos os números apresentados pela Contabilidade.

Por fim, registre-se o posicionamento do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (Ibracon), que apoiaram a extinção da correção monetária, de acordo com seus pronunciamentos mencionados no capítulo 3, onde é comentada a impropriedade dessas medidas, que revelam a falta de compromisso com a relevância das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas.

BIBLIOGRAFIA

AICPA SEC Regulations Committee Highlights – International Practices Task Force – Washington Office, December 2, 1997. Disponível: Site do AICPA. URL: <http://www.aicpa.org>. Consulta: 22/04/2002)

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado Financeiro – Aspectos Históricos e Conceituais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BAPTISTA, Cristina. **Na Capital do Dinheiro**. Revista Veja. ed. Abril. nº 15, ano 34, p.110-111, 18.abr.2001.

BARBIERI, Geraldo. **Lucro Inflacionário e Fluxo de Caixa**. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 45, 1995.

BARBIERI, Geraldo; SANTOS, Ariovaldo dos. **Fim da Correção Monetária de Balanços e início da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o capital próprio – Alguns de seus principais efeitos**. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 16, 1996.

BLOOMER, Carrie. **International Accounting Standard Setting: A Vision for the Future – Report of the FASB, 2000**. Disponível na Internet via: Site do Financial Accounting Standards Board. URL: <http://www.rutgers.edu/accounting/raw/fasb/iasc/> Consulta : 27 set. 2001.

CASTRO NETO, José Luís de. **Contribuição ao Estudo da Prática Harmonizada da Contabilidade na União Européia**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CAUDRON, Shari. **Expanding Horizons in Global Accounting**. Controller Magazine, Nova Iorque, NY, v.3, n.2, p.20-24, fev.1997.

CHOI, Frederick D. S; MUELLER, Gerhard G. **International Accounting**. Prentice Hall, 2ª ed. 1992.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Contabilidade no Contexto Internacional – 9**. São Paulo: Atlas, 1997.

DELANEY, Patrick R. et. al. **GAAP 2000. Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles**. John Wiley and Sons, Inc. 2000.

Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards N° 52 Foreign Currency Translation**. Current Text – Accounting Standards as of June 1, 1995. Vol. I. John Wiley and Sons, Inc.

Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards N° 08 – Accounting for the Translation for Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements**. In: Conversão de Balanços em Moeda Estrangeira, 1998. São Paulo. JCA Treinamentos.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante**. São Paulo: Atlas, 1994.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores em Paris, 26 a 29-10-1997**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. **Tradução das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira: Uma Análise da Mudança Metodológica após o Plano Real**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDÁ; Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IOB – Calendário Objetivo de Obrigações e Tabelas Práticas – Setembro/1998

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas: 2001.

JALORETTO, José Gilberto. **Conversão de Demonstrações Financeiras em Moedas Estrangeiras para Cruzados (Uma Contribuição à Avaliação dos Métodos Existentes)**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

LEMES, Sirlei. **Harmonização das Normas Contábeis Brasileiras com as Internacionais do IASC – Um Estudo Comparativo Aplicado**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LISBOA, Nahor Plácido. **Harmonização de Normas e Práticas Contábeis no Mercosul**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Eliseu. **A posição do Conselho Federal de Contabilidade com relação à atualização monetária dos balanços: decepção!** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 15 e 16, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Análise Comparativa dos Métodos “FAS-8” e “FAZ-52” de Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira.** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 35, 36 e 37, 1995.

MARTINS, Eliseu. **Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – Introdução e “FAS-8”.** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 24, 25 e 26, 1995.

MARTINS, Eliseu. **Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira – O “FAS-52”.** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 30, 31 e 32, 1995.

MARTINS, Eliseu. **O “Método Brasileiro” de Conversão de Demonstrações Contábeis em Moeda Estrangeira.** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 42, 43 e 44, 1995.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOTA, Rui. **Os Grandes Modelos Contabilísticos.** In: Jornal do Técnico de Contas e da Empresa nº 294, Portugal, p.41-42, fev.1990.

NATAL, Lairton. **Tradução Monetária das Demonstrações Financeiras para Moeda Estrangeira.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1988.

OLIVEIRA, Heraldo Gilberto de. **A Extinção da Correção Monetária no Brasil – Principais Implicações Contábeis e Tributárias.** São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Conversão de Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PIMENTEL, Joéde da Silva. **Tratamento Contábil das Transações e Demonstrações em Moeda Estrangeira**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PORTO, Patrícia Cavalheiro Corrêa. **Alguns Efeitos da Falta de Reconhecimento da Inflação nos Demonstrativos Contábeis e seus Impactos Financeiros – Um caso prático**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Aspectos da Conversão de Demonstrações Financeiras para Moeda Estrangeira**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Alguns Efeitos da Utilização de Índices Inadequados na Correção dos Balanços de Empresas Estrangeiras no Brasil**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Resultado do Exercício: As Empresas Localizadas em Países com Baixas Taxas de Inflação São ou Não Afetadas?** V Congresso Internacional de Custos. Acapulco, Gro. México. Julho 1997.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Pior que decepção! Dá para entender os resultados publicados pela empresas?** Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 19, 2002.